



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO PIAUÍ (IFPI)

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)



NARCIZO DE SOUZA CHAGAS

**GUIA MEMORIALÍSTICO DA FUNACI: TRÊS DÉCADAS DE TRAJETÓRIAS E
CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PIAUÍ
(1989 a 2019)**

Parnaíba – PI
Maio de 2022



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO PIAUÍ (IFPI)

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)



NARCIZO DE SOUZA CHAGAS

**GUIA MEMORIALÍSTICO DA FUNACI: TRÊS DÉCADAS DE TRAJETÓRIAS E
CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PIAUÍ
(1989 a 2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, campus Parnaíba, do Instituto Federal do Piauí, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Juscelino Gomes Lima

Co-orientador: Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho

Parnaíba – PI

Maio de 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Chagas, Narcizo de Souza

C434g Guia memorialístico da FUNACI: três décadas de trajetórias e contribuições na educação profissional e tecnológica no Piauí (1989 a 2019) / Narcizo de Souza Chagas. - 2022.
162 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba, 2022.

Orientador : Prof. Dr. Juscelino Gomes Lima.

Coorientador: Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho.

1. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). 2. Guia memorialístico. 3. Fundação Padre Antônio Dante Cíviero (FUNACI) I. Título.

CDD - 378.013

Elaborado por Micheline Angélica Aragão Gouveia CRB 3/1244

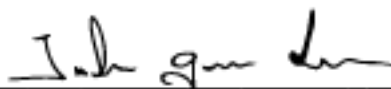
NARCIZO DE SOUZA CHAGAS

**GUIA MEMORIALÍSTICO DA FUNACI: TRÊS DÉCADAS DE TRAJETÓRIAS E
CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PIAUÍ
(1989 a 2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, campus Parnaíba, do Instituto Federal do Piauí, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Defendida e Aprovada em 25/05/2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

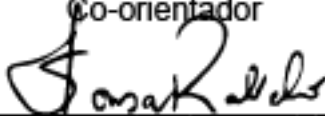


Prof. Dr. Juscelino Gomes Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Orientador

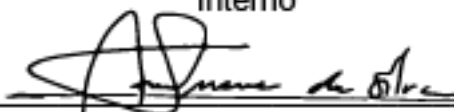
Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Co-orientador



Profª. Dra. Jálva Lília Rabelo de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Interno



Prof. Dr. Ariosto Moura da Silva

Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Externo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)

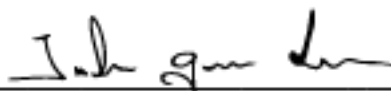
NARCIZO DE SOUZA CHAGAS

**FUNACI 30 ANOS: TRAJETÓRIA E CONTRIBUIÇÕES PARA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL PIAUIENSE**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 25 de maio de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

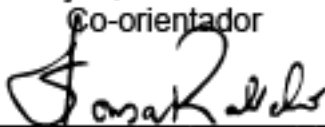


Prof. Dr. Juscelino Gomes Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Orientador

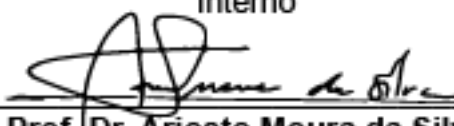
Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Co-orientador



Prof. Dra. Jálva Lília Rabelo de Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)
Interno



Prof. Dr. Ariosto Moura da Silva
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Externo

Dedico com amor e gratidão este trabalho acadêmico a minha mãe, **Maria dos Prazeres de Souza Chagas** (*In memoriam*), pelo seu cuidado e zelo com meus estudos. Mesmo sendo analfabeta, sempre agiu com muita responsabilidade em me colocar para estudar e acompanhar na vida escolar.

À minha esposa **Conceição de Maria Lopes Freitas Chagas**, por ser entusiasta, apoiadora em todos os momentos, e exigente em relação a minha competência acadêmica. Obrigado, meu amor!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela inspiração para a vivência do compromisso ético-político na luta pela construção de um mundo em que não fique ninguém para trás.

À Equipe de Gestão da FUNACI, pela confiança e disposição: Paulo César dos Santos Cruz (Presidente), Antônio Carvalho (Vice-presidente), Evânia Rodrigues de Sousa Silva (Superintendente) e a todos os diretores e demais colaboradores das Escolas Família Agrícolas (Montes Claros, Soinho, São Pedro, Baixão do Carlos), Escola Família de Turismo e do Centro de Aprendizagem Carlo Novarese pela disposição e acolhimento à pesquisa.

Com alegria, agradeço o apoio do Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho, Coordenador Local do PROFEPT/IFPI, Campus Parnaíba – também meu coorientador. Pessoa fundamental para meu prosseguimento nos momentos difíceis, gratidão pela paciência, dedicação e apoio nos momentos precisos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Juscelino Gomes Lima, pela dedicação, cuidado e atenção em todos os momentos de produção, tensão, dificuldades e avanços.

Aos colegas da primeira turma do PROFEPT/IFPI, Campus Parnaíba, pela experiência vivida, a superação dos desafios e os aprendizados conquistados individualmente e coletivamente.

A todos que contribuíram para a construção do PROFEPT, que simboliza nesse momento histórico, a força da resistência e da luta pela transformação da realidade brasileira por meio da educação.

A todos os trabalhadores e gestores, que no dia a dia da luta pela existência, colaboram para a humanização e a emancipação da classe trabalhadora, na batalha contra a exploração, as desigualdades e a extrema pobreza.

“Se é o trabalho que constitui a realidade humana, e se a formação do homem está centrada no trabalho - isto é, no processo pelo qual o homem produz a sua existência -, é também o trabalho que define a existência histórica dos homens. Através desta atividade, o homem vai produzindo as condições de sua existência, transformando a natureza e criando, portanto, a cultura e um mundo humano. Esse mundo humano vai se ampliando progressivamente com o passar do tempo”.

(SAVIANI, 2003, p. 133)

RESUMO

Esta dissertação objetiva apresentar os legados e contribuições que a Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI) deixou no campo da educação técnica e profissional no Piauí, no período de 1989 a 2019. O estudo foi realizado no âmbito do ProfEPT na linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Nesse sentido, apresenta aspectos conceituais da EPT, da história das instituições escolares e da educação do campo como modalidade de ensino. Identifica-se aqui a FUNACI como organização mantenedora de escolas pioneiras no Piauí, com a criação da primeira Escola Família Agrícola em Aroazes/PI e a Escola Família de Turismo em Teresina/PI, dentre outras. Afora isso, desenvolve uma metodologia inovadora na área de ensino da educação profissional técnica de nível médio, a pedagogia da alternância – como estratégia de educação no campo. Metodologicamente, consiste em uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Ademais, possui caráter documental, através do uso de entrevistas estruturadas, com a participação de sujeitos do processo histórico da instituição: gestores, docentes e discentes egressos, percorrendo o recorte temporal de 1989 a 2019. Outrossim, destaca-se a FUNACI como instituição atuante na oferta da qualificação profissional para adolescentes e jovens do campo, através da educação profissional técnica de nível médio, bem como a formação inicial e continuada, alinhada às demandas sociais e a legislação pertinente. Os principais achados apontaram para o pioneirismo da instituição na criação e manutenção das EFAs, EFTUR e do CACN, no conjunto das estratégias de formação profissional de jovens rurais e da periferia urbana. Observa-se que a FUNACI desenvolveu uma capilaridade social e política na criação das unidades de ensino com a participação de diversos atores sociais; a comunidade local, o poder público municipal, estadual, federal e a sociedade, de maneira que no percurso houve a expansão na oferta de cursos técnicos. O desafio evidenciado no estudo aponta para o debate sobre a proposta pedagógica e filosófica da organização, sobre a origem, história e necessidade de recursos financeiros para a manutenção, principalmente, no que tange ao financiamento público e os respectivos impactos nos projetos da instituição. Observou-se ainda, o amadurecimento institucional no decorrer das adaptações necessárias, ao longo do período – para o funcionamento das escolas. Percebe-se que houveram mudanças nas etapas: do ensino fundamental à educação profissional técnica, na modalidade educação do campo, na forma articulada integrada, com a aplicação da metodologia da pedagogia da alternância. Tais ações, contribuíram para a formação humana integral frente ao desafio posto, o da implantação do ensino médio técnico regular subsequente, diferindo da trajetória, com a alternância. Concluímos que: a FUNACI tem um legado de pioneirismo na educação profissional no Estado do Piauí, devido a implantação das EFAs; a instituição possui notável contribuição para a educação profissional técnica de nível médio na modalidade da educação do campo, com adaptações para aplicação no contexto urbano – como a Escola Família de Turismo, podendo avançar em outras áreas de formação técnica de nível médio e na FIC. Por fim, o produto educacional resultante da pesquisa é um livro (*e-book*) que apresenta os fundamentos da EPT e a trajetória da instituição com a educação profissional.

Palavras-chave: ProfEPT. Educação Profissional e Tecnológica. FUNACI. Produto Educacional.

ABSTRACT

The following dissertation aims to present the legacies and contributions that Padre Antônio Dante Civiero Foundation (FUNACI) left in the field of technical and professional education in Piauí, from 1989 to 2019. This assessment was carried out within the scope of ProfEPT, in the research line: Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT). In the light of this, it intends to present conceptual aspects of EPT, the history of school institutions and rural education as a teaching modality. FUNACI is identified here as the organization that holds pioneering schools in Piauí, with the creation of the first Agricultural Family School in Aroazes/PI and the Tourism Family School in Teresina/PI, among others. Aside from that, it develops an innovative methodology in the teaching area of high school technical professional education, the alternation pedagogy, as an education strategy in the field. Methodologically, it consists of a bibliographical research with a qualitative approach. Furthermore, it has a documentary character, through the use of structured interviews, with the participation of subjects from the institution's historical process: managers, teachers and graduate students, covering the time frame from 1989 to 2019. In addition, FUNACI stands out as an active institution in offering professional qualification for teenagers and young people in the countryside, through high school technical professional education, as well as initial and continuing education, aligned with social demands and relevant legislation. The main findings pointed out to the institution's pioneering spirit in the creation and maintenance of the EFAs, EFTUR and CACN, in the set of professional training strategies for young rural and urban periphery. It is observed that FUNACI has developed a social and political capillarity in the creation of teaching units with the participation of various social actors; the local community, the municipality, state, federal government and society in general, so that along the way there was an expansion in the offer of technical courses. The challenge highlighted in the study points to the debate on the organization's pedagogical and philosophical proposal, from its origin, history and the need for essential financial resources, especially regarding to public funding and the respective impacts on the institution's projects. It was also possible to reflect upon the institutional maturation during the necessary adaptations over the period – for the functioning of schools. It is noticed that there were changes in the stages: from elementary education to technical professional education, and in the field education modality, in an integrated form, with the appliance of the alternation pedagogy methodology. Such actions, contributed to the integral human formation and the challenge posed, that of the implantation of the subsequent regular technical secondary education, differing from the trajectory with the alternation. We conclude that: FUNACI has a legacy of pioneering in professional education in the State of Piauí, due to the implementation of EFAs; the institution has made a notable contribution to technical professional education at secondary level, in the field of education, with adaptations for application in the urban context such as the Escola Família de Turismo, and might advance in other areas of technical education at secondary level and in FIC. Finally, the educational product resulting from the research is a book (e-book) that presents the foundations of EPT and the institution's trajectory with professional education.

Keywords: ProfEPT. Professional and Technological Education. FUNAC. Educational Product.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Principais programas de qualificação profissional no Brasil (2003-2014)	34
QUADRO 2 – Cronologia de expansão da rede federal de ensino, ciência e tecnologia	35
QUADRO 3 – Cronologia de expansão da rede federal de ensino, ciência e tecnologia por regiões	36
QUADRO 4 – Evolução da Matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio por Dependência Administrativa e Rede – 2015-2019	37
QUADRO 5 – Escolas de Aprendizizes e Artífices.....	61
QUADRO 6 – Instituições Educacionais Profissionalizantes.....	62
QUADRO 7 – Níveis de Ensino em Diferentes Legislaturas Educacionais	66
QUADRO 8 – Escolas Ofertantes do Ensino Profissionalizante até 1996	67
QUADRO 9 – Escolas Técnicas Estaduais – 1996 a 2002	69
QUADRO 10 – Matrículas da Educação Profissional no Piauí.....	70
QUADRO 11 – Escolas de Educação Profissional – SEDUC	71
QUADRO 12 – Formas dos Cursos Técnicos da SEDUC/PI	71
QUADRO 13 – Matrículas no Ensino Médio e na Educação Profissional no Piauí	74
QUADRO 14 – Escolas de Educação Profissional da FUNACI	75
QUADRO 15 – Fases temporais de evolução institucional da FUNACI.....	76
QUADRO 16 – Estrutura EFA Montes Claros	81
QUADRO 17 – Egressos EFA Montes Claros - Curso Técnico em Agropecuária	82
QUADRO 18 – Relação de egressos da EFA Soinho	86
QUADRO 19 – Egressos do Curso Técnico de Zootecnia.....	88
QUADRO 20 – Estrutura EFA São Pedro	91
QUADRO 21 – Egressos EFA São Pedro	93
QUADRO 22 – Estrutura do CACN.....	95
QUADRO 23 – Resultados Alcançados	97
QUADRO 24 – Egressos Curso de Qualificação EFTUR	100
QUADRO 25 – Egresso Cursos Técnicos – EFTUR.....	100
QUADRO 26 – Métodos e Técnicas de Pesquisa.....	105
QUADRO 27 – Roteiro Auxiliar	108

QUADRO 28 – Entrevistados.....	109
QUADRO 29 – Respostas aos Questionários por Escola e Administração da FUNACI.....	110
QUADRO 30 – Processo de Análise de Conteúdo Temático	111
QUADRO 31 – Entrevista com Gestores da Administração Geral e das Unidades de Ensino – P1	115
QUADRO 32 – Entrevista com Gestores da Administração Geral e das Unidades de Ensino – P2	117
QUADRO 33 – Entrevista com Gestores da Administração Geral e das Unidades de Ensino – P3.....	120
QUADRO 34 – Entrevista com Gestores da Administração Geral e das Unidades de Ensino – P4.....	122
QUADRO 35 – Entrevista com Gestores da Administração Geral e das Unidades de Ensino – P5	124
QUADRO 36 – Entrevista com Docentes das Unidades de Ensino – P1.....	127
QUADRO 37 – Entrevista com Docentes das Unidades de Ensino – P2.....	128
QUADRO 38 – Entrevista com Docentes das Unidades de Ensino – P3.....	129
QUADRO 39 – Entrevista com Docentes das Unidades de Ensino – P4.....	100
QUADRO 40 – Entrevista com Discentes das Unidades de Ensino – P1	132
QUADRO 41 – Entrevista com Discentes das Unidades de Ensino – P2	133
QUADRO 42 – Entrevista com Discentes das Unidades de Ensino – P3	134
QUADRO 43 – Entrevista com Discentes das Unidades de Ensino – P4	134
QUADRO 44 – Produto Educacional	138
QUADRO 45 – Roteiro Auxiliar na Elaboração do Produto Educacional	139
QUADRO 46 – Roteiro do Guia Memorialístico	140

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Linha do Tempo da EPT	65
FIGURA 2 – Territórios De Localização Das EFAS/SEDUC	73
FIGURA 3 – Entrada da EFA Montes Claros.....	78
FIGURA 4 – Casarão da Fazenda onde iniciou a EFA Montes Claros.....	79
FIGURA 5 – Capela no Assentamento Montes Claros/Aroazes-PI	80
FIGURA 6 – Entrada da EFA Soinho.....	83
FIGURA 7 – Cabana da EFA Soinho	84
FIGURA 8 – Placa da primeira turma de Técnico em Agropecuária	85
FIGURA 9 – EFA Baixão do Carlos.....	87
FIGURA 10 – Placa de conclusão de Curso Técnico em Zootecnia – Turma 2019	89
FIGURA 11 – Sede da EFA São Pedro	91
FIGURA 12 – Construção do CACN	94
FIGURA 13 – Sede do CACN	95
FIGURA 14 – Turma de Mecânica Automotiva CACN.....	98
FIGURA 15 – Primeira Equipe de Monitores	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIH-PI – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira do Piauí
AEFAPI – Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Estado do Piauí
AMESP – Associação dos Microempreendedores de São Pedro do Piauí
ANI – Associação Nacional da Instrução
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento e Social
CABJ – Colégio Agrícola de Bom Jesus
CACN – Centro de Aprendizagem Carlo Novarese
CAF – Colégio Agrícola de Floriano
CAT – Colégio Agrotécnico de Teresina
CEFET/PI – Centro Federal de Educação Tecnológica
CONDESP – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São Pedro do Piauí
EAAPI – Escola de Aprendizes e Artífices do Piauí
EAT – Escola Agrotécnica de Teresina
EFA – Escola Família Agrícola
EFTUR – Escola Família de Turismo
EIFP – Escola Industrial Federal do Piauí
EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
ESAR – Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez
ETFP – Escola Técnica Federal do Piauí
FIC – Formação Inicial e Continuada
FUNACI – Fundação Padre Antônio Dante Civiero
FWF – Fundação Wall Ferraz
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPSSAR - *Instituti Profissionali di Stato Per i Servizi Albergueri e Della Ristorazione*
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIPI – Liceu Industrial do Piauí
MEC – Ministério da Educação
MEPES – Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo

PAC – NET - Serviços de Tecnologia pelas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Piauí

PACTUE – Programa de Autonomia, Cooperação e Transparência das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Piauí

PIEMTUR – Empresa de Turismo do Estado do Piauí

PMT – Prefeitura Municipal de Teresina

PNAE – Programa Nacional Alimentação Escolar

PDDE – Programa Nacional Dinheiro Direto na Escola

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PREMEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional

PROFEPT – Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SEBRAE – Serviço Brasileiro às Micro e Pequenas Empresas

SEDUC/PI – Secretaria de Estado do Educação do Piauí

SEMDEC – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem no Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SETUR – Secretaria de Estado do Turismo do Piauí

SIMFR – Solidarite International des Maisons Familiales Rurales

SINE – Sistema Nacional de Emprego

UETEP – Unidade de Educação Profissional, Alfabetização, Inclusão e Diversidade.

SUMÁRIO

I	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: BASES CONCEITUAIS E PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÃO.....	17
1.1	INTRODUÇÃO	18
1.2	BASES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): ÊNFASE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....	19
1.2.1	Elementos históricos e memórias da EPT no Brasil.....	23
1.2.2	Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.....	29
1.3	EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	36
1.4	EDUCAÇÃO DO CAMPO: A ALTERNÂNCIA NAS ESCOLAS FAMÍLIAS.....	39
1.5	BASES FUNDACIONAIS DA FUNACI E A ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NAS EFAS.....	49
II	BASES CONCEITUAIS DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: FUNACI MANTENEDORA DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES.....	53
2.1	INTRODUÇÃO.....	54
2.2	FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES.....	54
2.3	BASES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ.....	60
2.3.1	Educação profissional rural no Piauí.....	63
2.3.2	Novos direcionamentos no Piauí.....	65
2.4	PIONEIRISMO NA CRIAÇÃO DE ESCOLAS FAMÍLIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	74
2.4.1	Escola Família Agrícola de Montes Claros – Aroazes/PI – 1986.....	77
2.4.2	Escola Família Agrícola do Soinho – Teresina/PI – 1990.....	83
2.4.3	Escola Agrícola do Baixão do Carlos – Teresina/PI – 1995.....	87
2.4.4	Escola Família Agrícola de São Pedro – São Pedro do Piauí/PI 1998.....	90
2.4.5	Centro de Aprendizagem Carlo Novarese – Teresina/PI – 2000.....	94
2.4.6	Escola Família de Turismo – Teresina/PI – 2005.....	98
2.5	RESILIÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO NA CAMINHADA COM A EPT.....	102
III	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PRODUTO EDUCACIONAL.....	104
3.1	PESQUISA DOCUMENTAL.....	107
3.2	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	107

3.3	ETAPAS DA PESQUISA.....	108
3.4	DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA.....	109
3.5	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	111
IV	APROPRIAÇÕES DA TRAJETÓRIA: RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	113
4.1	INTRODUÇÃO.....	114
4.2	DADOS E MEMÓRIAS: CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ.....	114
IV	PRODUTO EDUCACIONAL: CONCEPÇÃO, APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO	138
5.1	PASSOS PARA CRIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	138
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
	REFERÊNCIAS.....	147
	APÊNDICES.....	152
	APÊNDICE I – PRODUTO EDUCACIONAL: APRESENTAÇÃO	152
	APÊNDICE II – QUESTIONÁRIOS	155
	APÊNDICE III – TERMOS.....	158
	APÊNDICE IV – PRODUTO EDUCACIONAL.....	162

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: BASES CONCEITUAIS E PERSPECTIVAS DE TRANSFORMAÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

Neste primeiro capítulo, abordaremos os elementos de base histórica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, e das bases fundacionais da Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI), bem como da relação com as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

A FUNACI adotou como metodologia a Pedagogia da Alternância (PA) (BRASIL, 2006), para o trabalho educativo nas modalidades de educação do campo e educação profissional, e em alguns cursos o método tradicional do ensino regular. Isso, num percurso que permite a reflexão sobre o contexto situacional de sua atuação no Piauí, destacando-se, portanto, as realidades: social, política, econômica que lhe possibilitaram emergir como ação pastoral e social do Padre Humberto Pietrogrande¹, em Teresina-PI.

A situação fundacional da FUNACI remonta à década de 1980, diante do cenário de transformações sociais e econômicas, bem como a urbanização no Brasil, sobretudo em Teresina-PI, o momento propiciou elementos que justificaram a criação da fundação. O intuito da mesma era atuar como uma organização da sociedade sem fins lucrativos, mantenedora de ações nas áreas de educação, saúde e assistência social na periferia e zona rural da capital Teresina e na zona rural dos municípios de Aroazes, São Pedro e Miguel Alves, no estado do Piauí.

As ações de cunho educacional, tinham o propósito de escolarização e da profissionalização, atuando no ensino fundamental de forma progressiva (6º ao 9º ano) e na educação profissional técnica de nível médio, nas formas, integrado e subsequente, realizando os seguintes cursos: técnico em agropecuária, técnico em zootécnica, técnico em informática, técnico em cuidados em idosos, técnico em cozinha, técnico em eventos, técnico em bar e restaurante e técnico em manutenção automotiva, além da realização da cursos de qualificação profissional

¹ Padre Humberto Pietrogrande filho do advogado Rinaldo Pietrogrande e de Elisa Romaro, nasceu em 1º de abril de 1930, na comuna de Pádua, na região do Vêneto, no norte da Itália. Em Pádua, entre os anos de 1935 e 1948, concluiu seus estudos primários e secundários. Em 1953 concluiu o curso de Direito na Universidade de Pádua. Foi nomeado Procurador da República Italiana em 1955, função que exerceu até 1957, quando passou a dedicar-se exclusivamente à sua vocação religiosa. Na Pontifícia Faculdade de Filosofia Aloisianum de Gallarate fez o curso de filosofia e na Universidade de Parma concluiu o curso de pedagogia, ambos entre os anos de 1957 e 1961. Chega em 3 de fevereiro de 1962 a Salvador no Brasil. Pe. Pietrogrande, já sacerdote, em 1965, inicia seu ministério no município de Anchieta/ES, e em 26 de abril de 1968, funda o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), um marco da Pedagogia da Alternância no Brasil. Da experiência do MEPES, funda em 1969 a primeira Escola Família Agrícola no município de Anchieta/ES, pioneira no Brasil. Depois de dezoito anos de atuação no ES, em 1985, Pe. Pietrogrande é transferido pelo Provincial da Companhia de Jesus, para assumir a Escola Agrícola Santo Afonso Rodrigues (ESAR) e a Paróquia do Divino Espírito Santo no bairro Socopo, em Teresina/PI. No dia 12 de outubro de 1989 cria a FUNACI – Fundação Padre Antônio Danti Civiero.

na formação inicial e continuada (FIC).

Assim sendo, a FUNACI resulta, portanto, de um esforço conjugado do Pe. Pietrogrande, voluntários e outras organizações da sociedade civil, com apoio da congregação religiosa Companhia de Jesus (Jesuítas), da Arquidiocese de Teresina, a Sociedade Nacional de Instrução (SNI), Congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência e a Associação Brasileira de Educação Familiar e Social, dentre outras organizações, personalidades locais e nacionais que apoiaram a causa.

A FUNACI desenvolveu uma intervenção centrada no desenvolvimento humano integral, diante da realidade social das comunidades empobrecidas em que atuou no período de 1989 a 2019, objeto deste estudo, com pouca ou nenhuma ação do Estado. Essa ação possui significado político e estratégico, com vistas à transformação das condições de vida dessas populações.

Considerando as ações da referida instituição no campo da educação geral e da educação profissional em particular, neste estudo, analisamos o percurso histórico e as memórias da fundação no período de 1989 a 2019, com ênfase na criação das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), Escola Família de Turismo (EFTUR), ambas escolas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e ainda do Centro de Aprendizagem Carlo Novarese (CACN) com a FIC.

1.2 BASES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): ÊNFASE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

O debate sobre a história da EPT no Brasil e a ação do Estado em relação às políticas de desenvolvimento e de assistência aos desvalidos estão ligados ao sistema econômico capitalista, portanto, sua ação estratégica situa-se na preparação de mão de obra para o mercado. Quanto a isso, Ramos (2014) elucida que,

[...] a formação dos trabalhadores torna-se uma necessidade econômica e não mais uma medida exclusivamente social como em sua gênese, quando se destinou a proporcionar ocupação aos desvalidos da sorte e da fortuna, nos termos do decreto de Nilo Peçanha, de 1909 (RAMOS, 2014, p. 14).

Nesse sentido, refletir sobre a EPT requer, antes de tudo, fazer um percurso

histórico de compreensão de sua implementação pelo Estado brasileiro, como política pública de caráter também econômico, de maneira, que ao longo do percurso de seu desenvolvimento, possamos elucidar seus propósitos e implicações para os trabalhadores e para a economia, ou seja, o impacto no conjunto do desenvolvimento nacional.

Faz-se necessário, do ponto de vista pedagógico, compreender a relação trabalho-educação como base de referência para uma posterior análise histórica da EPT no Brasil. Nesse sentido, enquanto categoria de estudo, é preciso considerar que o trabalho exerce um papel central na sociedade e na vida dos trabalhadores, de modo que, para o debate histórico acerca do papel da educação profissional, é fundamental aprofundar a compreensão dos significados dessa categoria.

O trabalho como forma de produção da existência está inserido numa perspectiva ontológica do sujeito social. Ontologia, enquanto etimologia, é o “estudo do Ser” (CIAVATTA, 2019, p. 16). Assim, na perspectiva desta pesquisa, o Ser é no e pelo trabalho. Desse modo, o humano é, se constrói, se afirma e se materializa na dinâmica da relação com o trabalho.

Ciavatta (2019) ainda ratifica que:

A concepção ontológica do ser social, presente na obra de Marx, mas não claramente teorizada, tem em Lukács uma demorada e complexa elaboração. É uma concepção de ontologia histórico-materialista. Falar sobre ontologia do ser social, é dizer como o ser humano se constitui (CIAVATTA, 2019, p. 17).

Dessa forma, o trabalho ocupa lugar de sentido e significado ontológico na direção da produção da existência social e da vida do trabalhador. Considerando que vivemos numa sociedade capitalista, como a brasileira, em que a centralidade do capital está focada na produção do lucro, o trabalhador é instrumental, um meio, ou objeto, e não um sujeito de produção da própria vida, e, portanto, do próprio sentido de ser e estar.

Na perspectiva do materialismo histórico, na sociedade capitalista, essa relação se objetiva no resultado monetário do produto ou do serviço prestado pelo trabalhador, gerando mais valia para o capitalista, o detentor do capital. Em decorrência, o ser trabalhador ocupa lugar de negação na perspectiva da sua integralidade.

Ciavatta (2019, p. 17) enfatiza que “o ser humano vive e age por meio da

cadeia das mediações que são postas em movimento para a produção da vida”. Nesse sentido, a luta por melhores condições de trabalho e de sentido do ser no trabalho - como produção da existência - coloca em xeque as condições materiais para o desenvolvimento do ser humano integral. Nessa perspectiva, o trabalho passa a ser entendido na sociedade capitalista como a forma que o ser humano, com sua capacidade manual e intelectual, executa o esforço produtivo, por meio da venda de seu conhecimento, de suas habilidades e técnicas, investidos na cadeia produtiva do mercado, recebendo um salário como contraprestação, nem sempre condizente com as suas necessidades existenciais.

Diante disso, é fundamental a compreensão acerca do trabalho como ontologia, ou seja, como elemento estruturante do ser do trabalhador. No pensamento marxista, o ser se constitui e se constrói nas contradições materiais e históricas do lugar social, cultural e econômico do trabalhador – a classe social – de modo que, a condição de trabalhador o coloca numa perspectiva de luta emancipatória e de produção da existência pela conquista da liberdade.

O trabalho na sociedade capitalista ocupa o lugar central da produção, não como sentido da existência (ser) para o trabalhador, mas como meio para subsistência, exigindo seus esforços físico (manual) e mental (intelectual), determinantes na mecanização dos processos de trabalho e na subvalorização econômica do trabalho realizado pelo trabalhador, como meio de ampliar os lucros do meio capitalista. Ademais, na perspectiva marxista, o trabalho enquanto ontologia torna-se, na sociedade capitalista, exploração e opressão, pois quanto mais o homem produz, menos as suas condições sociais, econômicas, tecnológicas e de consumo lhe são garantidas, em decorrência da negação do pagamento de salários condizentes com as necessidades básicas que possuem, impedindo o acesso ao consumo dos bens e serviços produzidos.

Outrossim, destaca-se que, no capitalismo, os sentidos do trabalho são perpassados pelos de sofrimento e dor (como exploração), configurando-se uma labuta cotidiana pela subsistência e pela sobrevivência de operários e funcionários que executam funções manuais desprovidas da valorização intelectual, numa separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, própria dessa sociedade dual. Essa divisão repercute fundamentalmente no campo da educação profissional no “exercício de profissões desvalorizadas” (MOURA, 2007, p. 10).

Então, ter uma profissão é um elemento estruturante na vida da pessoa, para

tanto, é preciso uma formação, treinamento, qualificação profissional, visto que, para exercer uma profissão, se faz necessária uma modalidade de educação reconhecida e validada legalmente, com potencial de garantir a inserção no mercado de trabalho. Nessa perspectiva educacional, a educação profissional técnica de nível médio se constitui numa modalidade da educação básica, sendo que, conforme a LDB nº 9.394/1996, no artigo 36-A (BRASIL, 1996), como enfatiza Moura,

Atendida a formação geral do educando, isso quer dizer, após prepará-lo para a vida e a cidadania, e contribuindo para o desenvolvimento do país, poderá qualificá-lo para o trabalho, para o exercício das profissões evidenciando uma dualidade institucional e pedagógica do processo educacional (MOURA, 2007, p. 10).

A educação tem funções diversas: a propedêutica, ao preparar para a vida e o prosseguimento nos estudos, permeando a cultura, as artes, as letras, o social, e outra, voltada para o trabalho, para o mercado, através do desenvolvimento e do exercício das profissões, da *práxis* de técnicas e de tecnologias, com foco no desenvolvimento econômico, determinando a centralidade da produção de bens e serviços de caráter mercadológico.

A escola se constitui, portanto, como o *lócus* da prática educativa e formativa, representando o meio social pelo qual é desenvolvida a transmissão e a produção do conhecimento técnico-científico e cultural para a preparação de cidadãos e profissionais, com vistas ao exercício das profissões no mercado de trabalho na sociedade capitalista.

Considerando os níveis da educação brasileira divididas em educação básica e educação superior, tendo a educação básica as seguintes etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), a Educação Técnica Profissional é uma modalidade do ensino médio que se insere na realidade da educação no país - para além da escolarização - como uma etapa importante de preparação para o trabalho. Desse modo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), para aqueles que não conseguiram estudar ou concluir no tempo adequado, por razões de caráter social, têm nessa etapa, a oportunidade de acesso ao ensino e a preparação para o trabalho, conforme o Art. 37 da LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996). O artigo referido enfatiza o caráter preferencial da articulação, dessa modalidade com a educação profissional, visando a preparação dos trabalhadores.

No Brasil, a Educação Profissional Técnico de Nível Médio, é uma modalidade do ensino médio que pode ser ofertada de forma integrada, concomitante ou intercomplementar – concomitante na forma e integrado no conteúdo – e, subsequente, com cursos os regulamentados pelos Conselhos Estaduais de Educação com validade nacional, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (BRASIL, 1996).

Essa possibilidade de preparação para o trabalho é fundamental para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, na perspectiva do pleno desenvolvimento do estudante, o exercício da cidadania e a efetiva preparação para a inserção no mundo do trabalho.

1.2.1 Elementos Históricos e Memórias da EPT no Brasil

Para uma melhor compreensão histórica, faz-se necessário retomar o processo de organização oficial dos primeiros cursos profissionalizantes no Brasil, cuja origem remonta o período imperial (1822 a 1889), conforme o portal do Ministério da Educação:

A formação para o trabalho no Brasil ocorre desde a colonização, ao se considerar, dentre outros, o desenvolvimento de aprendizagens laborais realizados nas Casas de Fundição e de Moeda e nos Centros de Aprendizagem de Ofícios Artesanais da Marinha do Brasil criados no ciclo do ouro. Durante o Brasil Império (1822 a 1889), o destaque é para a instalação das Casas de Educandos Artífices em dez províncias entre 1840 e 1865 (BRASIL, 2021).

A preparação para o trabalho é parte da história e memória nacional, sendo condição para o desenvolvimento do país, razão pela qual ocupa um lugar político, estratégico e tecnológico. Desse modo, considerando os primeiros indícios do processo da educação profissional no Brasil (RAMOS, 2014), percebe-se que se trata, ao mesmo tempo, de uma ação do Estado, da sociedade civil e da iniciativa privada, como veremos. Esta, sempre marcada por debates acerca de suas finalidades, resultados e impactos, almejados e alcançados.

As ações do Estado brasileiro, em relação ao trabalho-educação, têm historicamente se limitado ao atendimento das necessidades mercadológicas de mão-de-obra, mesmo atendendo às demandas sociais com “caráter assistencialista”,

como aponta Moura (2007, p. 6). No contexto histórico brasileiro, podemos observar, quanto à história da EPT, que;

Em 1909, já na República, são criadas dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”. Destinadas ao ensino *profissional, primário e gratuito*, estabelecem-se como marco do início da Educação Profissional e Tecnológica como política pública no Brasil, tendo sido instituídas por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro. A partir de 1927, o Congresso Nacional aprova projeto que torna obrigatória a oferta no país nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, sendo prevista uma instância de *Inspetoria do Ensino Profissional* Técnico logo depois em 1930 quando da criação do Ministério da Educação (BRASIL, 2021, p. 54).

A criação das Escolas de Aprendizes e Artífices deu-se de numa realidade de extrema pobreza de milhares de brasileiros, que viviam situações sociais de abandono, delinquência e marginalidade, sendo, à época, chamados de “órfãos e ou desvalidos”. Para Moura (2007), essa situação exigia do governo uma ação capaz de mudar essa realidade, com medidas embora assistenciais, que incluíssem a preparação profissional, a fim de atenuar essa condição social, inserindo as pessoas no mercado de trabalho, como uma forma de tecnocrática de ação. Moura (2007) faz uma crítica pelo caráter não emancipatório da criação das escolas de aprendizes e artífices, dizendo:

Essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é perfeitamente coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da coroa portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu a influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história – uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um desses segmentos (MOURA, 2007, p. 6).

O autor faz uma crítica contundente ao afirmar que a condição social desfavorável é histórica, estando presente desde o início da dominação do território brasileiro, perpassando as relações escravocratas, sendo que a libertação dos escravos, em 1888, sem nenhuma política de apoio e suporte para a nova condição social dos negros, os deixou abandonados, situação agravada pela imigração estrangeira, que representou a substituição da mão de obra escrava.

Nesse processo, o Estado, pressionado pela própria sociedade que já desenvolvia ações de amparo, visando à “eliminação das práticas de desordem e de ações contra os bons costumes” (MOURA, 2007, p. 6), cria as Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, as quais, embora de caráter nitidamente

assistencialista, se constituíram como uma primeira ação organizada e formalizada pelo Governo Federal, com vistas ao acolhimento dos desvalidos. Essas escolas configuram-se, pois, como uma política pública nacional de profissionalização, com abrangência nos estados da Federação, iniciando-se a organização da educação profissional no país (MOURA, 2007).

Na sequência, na década de 1930 a Constituição Federal do período enfatizou a educação profissional como dever do poder público, definindo que as indústrias, empresas e sindicatos poderiam criar escolas para capacitação de aprendizes, conforme a sua área de atuação no mercado. Nesse período, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) e o Conselho Nacional de Educação (1931), passos fundamentais para a organicidade das políticas educacionais nacionais. Ramos (2014, p. 25) destaca que “A partir de então, a história do desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro foi marcado pelo embate entre um projeto de desenvolvimento autônomo e outro associado e subordinado ao grande capital estrangeiro no governo de JK”.

Ademais, no processo de aproximação entre trabalho e educação, conforme as políticas de governo voltadas para o desenvolvimento industrial, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, por meio do Decreto-Lei Nº 4048/1942 (BRASIL, 2021). Esse início teve foco no fortalecimento do setor da industrial, que possuiu forte apoio e incentivo político do Governo Vargas, desde o início dos anos 1930. O SENAI surge como uma estratégia de capacitação e preparação de mão de obra para esse setor importante no contexto da política de desenvolvimento nacional, com uma mudança da perspectiva de caráter assistencialista para uma política técnica e tecnológica de preparação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Nesse mesmo período, foi promulgado o Decreto-Lei nº 4.073/1942 (BRASIL, 1941), conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, um passo importante para a educação profissional no país, tendo como elemento estruturante a definição de dois ciclos para esse ensino: o primeiro ciclo correspondia ao nível básico, incluindo a maestria, o ensino artesanal e a aprendizagem, enquanto o segundo ciclo compreendia o ensino técnico e o ensino pedagógico, tornando-se a base para a organização da rede federal de ensino em educação profissional. Essas ações estavam alinhadas ao processo de industrialização do Brasil (MOURA, 2007, p. 8) e

à necessidade de mão de obra para atender essa demanda, de modo que, mesmo sendo uma formação tecnicista, representou a estratégia para a inserção dos trabalhadores nas oportunidades de emprego e renda geradas, submetidas à lógica do capital industrial.

Oportunamente, no mesmo período, foi promulgada, em 1943, a Lei Orgânica do Ensino Comercial, através do Decreto-lei nº 6141/1943 (BRASIL, 1943) e a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, por meio do Decreto-lei nº 9613/46 (BRASIL, 1946), criando-se ainda o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), também em 1946. Dessa forma, o papel dos setores econômicos vai ocupando espaços importantes na qualificação de trabalhadores, efetivando-se uma leitura economicista das necessidades de aprendizagem.

O avanço do setor empresarial na educação profissional através do SENAI e SENAC, dentre outras instituições nos estados e municípios, contou com o apoio político e financeiro do Estado brasileiro, por meio da arrecadação de impostos e repasse para essas instituições, chamadas atualmente de sistema “S”. São organizações civis sem fins lucrativos mantidas com a arrecadação dos trabalhadores e das empresas, contando ainda com substancial injeção de recursos do Governo Federal. Ao mesmo tempo, embora com maior lentidão, foram instituídas as escolas técnicas federais em 1959, como instituições próprias, legalmente constituídas como autarquias.

Moura (2007) enfatiza que:

O conjunto desses Decretos-Lei evidencia a importância que passou a ter a educação dentro do país e, em especial, a educação profissional, pois foram definidas leis específicas para a formação profissional em cada ramo da economia e para a formação de professores em nível médio (MOURA, 2007, p. 9).

Esses avanços no âmbito da educação profissional vão constituindo uma política pública nacional que se fortalece com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961), que estabeleceu a possibilidade de prosseguimento nos estudos, inclusive em cursos superiores. Desse modo, em 1968, através da Lei nº 5540/68 (BRASIL, 1968), são criados os cursos superiores de tecnologia.

Considerando que a aprovação da LDB nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961) é resultado de processos políticos, Moura (2007) esclarece que todo o período de

tramitação, desde 1948, foi de discussões e de debates acerca da sociedade brasileira que estava se delineando, o que apontava para perspectivas distintas do desenvolvimento nacional e, com isso, da própria concepção de educação, incluindo-se a de educação profissional.

Somado aos fatos mencionados, em 1971 foi instituída a Lei nº 5.691/71 (BRASIL, 1971), que definiu o segundo grau como ensino profissionalizante de forma compulsória (RAMOS, 2014), sendo que todas as escolas deveriam conduzir o currículo para a profissionalização técnica ou, ao menos, para uma habilitação de auxiliar técnico. Entretanto, o segundo grau, com a profissionalização compulsória, geraram um ambiente de desigualdade, em virtude de suas impossibilidades de operacionalização nos estados e municípios, devido à falta de recursos financeiros suficientes para criação de laboratórios, dentre outros recursos didáticos, assim como a realização de cursos técnicos com menor nível de exigência, considerando-se que as Escolas Técnicas Federais, com maior aporte de recursos, se sobressaíram do ponto de vista da qualidade formativa. Portanto, a agregação de valor aos alunos oriundos dessas instituições no mercado de trabalho. Outra questão foi a manutenção dos currículos propedêuticos pelas escolas privadas (MOURA, 2007).

Uma crítica importante acerca do que essa reforma do segundo grau representa é a de que foi uma decisão política do governo, com objetivo de atender a pressão popular por educação e qualificação para o trabalho, bem como, do setor empresarial. No entanto, conforme Moura (2007), quando deveriam ampliar os conteúdos da formação profissional integrados aos conhecimentos propedêuticos (ciências, artes, letras), houve efetivamente uma inversão, apresentando assim

[...] um caráter instrumental e de baixa complexidade, uma vez que, dentre outros aspectos, não havia a base científica que permitisse caminhar na direção de conhecimentos complexos inerentes ao mundo do trabalho. E isto não ocorreu por acaso, pois fazia parte da própria concepção de desenvolvimento do país e da reforma educacional em questão (MOURA, 2007, p. 13).

A nova legislação reforçou ainda mais o caráter dualístico das políticas de educação nacional, que historicamente privilegiam a educação propedêutica para progressão ao nível superior. Tal fato se evidencia na pouca adesão das escolas privadas e das escolas públicas estaduais e municipais, bem como na realização de

cursos pouco complexos e ineficientes em termos de atendimento das reais necessidades do mercado. Nesse contexto, as escolas federais foram as que efetivamente conseguiram ampliar seu leque de cursos técnicos com qualidade, assegurando uma maior absorção dos profissionais pelos setores econômicos (MOURA, 2007, p. 13).

No avanço das políticas de educação profissional, as escolas técnicas federais do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais passaram se constituir como Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), de acordo com a Lei nº 6.545/78 (BRASIL, 1978), funcionando como autarquias vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, o que significou um passo importante para o reconhecimento da qualidade da formação ofertada por essas instituições. Ao mesmo tempo, deu-se a ampliação de sua responsabilidade com a educação superior (tecnólogos, bacharelados e licenciaturas), incluindo a pós-graduação e a pesquisa, além de ministrarem cursos técnicos, o 2º grau e a extensão, um avanço no sentido de atender as necessidades de qualificação de mão de obra especializada.

Após um intenso debate nacional contra e a favor, em 1982, o Governo Federal reformulou a lei da obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau, retirando essa obrigatoriedade, através da Lei nº 7.044/82 (BRASIL, 1982). Tal fato resultou novamente da pressão da sociedade, principalmente da classe média, bem como das escolas privadas, em razão da não inserção curricular e da falta de interesse dos alunos para ingresso antecipado no mercado de trabalho, visando, prioritariamente, ao prosseguimento dos estudos em cursos superiores.

Nesse contexto, as bases para a mudança instituída pela LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) se assentaram na dualidade da educação, visto que, para os pobres, filhos dos trabalhadores, havia uma preparação aligeirada para o ingresso no trabalho, enquanto a educação propedêutica (regular) direcionava-se à classe média e aos ricos, com centralidade na formação acadêmica e a preparação para o ingresso em cursos superiores, oferecendo melhores condições de competitividade nos exames vestibulares.

Alinhados aos interesses do capital e em resposta às suas demandas, foram criados, em 1991, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), pela Lei nº 8.315/91 (BRASIL, 1991), e, em 1993, o Serviço Nacional de Aprendizagem do

Transporte (SENAT), pela Lei nº 8.706/93, ampliando as respostas às necessidades de qualificação profissional no setor da economia.

Assim, no sentido de avançar na organização das políticas de EPT, o governo federal dinamiza a articulação nacional da Educação Profissional e Tecnológica, com a criação do Sistema Nacional de EPT.

1.2.2 Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica

Em 1994, é criado o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, por meio da Lei nº 8.948/94 (BRASIL, 1994), em conjunto com a lei de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs). O que se deu de forma gradativa, enfatizando-se ainda o modo de composição e organização do sistema, que passou a contar com as instituições federais de educação tecnológica, as escolas agrícolas federais e as escolas congêneres dos estados, Distrito Federal e municípios.

A criação do sistema por lei foi um passo importante para o fortalecimento do debate acerca da importância da educação profissional para o país, devido a organicidade de forma articulada e integrada pelos diversos atores envolvidos, bem como pelos diversos níveis de ensino e atuação das instituições.

No decorrer desse processo, deu-se o debate nacional sobre a necessidade de uma nova LDB, sendo apresentada a proposta da Lei nº 1.258/1988 (BRASIL, 1988), na Câmara dos Deputados, pelo deputado federal Octávio Elísio², que abordava o segundo grau com perspectiva de uma educação alinhada com a proposta da escola unitária de Gramsci³ e politécnica, na perspectiva marxista de educação. Esse projeto contou com uma forte participação dos educadores, intelectuais e demais trabalhadores e gestores progressistas da educação brasileira. Por seu turno, o senador Darcy Ribeiro apresentou outra proposta no senado, a qual

²² Deputado Federal - (Constituinte), 1987-1991 pelo Estado de Minas Gerais, PMDB, Data de Posse: 01/02/1987; e Deputado Federal suplente nos anos de 1997-1998, pelo PSDB, data de Posse: 25/02/1997. Professor de Economia e Legislação Mineral, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1977; Professor de Tratamento de Minério, Esc. de Minas de Ouro Preto; Secretário-Adjunto de Ciência e Tecnologia do Estado de Minas Gerais, 1977-1979; Secretário Executivo da FUNDEP, UFMG, 1979-1983; Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, 1983-1986; Secretário de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, 1991-1994; Diretor do BDMG, 1995-1997; Secretário Executivo da COPAM; Secretário de Estado Interino e Presidente Interino da Fundação CETEC; Consultor do CNPQ. (Câmara dos Deputados/2021).

³ Jornalista e escritor Italiano.

foi aprovada, inclusive com apoio do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Embora, com avanços significativos na garantia do direito à educação, a LDB 9.394/96 institucionalizou a dualidade: a separação entre a educação propedêutica, o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio, assim como a criação de cursos de especialização técnica. Moura (2007) faz uma crítica a essa dualidade, apontando que a educação brasileira ficou estruturada em dois níveis: educação básica e educação superior, sendo que a educação profissional não ficou em nenhum dos dois níveis. Afora o exposto, ainda, a própria LDB nº 9.394/96, no art. 40, estabelece que a “Educação Profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular, reforçando que poderá ainda se dar por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições próprias ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996).

Moura (2007) faz uma dura crítica a essa intencionalidade da LDB nº 9.394/96, cujo objetivo era, de fato, separar a educação profissional do ensino médio, uma pauta já presente nas ações do governo Fernando Henrique Cardoso (Projeto de Lei 1603/96), o que já tinha gerado forte resistência dos movimentos das mais diversas correntes políticas no congresso nacional, além dos trabalhadores, discentes, movimentos sociais, e instituições de pesquisas e investigação do campo da educação e da educação profissional, das Escolas Técnicas Federais (ETFs) e CEFETs.

Moura (2007) enfatiza que o governo FHC, pressionado, reduz o esforço para aprovação do Projeto de Lei nº 1.603/96 (BRASIL, 1996), no entanto, aprova a nova LDB 9496/1996 com os arts. 36, e 39 a 42, que permite a regulamentação das modalidades de articulação da educação profissional, através de decreto da Presidência da República. Para o referido autor,

[...] o conteúdo do PL 1603 foi praticamente contemplado no Decreto nº 2.208/1997. Assim sendo, o governo federal de então fez prevalecer o seu intuito de separar o ensino médio da educação profissional sem ter que enfrentar desgaste de tramitar um Projeto de Lei ao qual havia ampla resistência, caracterizando antidemocrático esse episódio (MOURA, 2007, p. 16).

Desse modo, com a educação profissional separada do ensino médio, retorna o caráter propedêutico desse nível de ensino, potencializando a dualidade e a impossibilidade de articulação efetiva da educação geral com a profissional.

A seguir, em 1997, o Governo Federal edita o Decreto nº 2.208/1997 (BRASIL, 1997), com o objetivo de estabelecer as bases da reforma da educação profissional, como explana Santos (2017):

[...] o governo, ao abrir à iniciativa privada este nicho de mercado, atende a dois objetivos de orientação neoliberal que se complementam em suas finalidades. Por um lado, o governo se isenta de custear uma formação técnico-científica articulada ao ensino médio, pois este tipo de educação acaba onerando mais do que a formação propedêutica nos moldes das que se ofertam no ensino médio público, sobretudo noturno e, por outro lado, abre ao empresariado a possibilidade de lucrar com a educação do trabalhador. Em resumo, cortar gastos diretos com a educação pública ou mesmo eliminá-los e ainda ceder espaço para a venda da educação faz parte da lógica do que se chama Estado Mínimo (SANTOS, 2017, p. 231).

A proposta efetiva do governo FHC caminhava na intencionalidade da privatização da educação profissional, haja vista, os acordos com instituições internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), considerando o empréstimo para implementação da reforma da educação profissional, por meio do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Segundo Moura (2007, p. 16), “a reforma da educação profissional e o PROEP foram coerentes com a lógica neoliberal do governo e de seus patrocinadores”.

Quanto à lógica do PROEP, Ramos (2014, p. 59) explica que o programa visava a implementação ou à readequação de duzentas instituições federais de educação profissional, com financiamento para obras e equipamentos. Dessa maneira, foi incentivada pelo próprio governo federal a adesão das instituições, incluindo-se as federais (70), as estaduais (60) e o segmento comunitário (70), havendo a necessidade de incorporação, em seus planos de ação e gestão, de uma política de sustentabilidade para a garantia do acesso ao financiamento. Constava ainda no PROEP a transformação das instituições federais de educação tecnológica em Centros de Educação Profissional, numa perspectiva de reestruturação, garantindo a autonomia financeira, desde que com comprovação da tal sustentabilidade, buscando-se arrecadação a partir da prestação de serviços à comunidade (MOURA, 2007).

Tal objetivo tinha como estratégia que as instituições desenvolvessem formas de autofinanciamento, vendendo cursos e estabelecendo parcerias com a iniciativa privada, que, inclusive, poderia compor seus conselhos, liberando assim os recursos do orçamento do governo para outras finalidades (RAMOS, 2014). Essa ação reduziria a responsabilidade orçamentária federal, numa nítida estratégia de privatização. Desse modo, os projetos enviados pelas instituições que visavam ao ensino médio eram, conforme Moura, “sumariamente reprovados” (MOURA, 2007, p. 17), o que era compatível com a separação entre o ensino médio e a educação profissional.

A dualidade garantida com a LDB nº 9.394/96 e o Decreto nº 2.208/1997 estavam alinhadas na mesma estratégia: repassar a educação profissional para a iniciativa privada, incluindo-se as organizações sem fins lucrativos, como o sistema “S”, e as entidades comunitárias. Havia ainda, conforme Santos, real interesse dos formuladores, que consideravam os argumentos de que egressos dos cursos técnicos “não atuavam no setor” e ainda que iriam direto para o ensino superior (SANTOS, 2017), o que causaria uma perda de investimento.

Podemos verificar, nesse posicionamento crítico de Santos (2017), uma análise política acerca da decisão governamental de então, que desvinculava a EPT efetivamente de uma educação que possibilitasse aos filhos dos trabalhadores e aos próprios a progressão acadêmica, reforçando o papel dualístico e tecnicista da educação profissional e a meta de imediata inserção dos egressos no mercado de trabalho, atendendo as necessidades de mão de obra dos atores e setores econômicos.

Seguindo o processo de avanços importantes na organização nacional da educação profissional, tivemos a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), por meio da Resolução CNE/CEB nº 04/99 (BRASIL, 1999), e das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico, pela Resolução CNE/CEB nº 03/2002 (BRASIL, 2002), instrumentos legais que dão organicidade legal e pedagógica aos referidos cursos e reforçam a sua dualidade.

O debate nacional sobre o papel da EPTNM para os trabalhadores estava posto no enfrentamento ao Decreto nº 2.208/1997 (BRASIL, 1997) do governo federal, que aproxima ainda mais a EPT das perspectivas de privatização e de atendimento focal das estratégias do mercado, por mão de obra qualificada.

Além da reforma na educação profissional técnica de nível ocorreu o fortalecimento da educação tecnológica (superiores tecnólogos) com a perspectiva da privatização, o que fez aumentar exponencialmente no país o número de cursos superiores ofertados pelas instituições privadas, como expõe Moura (2007):

A combinação desses fatos, associados à cultura nacional que supervaloriza socialmente o diploma de estudos de nível superior, embora não se possa estabelecer uma correspondência precisa entre *status* social supostamente conferido por esses diplomas e a repercussão econômica do mesmo para seus detentores, fez com que houvesse uma proliferação sem precedentes na oferta de cursos superiores de tecnologia na iniciativa privada, sem controles muito eficientes sobre a qualidade dos mesmos. Na verdade, segundo a lógica inicialmente apresentada, o que realmente importava era o fortalecimento do mercado educacional e isso efetivamente aconteceu (MOURA, 2017, p. 18).

Oportunamente, houve também um crescimento dos cursos superiores de tecnologia nos CEFETs e em outras instituições de EPT públicas, no entanto, conforme Moura, considerados de “boa qualidade, por serem públicas” (2007, p. 17), o que precisa ainda de verificação posterior, em outros estudos.

A partir da eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, e da sua posse em 2003, toma forma, em diversos segmentos da educação nacional, o debate sobre a EPT no país, a partir, da necessidade de se repensar, redesenhar e reformar a política pública do Estado brasileiro para a educação profissional. Nesse contexto, tinha-se como foco a revogação do Decreto nº 2.208/1997, com vistas a uma formação humana integral, que, conforme aponta Ramos (2014, p. 84), “sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”.

Essa demanda dos educadores, pesquisadores, movimentos sociais, instituições federais da EPT e segmentos do próprio governo federal alcançou resultados na medida em que proporcionou ao, e no Ministério da Educação (MEC) a realização de seminários promovidos pela Diretoria de Ensino Médio e de Educação Profissional da Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

O primeiro, o *Seminário Nacional Ensino Médio: construção de políticas*, realizado em maio de 2003, objetivou conhecer a realidade do ensino médio brasileiro e as novas perspectivas na construção de uma política para esse nível de ensino. O segundo, ocorrido em setembro de 2003, foi o *Seminário Nacional de Educação Profissional: concepções, experiências, problemas e propostas*, cujo

documento base para estudo intitulava-se “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”, igualmente relevante para ter uma noção do contexto em que estavam inseridos e como proceder.

Ramos (2014) destaca a disposição da equipe que assumiu o Ministério da Educação para discutir e reconstruir a política nacional de EPT com os segmentos envolvidos, partindo para uma mudança, com o resgate das contribuições acadêmicas, sindicais e da sociedade para a formulação de novas ações e atitudes frente aos fundamentos da EPT. Por conseguinte, estrategicamente, houve a revogação do Decreto nº 2.208/1997 (BRASIL, 1997), que ocorreu no dia 23 de julho de 2004, através da edição do novo Decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004), o qual foi resultado de amplos debates e divergências de segmentos interessados nessa nova legislação, inclusive impactando posteriormente na sua efetivação, que, conforme Ramos (2014, p. 67), foi marcada por contradições, pois se esperava uma forte atuação da sociedade civil na luta para que o decreto tivesse força para além do âmbito jurídico, o que não ocorreu.

Desse modo, “houve um recrudescimento” segundo Moura (2007, p. 18) da dimensão política do novo decreto e uma fragmentação iniciada internamente no próprio governo, com a separação do ensino médio e da educação profissional, como aponta Ramos, “uma certa omissão do poder executivo” (2014, p. 67), no embate com as forças ideológicas de segmentos conservadores, que interferiu no âmbito da adequação das Diretrizes Curriculares Nacionais da EPTNM ao novo decreto.

No período de 2003 a 2014 foram implementados e executados vários programas federais com foco na qualificação profissional dos trabalhadores, demonstrando uma intensa articulação de novos programas com públicos distintos e apresentando uma possibilidade de aproximação dos que mais precisam, Carvalho (2013), expõe uma amostra no Quadro 1.

QUADRO 1 – Principais programas de qualificação profissional no Brasil (2003-2014)

	PROGRAMA/PROJETO/AÇÃO	PERÍODO
1	PNQ – Programa Nacional de Qualificação	2003-2007
2	PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego	2004
3	Projeto Escola de Fábrica	2005

4	PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (2005/2006)	2005-2006
5	Projovem – Programa Nacional de Inclusão dos Jovens (criado em 2005 e recriado em 2008)	2005-2008
6	PROFUNCIONÁRIO – Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público	2007
7	Programa Brasil Profissionalizado	2007-2015
8	Rede CERTIFIC: Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada	2009
9	PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego	2011
10	Programa Mulheres Mil	Projeto-piloto em 2007; programa em 2011
11	Programa MédioTEC	2015
12	Polos de Inovação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal)	2015
13	Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal (PLAFOR)	2016
14	Plataforma Nilo Peçanha	2018
15	Programa Novos Caminhos	2019

Fonte: (CARVALHO, 2013), com adaptações do autor.

Os programas representaram ações e perspectivas políticas na condução da EPT, com avanços e retrocessos, conforme as análises a partir dos campos políticos. Assim, pode-se perceber, como elemento fundamental, o aumento gradativo de programas de oferta de acesso à educação profissional pública e privada - em suas várias formas e modalidades para os trabalhadores e seus filhos. Tratou-se de um posicionamento importante do governo federal em alterar as condições de acesso, ampliando vagas alinhadas com a necessidades do mercado e dos arranjos produtivos locais. As iniciativas representam também o esforço político para a realização de mudança no campo da concepção da construção de uma educação profissional que rompa com a dualidade (FRIGOTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005), e esteja voltada para a formação humana integral, omnilateral ou politécnica.

Os espaços políticos de enfrentamento de teses ao longo desse período e, portanto, de modelos, estiveram entre uma EPT progressista no campo socialista e outra em atendimento das demandas do mercado capitalista, traduzindo-se como resposta aos setores econômicos, a exemplo do Programa Escola de Fábrica, que

se “restringiu à aprendizagem especificamente profissionalizante”, conforme critica Santos (2017, p. 235).

1.3 EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Considerando o processo histórico de avanços e retrocessos da educação profissional e tecnológica no Brasil, pode-se verificar o crescimento das instituições de ensino e, de modo particular, das federais, com a expansão da rede federal de ensino, ciência e tecnologia, que, de acordo com Carvalho (2013), passou por três fases expansionistas, conforme destacado no Quadro 2.

QUADRO 2 – Cronologia de expansão da rede federal de ensino, ciência e tecnologia

FASE I 2005-2007	• Lei nº 11.195/2005 (expansão da oferta da educação profissional); • Construção de 64 unidades de ensino, distribuídas em 37 UNEDs, e de 9 CEFETs; federalização de 8 escolas técnicas e transformação do CEFET do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná; • Liberados 57 milhões a título de crédito extraordinário para o MEC, para construção e equipamentos de novas unidades de ensino; • Retomada da integração do ensino profissional ao ensino básico de nível médio, promovendo a educação integral e a EJA no contexto profissionalizante.
FASE II 2007-2010	• Campanha “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país” (MEC/SETEC, 2013b); • O plano de expansão prevê a criação de 150 novas unidades de ensino, somando 64 remanescentes da primeira fase, totalizando 214 unidades de ensino; • Pressão política dos municípios para serem incluídos nessa expansão; • Ao final da fase, tinha-se 214 novas unidades de ensino, mais 140 escolas técnicas pré-existentes, totalizando 354 escolas.
FASE III 2011-2020	• Presidência da República: Dilma Rousseff; • Continuidade, com lançamento da terceira fase de expansão da rede federal • Construção de 86 novos <i>campi</i> dos Institutos Federais (2011); • Previsão de construção de 208 novos <i>campi</i> de Institutos Federais, até 2014; • Investimento de até R\$ 7 milhões por unidade; • Previsão de 600 mil matrículas em toda a rede de ensino

	profissional.
--	---------------

Fonte: Carvalho (2013), com adaptações feitas pelo autor.

Carvalho (2013) apresenta o processo de avanço significativo em termos de estruturação física da rede federal como uma política pública estruturada, com metas de novas matrículas.

O autor aponta ainda a influência política na determinação dos locais de construção das unidades de ensino, mesmo tendo o governo federal instituído critérios técnicos para a sua implantação, o que evidencia o papel político da EPT no desenvolvimento das cidades e municípios circunvizinhos, de tal modo que o interesse pela implantação das instituições federais possibilita um atrativo para a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho. Assim, Carvalho (2013), baseado em dados do Tribunal de Contas da União (TCU), demonstra a evolução da rede ao longo do período, conforme exposto no Quadro 3.

QUADRO 3 – Cronologia de expansão da rede federal de ensino, ciência e tecnologia por regiões

PERÍODO	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Preexistentes	13	49	11	39	28	140
2003-2010	18	68	21	66	41	214
2011-2012	8	25	18	18	19	88
2013-2014	14	52	14	23	17	120
TOTAL	53	194	64	146	105	562

Fonte: Carvalho (2013), com adaptações feitas pelo autor.

A expansão propiciou a criação de novos *campi* e a estruturação de novas unidades de ensino da rede federal, o que foi fundamental para o crescimento ascendente de vagas disponíveis para a qualificação e a formação profissional, evidenciando uma continuidade nas políticas de EPT, desde 2003. Importante ressaltar que até 2018, a Rede Federal estava constituída de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica no Rio de Janeiro e Minas Gerais (CEFETs), 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, e o Colégio Pedro II, com seus respectivos campus (BRASIL, 2021).

A partir do Anuário Estatístico da Educação Profissional Ano Base (2019) do INEP, que apresenta dados referentes ao período de 2015 a 2019, conforme o Quadro 4, podemos observar um crescimento nas matrículas nos Estados e um

decréscimo na iniciativa privada em relação ao ano de 2015, mantendo um razoável crescimento entre os anos de 2016 a 2019.

QUADRO 4 – Evolução da Matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio por Dependência Administrativa e Rede – 2015-2019

Rede Ofertante	2015	2016	2017	2018	2019
Federal	324.207	341.580	346.918	362.368	354.580
Estadual	621.951	660.604	678.200	724.977	724.775
Municipal	30.419	30.303	29.676	28.468	26.466
Privada	847.990	741.958	736.117	752.430	768.418
Total Geral	1.825.457	1.775.324	1.791.806	1.868.917	1.874.974

Fonte: Elaborada por Deep/Inep e Setec/MEC baseada em Brasil. Inep (2020) com adaptação do autor.

Constata-se um crescimento no acesso à educação profissional no Brasil, o desafio posto é o de garantir a continuidade como política de Estado e, constituí-la efetivamente como pauta social dos trabalhadores da EPT, dos movimentos sociais, sindicais e dos gestores progressistas, acompanhando, monitorando e avaliando as ações realizadas pelos entes federativos.

Nesse sentido, em 2014, após intensos debates com a sociedade civil, governo federal, estaduais, municipais e o congresso nacional, foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) o Plano Decenal Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014) para ser executado no período de 2014 a 2024, com importantes compromissos assumidos, dentre os quais: garantir o mínimo de 25% de vagas para matrículas na Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental e Médio). Isso, na forma integrada à educação profissional, e assim triplicar as matrículas na educação profissional de nível médio, reforçando o papel da qualificação profissional com qualidade nas escolas e demais instituições públicas, com expansão em pelo menos 50% nas instituições públicas, em um processo de ensino e de formação para a cidadania e para o trabalho, conforme previsto na LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996).

O PNE é um plano de Estado, que compromete o poder público em suas instâncias federal, estadual e municipal nas responsabilidades de assegurar a execução de políticas públicas efetivas que mudem o cenário da educação nacional, tendo em vista o desenvolvimento do país.

Ao mesmo tempo que é um avanço e uma conquista para a EPT, é preciso que a sociedade esteja empenhada em monitorar e avaliar as ações, sempre com o recorte de processo formativo centrado nas pessoas, no seu desenvolvimento, e na execução de uma política efetiva, em que as disputas contra hegemônicas, de concepções e modelos educativos, também façam parte do escopo das lutas, junto aos governos, apontando para a efetivação de uma educação integral voltada para os trabalhadores, e para todos os brasileiros. Esse é o grande desafio transformacional em andamento para a implementação das metas do PNE, envolvendo, portanto, os governos e a sociedade, os educadores e os gestores comprometidos em garantir o seu cumprimento.

Nesse sentido, de acompanhar, monitorar e avaliar as ações governamentais, são importantes o debate e a luta contínua para garantir uma educação contextualizada e capaz de proporcionar a transformação da realidade social e da educação no meio rural. Essa realidade que os movimentos sociais do campo têm pautado enquanto política pública de estado, uma educação que esteja diretamente relacionada à vida, à cultura, e à realidade dos trabalhadores rurais. Trata-se de uma educação que resulte da caminhada histórica e política, bem como, de uma bandeira dos movimentos sociais que atuam no setor para garantir uma educação adequada e condizente com suas necessidades. A educação do campo é, portanto, estratégica para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural, e a pedagogia da alternância uma metodologia que se próxima dessa perspectiva (BRASIL, 2006).

1.4 EDUCAÇÃO DO CAMPO: A ALTERNÂNCIA NAS ESCOLAS FAMÍLIAS

O Brasil conta com uma presença importante do setor agrícola na economia, visto que o referido setor que passou por profundas transformações a partir da segunda metade do século XX (HESPANHOL, 2013), inclusive em suas ressignificações territoriais. No país, o agronegócio e o desenvolvimento e uso de novas tecnologias e equipamentos no campo, são eixos estruturantes das políticas nacionais para o desenvolvimento rural, de modo que, em 2019, o setor foi responsável por 21,4% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) (BRASIL, 2020).

Embora com crescimento econômico, diga-se PIB, Vendramini (2007) faz uma crítica acerca do impacto da concentração de terra,

A modernização da agricultura no país acentua ainda mais a concentração de propriedade de terra e a desigualdade social no campo, com alto preço de destruição da agricultura familiar, devastação e degradação dos empregos rurais, miséria da população rural e deterioração do meio ambiente (VENDRAMINI, 2007, p. 126).

Desse modo, considerando a situação dos trabalhadores do campo e a contradição entre a importância do campo para a economia nacional, é mister que a educação geral e a qualificação de profissionais possam atuar nessa realidade, transformando-a. O setor em desenvolvimento exige uma melhor preparação do trabalho e, portanto, a necessidade e oportunidade para a qualificação, representando, ao mesmo tempo, a contraditoriedade entre o avanço científico, tecnológico e a realidade de grande parcela da população de agricultores familiares que vivem no e do campo, sem o conhecimento científico e tecnológico adequado aos novos patamares da agroindústria.

Ao longo do século XX o país viveu mudanças significativas em sua territorialidade, com o aumento da migração de populações para as zonas urbanas das cidades de médio e grande portes, “deixando o país de ser uma sociedade de base rural para urbana, tendo, portanto, uma mudança de perfil demográfico conforme critérios analíticos do IBGE”, como enfatiza Hespanhol (2013, p. 104).

A educação do campo emerge dessa realidade brasileira e da luta dos movimentos sociais rurais, considerando a economia brasileira e a realidade concreta dos camponeses, bem como, a falta de políticas públicas de fixação, desenvolvimento socioeconômico e de condições de vida. Nesse viés, os movimentos desenvolveram processos educativos que se compunham de estratégias de escolarização e de educação para a cidadania e para o trabalho. Isso é resultante da agenda política dos movimentos rurais, tendo como base, as pautas políticas e organizativas da sociedade; sindicatos dos trabalhadores rurais, associações, cooperativa federações, igrejas, pastorais, fruto dos debates políticos e pedagógicos e da construção coletiva dos atores políticos que atuam na e pela implementação de políticas de educação para os povos do campo, ribeirinhos e comunidades tradicionais indígenas e quilombolas (VENDRAMINI, 2007).

Ampliando esse debate, Vendramini (2007) ainda expõe que:

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e

nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos (VENDRAMINI, 2007, p. 123).

Logo, considerando-se que, para a economia brasileira, o agronegócio é fundamental e tem impacto significativo no Produto Interno Produto (PIB) nacional, é fato a necessidade de uma compreensão crítica acerca da realidade da situação de vida dos trabalhadores rurais. Como apontado por Vendramini (2007); se constitui na condição de pobreza ou de extrema pobreza em muitas regiões do país, caracterizado pela existência de milhares de sem-terra e pela falta de recursos para investimentos em suas propriedades de cunho familiar.

O país é um dos mais desiguais do mundo, caracterizando-se como um dos maiores concentradores de renda e riquezas, com uma estrutura capitalista de latifúndios e grandes propriedades terras improdutivas voltadas para a especulação financeira e comercial. Essa é a realidade do Brasil, que tem na propriedade latifundiária a estratégia para as relações produtivas e econômicas no que tange ao agronegócio e à pecuária, além das transações fundiárias e latifundiárias, conforme Silva *et al* (2014). Isso posto, os trabalhadores permanecem numa situação difícil do ponto de vista da própria existência e das condições materiais reais para mudança desse contexto, tendo na educação o caminho para essa transformação.

Vendramini (2007) amplia essa questão ao reforçar que:

Na contramão do processo já consolidado de capitalização das relações de produção no campo, que se fez concentrando ainda mais a propriedade, movimentos sociais levantam a bandeira da reforma agrária, propõem a redistribuição de terra e de riquezas, ocupam áreas consideradas improdutivas, exigem trabalho, escola para seus filhos. As populações do campo, vítimas do processo de exclusão, não reivindicam apenas terra (VENDRAMINI, 2007, p. 126).

É fato que a concentração de terras em poucas mãos, historicamente, tem levado os trabalhadores rurais a se organizarem por meios dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sindicatos de agricultores e agricultoras familiares e movimentos sociais do campo e pautado transformações. Como exemplo, teve-se a forte atuação do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na década de 1990, com uma agenda política em prol da reforma agrária, do acesso à terra, dos investimentos para produção e aquisição de

tecnologias.

A luta do MST e demais movimentos inclui ainda o reconhecimento das comunidades tradicionais indígenas, ribeirinhas e quilombolas, e a necessidade de políticas públicas de financiamento capazes de lhes proporcionar o fortalecimento da agricultura familiar, a criação de animais com foco na sustentabilidade e uma educação que lhe possibilite uma melhor relação com a terra, com as oportunidades e o desenvolvimento nacional. Em síntese, não basta ter terra; é preciso condições de permanência e desenvolvimento (VENDRAMINI, 2007).

Constata-se que milhares de brasileiros que vivem no e do campo não são donos de suas terras, trabalhando como meeiros, arrendatários ou donos de pequenas propriedades, incapazes de se inserir no contexto do agronegócio e da agroindústria nacional, bem como das oportunidades de comercialização regional, nacional e internacional. Considerando que o agronegócio brasileiro é fundado em *comodities*, vinculados à dolarização internacional do preço, como, por exemplo a soja, e ainda a monoculturalização das plantações (soja, cana de açúcar, eucaliptos etc.), criação de gado etc., criam-se problemas ambientais, além da expropriação de terras dos pequenos produtores e dos povos tradicionais (SILVA; AQUINO; SILVA, 2014).

Nesse contexto, uma das pautas significativas dos movimentos sociais do campo tem sido a educação geral, a escolarização e a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para o uso de novas tecnologias, na perspectiva estratégica de fixação dos jovens e suas famílias no campo.

Nesse aspecto, de acordo com Vendramini (2007):

As experiências educacionais (escolas, programas e currículos especiais, campanhas nacionais etc.) voltadas para a população rural – desde a década de 1920, quando a educação rural começou a ocupar espaço na problemática educacional – se pautam pela lógica da educação como propulsora do desenvolvimento social. [...] mesmo com expansão quantitativa da escola rural, desde a década de 1920, a educação continuou precária, não conseguindo garantir escolaridade mínima fundamental ao homem do campo (VENDRAMINI, 2007, p. 127).

Os movimentos não querem qualquer educação, mas, aquela que possibilite uma interlocução, problematização à realidade, contextualização de práticas educativas e das demandas do campo, da vida concreta dos trabalhadores e das trabalhadoras. A esse respeito, Vendramini (2007) aponta que:

Há uma mudança significativa a partir da própria concepção de educação rural, agora intitulada educação do campo, que expressa, segundo Caldart (2004, p. 17), um “processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações” (VENDRAMINI, 2007, p. 127).

A autora ressalta que essa demanda por educação requer um modelo de ensino que considere o campo/o rural como lugar de produção da existência e da vida, marcados por relações históricas, sociais, econômicas, tecnológicas e culturais.

Trata-se de uma educação pautada pela relação pedagógica e política com os movimentos sociais, atuando e influenciando nessa direção, o que tem levado o conjunto de instituições de ensino, dentre elas, as universidades, institutos federais, escolas e demais instituições de ensino, a uma construção teórica, conceitual e prática de uma educação do campo a partir dos atores sociais envolvidos.

Acerca do exposto Vendramini (2007) amplia a discussão ao postular que:

Uma importante e significativa mudança de teoria e prática no que se refere à educação rural foi o movimento nacional desencadeado para a construção de uma escola do campo, vinculada ao processo de construção de um projeto popular para o Brasil, que inclui um novo projeto de desenvolvimento para o campo (VENDRAMINI, 2007, p. 123).

A partir dessa perspectiva dos movimentos sociais, igrejas, ONGs e instituições de ensino, pesquisa e extensão estão comprometidas com esse projeto popular. Vendramini (2007, p. 129) enfatiza que “a educação do campo ganha novo sentido, quando associada a um movimento social que defende a educação articulada com a criação de condições materiais para a vida no campo”.

Nessa perspectiva, compreende-se a educação no campo como contextualização didática e pedagógica da realidade rural no processo de ensino-aprendizagem, considerando os objetivos da educação geral, conforme o art. 2 da LDB nº 9.394/96 (BRASIL, 1996).

Desse modo, segundo Vendramini (2007):

A defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural. E, especialmente, o reconhecimento de que esta realidade precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas

(saúde, educação, transporte, infra-estrutura etc.). Portanto, pensar um projeto de educação do campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais (VENDRAMINI, 2007, p. 129).

Assim, para que haja uma mudança, há a necessidade de uma aproximação da educação com o meio e a cultura, buscando atenuar, reverter e transformar a situação do campo, de um lugar sem condições de vida, para uma nova realidade em que haja oportunidades para todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, incluindo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Trata-se de uma educação que fortaleça a proximidade direta do ser humano com sua realidade social, com a terra, com a produção da existência e da vida, numa relação de reciprocidade na qual se cultive o cuidado ecológico e sistêmico com a terra, a água e a natureza em geral.

A educação do campo, nessa perspectiva, se articula com os tempos, territórios, técnicas, culturas, dinâmicas e modos de vida dos agricultores e agricultoras, promovendo o aprendizado e o compartilhamento político de conhecimentos tecnológicos e culturais, fomentando a permanência e a fixação e convivência dos jovens em seu lugar de origem, visto que se veem obrigados, muitas vezes, devido seu contexto da falta de oportunidades de desenvolvimento, a migrar para as regiões urbanas, metrópoles ou médias cidades do interior do país.

A educação do campo também se constitui como uma estratégia socioeducacional de religar esses jovens com sua territorialidade e, ao mesmo tempo, com o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a cultura que colaboram para a sua permanência e ressignificação do campo, por meio da produção de conhecimento técnico-político, que impacta na produção de sua existência.

Nesse sentido, Vendramini (2007) reforça que:

A escola precisa estar em sintonia com as mudanças que acontecem no local, com as novas necessidades criadas e recriadas e com as expectativas que vão se constituindo de acordo com o modo de vida e de trabalho, que também estão em transformação (CANARIO, 2000, apud VENDRAMINI, 2007, p. 131).

Assim, os movimentos sociais do campo, ao demandarem historicamente uma escola do campo capaz de compreender e se articular com a sua realidade, não negam os objetivos gerais da educação, de formar para a cidadania, para o trabalho e para a apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos, mas

suscitam que esses conteúdos e práticas pedagógicas dialoguem com o contexto dos educandos no sentido de colaborar para a transformação da situação de abandono do campo, da exclusão dos pequenos agricultores e pequenos pecuaristas, bem como para a superação da falta de oportunidades de conhecimentos para obtenção de financiamentos e de assistência técnica, tendo em vista seu pleno desenvolvimento sustentável.

Trata-se de uma educação capaz de fazer imersão na realidade do campo com profundidade e ser a portadora de um ensino que propicie ao trabalhador e à trabalhadora rural as condições técnicas e políticas para o desenvolvimento de competências e habilidades que lhes assegure mudar sua realidade, transformando o campo num lugar de produção da vida, com dignidade e recursos financeiros, econômicos, técnicos e tecnológicos suficientes para o exercício pleno da cidadania e a formação humana integral e sustentável.

Vendramini (2007), ao descrever o papel dos movimentos sociais na luta por educação, reforça que:

As diversas ações sócio-educativas que se desenvolvem no interior dos movimentos sociais, cooperativas, associações, sindicatos e outras organizações sociais têm apresentado um grau de inovação e capacidade de mudança nos sujeitos envolvidos e no meio em que vivem. Sua forma de organização, de envolvimento social, de articulação com outras esferas da vida e outros sujeitos sociais têm permitido a reflexão sobre o sentido da escola. Além disso, tem-se constituído num confronto à educação mercantilista que caracteriza os sistemas de ensino na atualidade (VENDRAMINI, 2007, p. 132).

Ao longo desse percurso de luta dos movimentos do campo pela educação, tiveram várias experiências socioeducativas no Brasil, dentre as quais surgiram no final da década de 1960 as EFAs, implantadas por organizações da igreja católica inspiradas nos modelos franceses e italianos e nas décadas pós 1990, baseadas nas experiências dos assentamentos de reforma agrária desenvolvidas pelo MST (VENDRAMINI, 2007).

A primeira experiência de Escola Família Agrícola no Brasil deu-se a partir da criação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), em, 1968, pelo Padre Humberto Pietrogrande, membro da Companhia de Jesus (Jesuítas), que teve os primeiros contatos com as Escolas Família Agrícolas na Itália, nas regiões de Veneto e Lombardia, originadas das experiências das escolas francesas iniciadas em 1935 (NOSELHA, 2020), que se difundem pela Europa,

penetrando no Brasil pelas terras capixabas.

Fazendo referência ao nosso país, Lima (2013) destaca que o

Brasil é o primeiro país da América Latina a receber a experiência da Pedagogia da Alternância. A experiência da pedagogia da alternância chegou ao país pelo estado do Espírito Santo, em meados de 60, por meio das Escolas Família Agrícolas (EFAs), que seguem o modelo italiano (LIMA, 2013, p. 67).

Essa implantação foi feita pelo MEPES, em plena ditadura civil-militar, surgindo no contexto da atuação pastoral do Pe. Pietrogrande, numa realidade de abandono, extrema pobreza e falta de oportunidades para o povo do campo, visava antes de tudo, evitar a sua expulsão (NOSELHA, 2020). Assim, em sua ação pastoral, a EFA se configurava como estratégia de mudança social de fortalecimento por meio da formação moral, técnica, intelectual dos jovens, formando lideranças capazes de contribuir com as transformações necessárias.

Como forma de intervenção, Pe. Pietrogrande mobiliza a sociedade local e o poder público, bem como o clero de sua congregação, a Companhia de Jesus, e outros sacerdotes da região em torno da proposta de um plano de ação através da educação, da assistência social e saúde para a população rural, tendo início o trabalho educacional com a primeira EFA do Brasil na comunidade de Olivânia, localizada no Vale do rio Coryndiba, no município de Anchieta, Estado do Espírito Santo.

Considerando seu papel de articulador e sendo italiano, numa região de imigrantes conterrâneos, Pe. Pietrogrande promove através do MEPES, uma ação integrada com parceiros brasileiros e italianos, com o objetivo de analisar a realidade local e a partir disso estabelecer as medidas de ação. Uma delas foi a implantação das EFAs, baseadas na metodologia (técnico-pedagógico-didática) da pedagogia alternância⁴ regular de períodos de estudo, uma prática educativa em que o aluno permanece um período na escola e outro em casa (comunidade/família), aplicando os conhecimentos adquiridos na escola, bem como compartilhando na sala de aula os aprendizados teóricos e práticos vividos em sua casa/comunidade, com o acompanhamento de monitores e o trabalho com os instrumentos de registro das

⁴ Reconhecida pelo Parecer Nº 01/2006 do Conselho Nacional de Educação, pelo Art.23 da LDB nº 9.394/1996 e pela Lei Federal Complementar nº 12.695 de 25 de julho de 2012.

atividades⁵ (NOSELHA, 2014).

Tomamos como referência conceitual as postulações de Noselha, para quem a pedagogia da alternância é

[...] uma técnica didática, entendida como a forma de efetivar uma opção política progressista, renovadora e revolucionária. Para o autor, a competência técnica e a militância política não podem ser justapostas, mas sim, indissociáveis e integradas. A pedagogia da alternância busca que o homem do campo seja livre em suas opções (NOSELHA, 2007, p. 78 *apud* LIMA, 2013, p. 77).

Nesse ínterim, compreende-se que a pedagogia da alternância é a base teórica, conceitual e prática da ação educativas das EFAs. Portanto, compreendê-la como arcabouço político e didático-pedagógico é fundamental para entender sua aproximação com a educação do campo, na medida em que a essência do seu papel é estabelecer uma conexão entre a vida do trabalhador rural e seus objetivos de desenvolvimento econômico, técnico, tecnológico, político e cultural. A perspectiva trabalho-educação como categoria de estudo da educação numa perspectiva marxista, tem na pedagogia da alternância, uma aproximação, no seu caráter revolucionário e emancipador.

O MEPES foi o disseminador das EFAs em várias cidades e regiões do Espírito Santo e do Brasil, colaborando para que atores outros movimentos sociais, eclesiais e governos demandassem conhecer a experiência e replicá-las pelo país, como resposta às necessidades educacionais de crianças e jovens dos espaços rurais.

No processo de implantação das EFAs, o primeiro passo foi articular a educação geral (fundamental e médio), como resposta à falta de escolas contextualizadas no campo e, posteriormente, conforme a legislação nacional, inserir os cursos técnicos profissionalizantes de nível médio (LIMA, 2013).

Lima (2013) ainda contribui informando que:

As primeiras Escolas Famílias – EFAS tiveram início no Brasil em 1969, em pleno início da ditadura militar (1964-1988), no Espírito Santo. Neste período, a educação era regida pela LDB nº 4.024/61, aprovada três anos antes da ditadura, e reformulada em 1971 pela lei nº 5692/71. A lei 5692/71

⁵ A metodologia da PA é composta de: Plano de Formação, Plano de Estudo, Colocação em Comum, Caderno Síntese da Realidade do Aluno, Fichas Didáticas, Visitas de Estudo, Intervenções Externas, Experiências/Projeto Profissional do Aluno, Visita à Família, Caderno de Acompanhamento da Alternância - Avaliação Contínua e Permanente (Parecer CNE nº 01/2006)

transformou a educação profissional em formação técnica obrigatória para todos no 2º grau. É neste contexto que, em 1976, a primeira EFA inicia o curso técnico e não mais o de qualificação profissional (LIMA, 2013. p. 81).

No contexto do campo, a escolarização no modelo tradicional urbano não tem contribuído para uma mudança dessa realidade, enquanto a implementação da pedagogia da alternância nas EFAs possibilita aos alunos uma relação teórico-prática no processo de ensino e aprendizagem. Nesse modelo, os aprendizes permanecem nas escolas por 15 dias e passam os outros 15 dias em casa e na comunidade, aplicando na vivência familiar/comunitária os conhecimentos escolares adquiridos (BRASIL, 2006).

Essa experiência possibilita aos alunos uma aproximação com o trabalho, na medida em que, no tempo doméstico/comunitário, devem interagir de forma prática com a rotina do campo/roça, na execução de atividades práticas de plantio, colheita, armazenagem, comercialização e cuidados dos animais. Para o acompanhamento desses processos, a metodologia da pedagogia da alternância conta com os monitores e o registro das atividades e ações em cadernos de campo, com o propósito de compartilhar esses aprendizados práticos na sala de aula.

A EFA tem uma natureza político-pedagógica que se aproxima e se alinha com a educação do campo, na medida em que, contextualizada na dinâmica e processos do campo, interage com essa realidade e a transforma. Ao longo do desenvolvimento das EFAs, considerando os níveis de ensino fundamental e médio, avançou-se na perspectiva do reconhecimento e validação dos respectivos cursos de qualificação profissional pelos sistemas de educação, de tal modo, que os cursos técnicos foram criados, autorizados e realizados com a devida certificação profissional, reconhecida em território nacional. Com essa intencionalidade de formação profissional, as EFAs implantaram os cursos técnicos em conformidade com as legislações brasileira e estaduais, tendo procedido à adequação e organização curricular considerando as realidades territoriais nas quais estão inseridas (BRASIL, 2006).

Ao realizarem cursos de educação profissional técnico de nível médio com reconhecimento e aprovação pelos Conselhos Estaduais de Educação e de acordo com as políticas nacionais de educação profissional do Ministério da Educação, as EFAs ampliaram o leque de oportunidades de inserção dos jovens rurais no mundo produtivo do campo.

Essas escolas adotam a alternância, assegurando aos alunos uma formação humana integral que abrange aspectos profissionais, humanitários, sociais, éticos, espirituais e ambientais, qualificando os educandos para o exercício de profissões legalmente reconhecidas. Ao tempo em que são preparados para o exercício profissional, também se tornam aptos a continuar os estudos no nível superior, bem como a se dedicar à vida no campo, na propriedade familiar ou fora dela.

1.5 BASES FUNDACIONAIS DA FUNACI E A ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NAS EFAS

A cidade de Teresina, capital do Piauí, na década de 1980, foi marcada pela “migração de populações rurais do interior para a cidade”, decorrente das políticas de desenvolvimento industrial implantada ainda no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) no país (LIMA; LOPES; FAÇANHA, 2017, p. 36) e continuada pelos governos militares, com financiamento e atração de indústrias nacionais e internacionais, novos negócios com oportunidades de emprego e renda, contribuindo para a urbanização da cidade.

Sobre esse contexto de transformações socioespaciais em Teresina, Lima, Lopes e Façanha (2017, p. 37) descrevem, com dados quantitativos, a realidade em transformação no Piauí em relação à urbanização,

No Estado do Piauí, baseado na contagem populacional de 1950, dentre seus 49 municípios, apenas cinco apresentavam população superior a 40.000 mil habitantes, Teresina com 90.723 habitantes, seguida de Picos com 54.713 habitantes, Valença com 51.586, Parnaíba com 49.369 habitantes. Quando se observa apenas a população de urbana destes municípios dentre as cinco aglomerações piauienses mais populosas, apenas Teresina apresentava mais de 50.000 habitantes na zona urbana com 51.417 habitantes, seguida de Parnaíba com 30.174 habitantes. Enquanto Picos, Valença e Oeiras era predominantemente rural, não ultrapassando a casa dos 4.500 habitantes aqueles que viviam na zona urbana. [...] A população urbana no Piauí só ultrapassou a população rural no censo de 1991.

Desse modo, o Piauí, ao longo das décadas de 1960 a 1980, passa por um processo de mudança na economia, e a capital se torna o epicentro de atração de migrantes, conforme os autores supracitados, enfatizam,

O processo de urbanização brasileiro é recente, ocorrendo, principalmente a partir da segunda metade do século XX, como de forma geral, também,

aconteceu nos demais países da América Latina e países em desenvolvimento. A urbanização brasileira deu-se de forma bastante rápida, já que, em 1940, o Brasil tinha 26,3% de sua população urbana, saltando para 84,4% de urbanização, em 2010 (LIMA; LOPES; FAÇANHA, 2017, p. 34).

A urbanização piauiense tem, na capital Teresina, o foco do desenvolvimento, considerando que, conforme Lima, Lopes e Façanha (2017, p. 34), o Piauí teve seu povoamento inicial relacionado à caça ao índio, à criação de gado e à agricultura de subsistência, de modo que a economia tinha como estruturação o meio rural.

A primeira capital foi a cidade de Oeiras, fundada em 1759, mudando, em 16 de agosto de 1852, para Teresina, que passa a receber migrantes do interior, seguindo um fluxo de urbanização na região. Na década de 1980, a capital tinha uma população de 377.174 habitantes, sendo que 339.042 residiam na zona urbana, o que equivalia a 89,74%, evidenciando conforme Façanha, que Teresina era uma cidade urbanizada (FAÇANHA, 2003, p. 2).

Essa situação, já evidenciava uma grande demanda da população por moradia, serviços públicos (educacionais, saúde e assistência social), trabalho, emprego, dentre outros.

Nesse período, os bairros de Teresina começaram a se conformar como polos econômicos descentralizados, considerando o aumento de habitantes, de maneira que algumas regiões da cidade vão se configurando como comerciais, atendendo às necessidades das populações ali residentes. Segundo Façanha (2003),

Intensificou-se o processo de descentralização do comércio, na década de 1980, ocasionando um espraiamento em todas as direções da cidade. Nesse contexto, a área central sofreu um processo de revalorização das atividades comerciais, enquanto foram construídos corredores comerciais nas grandes avenidas (FAÇANHA, 2003, p. 2).

Ocorrem então profundas mudanças sociais e econômicas na cidade de Teresina, as quais foram se consolidando. Naquele momento chegara a Teresina, transferido do Espírito Santo, o Padre Pietrogrande, que se instalou na região do Socopo, bairro da zona leste - ainda com uma população rural e muito pobre, desprovido dos serviços públicos, que se concentravam nas regiões e bairros urbanos da cidade.

A Companhia da Jesus⁶, congregação religiosa de Pietrogrande, mantinha,

⁶ A Companhia de Jesus é uma congregação religiosa católica, os membros são conhecidos como

localizada no bairro Socopo, a Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez, que teve sua construção iniciada em 1963, logo em seguida à instalação da Companhia de Jesus no Piauí. A escola foi fundada pelo Padre Antônio Dante Civiero⁷, com o objetivo de proporcionar educação para as crianças e jovens da região. Em homenagem ao fundador, posteriormente ao seu falecimento, foi dado o seu nome à instituição que seria criada, denominada de Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI).

Em 29 de março de 1965, iniciaram-se as aulas, com 105 alunos nos primeiros anos, funcionou como uma escola agrícola (ESCOLA SANTO AFONSO RODRIGUEZ, 2021). Foi o passo inicial de compreensão da realidade e das oportunidades para a atuação do pároco Pe. Pietrogrande na área social da região rural de Teresina e no estado do Piauí, uma realidade de atuação pastoral desafiante. O desafio era imenso considerando-se também o crescimento urbano e populacional da cidade de Teresina, com a implementação de serviços públicos ou privados que exercem um grande papel político e econômico, de tal modo, que impactam também na necessidade de ampliar os serviços educacionais para a juventude, preparando-a para o presente e o futuro local.

Ainda sobre as dinâmicas de organização socioespacial em Teresina, Façanha (2003) postula:

Uma questão a destacar é em relação aos polos de serviço institucional, que são importantes para o entendimento da dinâmica espacial da cidade. O papel econômico das instituições federais, estaduais e municipais é expressivo, devido ao grande peso do setor administrativo na economia da cidade, além de serem grandes consumidoras de espaços, a exemplo da EMBRAPA e do Aeroporto de Teresina na zona Norte; do Centro Administrativo e da CHESF na zona Sul; do Pátio de Manobras da REFSA e do Terminal de Petróleo Vale do Sol Nascente na zona Sudeste; e, por último, do Parque Zoológico e da Universidade Federal do Piauí na zona Leste (FAÇANHA, 2003, p. 5).

A região da zona leste da cidade, onde se situa o bairro Socopo e a Paróquia

jesuítas, fundada em 1534 por Santo Inácio de Loyola e reconhecida pelo Papa Paulo III em 1540.

⁷ Pe. Antônio Dante Civiero nasceu em Castello Di Godego (Triviso) na Itália, no dia 08 de agosto de 1926, veio para o Brasil em 1958, foi o fundador da Escola Agrícola Santo Rodriguez em Teresina/PI, sendo o primeiro diretor. No percurso do seu trabalho pastoral atuou nos estados do Espírito Santo, Bahia e Piauí. Um homem simples e do campo, trabalhou na Fazenda Monte Belo (Valença/PI), onde acompanhou e orientou a criação da Fazenda Montes Claros (Aroazes/PI). Foi Pároco na Paróquia do Menino Deus no município de Monsenhor Gil/PI e faleceu no dia 04 de novembro de 1988 em Salvador/BA.

do Padre Pietrogrande, vivia um momento de intensificação de problemas sociais e, ao mesmo tempo, um crescimento populacional, com a implantação de serviços públicos, como Zoobotânico na região, pelo Governo do Estado, além do surgimento de novos bairros.

Havendo ainda uma população rural significativa no território da paróquia, Pietrogrande inicia um trabalho voltado para a educação de crianças por meio de creches e, posteriormente, e para a qualificação profissional de jovens, criando, em 1991, a EFA do Soinho, bairro rural de Teresina.

Com a necessidade de institucionalização das ações sociais, Pietrogrande cria a FUNACI para dar legalidade aos trabalhos sociais da paróquia e da própria Companhia de Jesus no território e nos municípios piauienses de Aroazes, São Pedro e Miguel Alves, além da capital, com apoio de lideranças empresariais, religiosas e políticas.

Já tendo criado o MEPES no Espírito Santo, na década de 1960, com o apoio dessa instituição e de amigos na Itália, Pietrogrande iniciou o processo de implantação das EFAs no Piauí. A primeira foi a EFA Montes Claros, no município de Aroazes, em 1985, através do Associação Nacional da Instrução, fundadora posteriormente da FUNACI, que passará a ser a mantenedora da escola.

Os objetivos consistiam em intervir na realidade social rural, inicialmente oferecendo o ensino de primeiro grau e, posteriormente, preparando os jovens para a vida no campo, com curso de educação profissional técnico de nível médio, seguindo a metodologia da pedagogia da alternância, já experienciada nas EFAs mantidas pelo MEPES.

Desse modo, a FUNACI foi fundada legalmente no dia 12 de outubro de 1989, imbricada na zona rural e ao mesmo tempo no contexto de urbanização de Teresina e com atuação forte na zona rural da capital, região esquecida pelo poder público. Tinha o propósito de articular ações de educação, saúde e assistência social na zona rural da capital e dos municípios de Aroazes, São Pedro e Miguel Alves.

Na sua criação, a FUNACI contou com os seguintes sócios fundadores; a Arquidiocese de Teresina, o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), a Associação Nacional de Instrução (ANI), a Associação Brasileira de Educação Familiar e Social (ABEFS) e a Congregação das Irmãs Carmelitas da Divina Providência (SILVA, 2005).

CAPÍTULO II

BASES CONCEITUAIS DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: FUNACI MANTENEDORA DE ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES

2.1 INTRODUÇÃO

A história das instituições escolares se constitui numa oportunidade de identificar os percursos, aprendizados, desafios, conquistas, transformações e avanços vivenciados por elas, seus membros, seu método de trabalho educativo e a sua comunidade escolar, de modo que, também corroboram ao sistematizar sua trajetória para a educação regional e nacional.

A pesquisa sobre as instituições escolares mergulha no emaranhado que as constituíram do ponto de vista, político, econômico, social, cultural pedagógico e institucional, enquanto, processo dinâmico e articulado com as realidades sistêmicas locais, regionais e nacional.

Nas bases conceituais de história das instituições escolares, procuramos refletir sobre a importância, os significados e o papel dessas pesquisas no âmbito dos programas de pós-graduação, bem como, as reflexões sobre a composição dos escopos, entendidos como elementos, a serem pesquisados, apontados, a partir do estudo de pesquisadores que se destacam no âmbito da história da educação brasileira e das instituições escolares em particular.

Na mesma perspectiva, identificamos o processo histórico da FUNACI na criação e atuação como instituição educacional, com inspiração católica, filantrópica, sem fins econômicos, mantenedora de escolas família agrícolas, ambas com caráter singular pedagógico, através do trabalho educativo com a pedagogia da alternância.

A FUNACI foi pioneira no contexto do Estado do Piauí, na criação das Escolas Família Agrícola⁸ e da Escola Família de Turismo⁹, que inicialmente ofereciam o ensino de 1ª grau, séries finais de 5ª a 8ª série. Posteriormente, com a mudança da legislação, além do ensino fundamental anos finais, avançaram na educação básica, na modalidade da educação profissional técnica de nível médio, nas formas integrada e subsequente, e ainda, a criação do Centro de Aprendizagem Carlo Novarese (CACN), para atuação com a formação inicial e continuada, apontando desafios e avanços no período de 1989 a 2019.

2.2 FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

⁸ A Escola Família Agrícola Montes Claros foi a primeira dessa modalidade de ensino no Estado do Piauí (1986).

⁹ Única escola de alternância com foco na área de turismo e gastronomia no Piauí.

O recorte da história e da memória de uma instituição escolar representa o esforço teórico e metodológico de proceder o registro da trajetória da organização, desde sua concepção, fundação, funcionamento até os resultados de seu trabalho educativo.

Com esse propósito, ao longo dos últimos anos a história das instituições escolares tem ganhado escopo no interesse dos pesquisadores da cronologia da educação brasileira, com o foco em delimitar o universo da escola como campo de pesquisa e de produção de conhecimento sobre o passado educacional.

Para melhor compreender esse crescimento é importante entender que a constituição da história da educação, como campo de pesquisa, tem origem nos esforços a partir da década de 1950 - no setor de educação da Universidade de São Paulo (USP) (TOLEDO; ANDRADE, 2014), através de um projeto de pesquisa sobre a construção de uma história da educação e posteriormente com a criação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em educação, a partir da década de 1970.

Nesse sentido, podemos afirmar que a pesquisa no campo da história da educação brasileira, é relativamente nova, considerando a implantação dos programas de pós-graduação em educação no país, tendo como foco questões relacionadas aos processos pedagógicos e as políticas educacionais, dando ênfase na relação educação e sociedade.

Desse modo, a história da educação tem repercutido ao longo de seu desenvolvimento a sistematização dos contextos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade, nas suas dimensões: temporal, organizacional, territorial e regional, possibilitando o levantamento e reconhecimento dos contextos sociológicos das políticas educacionais implementadas pelos governos, e ao mesmo tempo, de apontar com base científica os efeitos e resultados dessas políticas educacionais na sociedade e nas vidas das pessoas que dela fizeram parte, bem como as perspectivas para as gerações futuras.

Segundo Toledo e Andrade (2014), a base para a criação da disciplina de história da educação foi o curso de pedagogia em alguns países europeus e nos Estados Unidos, ainda no final do século XIX. O Brasil, demorando a constituir tal conteúdo nos cursos da educação, somente o veio a oferecê-lo na metade do século XX. Na nação brasileira, o processo de formação de professores tem no curso

Normal e no curso de Pedagogia¹⁰ as bases para a constituição da educação, considerando obviamente o número de profissionais nesse nível e modalidade de formação, de modo, que a história da educação se tornou componente curricular nos cursos superiores de pedagogia. Conforme Saviani, teve como aspecto determinante “o caráter pedagógico, e, mesmo à margem das investigações propriamente historiográficas” (SAVIANI, 2013, p.167).

Desse modo, a história da educação, teve no primeiro momento a centralidade nos aspectos pedagógicos, não ocupando espaço como área de pesquisa propriamente dita nas instituições de pesquisa.

A história da educação entra, portanto, no debate em disputa de sua localização e de seu papel no campo da educação brasileira, ampliando o arcabouço político de seus sentidos e significados para a construção da educação nacional.

Nesse sentido, compreendendo a educação como instrumento social de reprodução e produção da sociedade e seus processos políticos, entende-se a necessidade de ser historicizada, compreendida e compartilhada na sua trajetória histórica, de maneira que a disciplina história da educação tem avançado como área de pesquisa nos programas de pós-graduação, o que demarca avanço na construção de conhecimento da história educacional no país.

Considerando esse fato, podemos observar nos últimos anos um crescente interesse de pesquisadores (NOSELHA; BUFFA, 2008), em compreender a dimensão histórica da instituição escolar, como elemento de base da educação nacional, realizando e apresentando pesquisas e publicações de livros, artigos etc. sobre a história dessas instituições, a partir da década de 1990, com um prisma regional e local, valorizando as peculiaridades destas instituições (TOLETO; ANDRADE, 2014).

Dessa maneira, a pesquisa sobre as referidas organizações de ensino pode e deve constituir um elemento em que as suas características geográficas, territoriais temporais possibilitam uma compreensão do contexto histórico, político e social em que foram criadas. Pode-se perceber aí, um elemento novo na formação da história

¹⁰ O curso Normal de nível médio com ênfase na formação de professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Licenciatura em Pedagogia é um curso superior com habilitação em Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais, bem como, atuação na gestão, orientação, supervisão escolar e educacional, além da coordenação pedagógica em todos os níveis de ensino.

da educação, a partir da própria demanda e resultado dos embates sociais por políticas educacionais no país.

A instituição escolar, como aponta Toledo e Andrade (2014), nesse sentido, é produto e resultado das disputas por e pela educação na sociedade. A sociedade como demandante da escola e o Estado ou mesmo a iniciativa privada como fornecedora de instituições educativas, tornam efetivos os instrumentos de ensino-aprendizagem, e, portanto, demarcam um percurso histórico que precisa ser analisado. Daí o interesse de pesquisadores nessas instituições, de compreendê-las como parte de um sistema maior, e como sujeitas da construção de uma educação nacional.

Nesse sentido, a instituição escolar não é um produto isolado das forças políticas, econômicas, culturais e sociais da sociedade, ao contrário, representa o movimento vivo das disputas de projetos hegemônicos e contra hegemônicos que a compõem. Como instrumento social legitimado a escola faz história e ao mesmo tempo é parte da história nacional e regional, tendo um papel importante no contexto educacional e na transformação da sociedade, ou mesmo na manutenção do status quo, econômico, social e cultural.

Pesquisar a instituição escolar como produto e produtora da educação nacional e regional é elemento balizador dos percursos e das colaborações destas para o desenvolvimento do país. Conforme Toledo e Andrade (2014) as escolas não são entidades isoladas da realidade social, de fato, elas são parte vivas integrantes e construtoras dessa realidade.

Para o pesquisador, que tem como objeto as instituições escolares, cabe averiguar as múltiplas dimensões que a constituem e cercam sua implantação, consolidação e desenvolvimento (NOSELHA; BUFFA, 2008). A escola é, portanto, parte integrante do sistema de educação, com as suas complexidades e posicionamentos políticos, representando as condições possíveis de apontar a estrutura educacional nacional, a partir da análise local.

Segundo Gatti Jr.; Gatti (2007), considerando a instituição escolar como objeto de análise da história das organizações de ensino, é necessário que a investigação perpassasse todos os sujeitos envolvidos nos processos educativos, procurando conhecer o que se passa no interior da escola, para compreender os elementos que conferem identidade a instituição educacional na sociedade.

Ainda segundo Gatti Jr.; Gatti (2007, p. 185),

No Brasil, ainda que mediante dificuldades, devido à inexistência de repertórios de fontes organizadas, alguns historiadores e educadores têm se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira, por meio da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras, com destaque para abordagem a partir da categoria trabalho como fundamental, pois, para eles, o trabalho, influiu nos processos educativos dos homens e na configuração das instituições escolares.

Desse modo, a instituição escolar ocupa lugar político na categoria trabalho e, portanto, estratégico para o debate histórico da educação como possibilidade de transformação da realidade dos trabalhadores no Brasil. Isso, como campo de disputas políticas e econômicas, considerando que é papel da escola preparar para o trabalho e para o exercício das profissões.

A escola é, portanto, a expressão da sociedade, de suas lutas contra hegemônicas e demais intencionalidades críticas ou conservadoras, representa a possibilidade de mudanças ou de manutenção do “status quo”, ao tempo que reproduz e produz novos conhecimentos. Logo, a instituição escolar, com seu percurso histórico singular, constrói uma dinâmica própria de cultura e de identidade político pedagógica, que precisa ser desvelada, para que contribua junto a outras instituições e afirme-se, ou conteste-se, das compreensões de si mesma, enquanto sujeito integrante da política de educação no país.

A instituição escolar, nesse sentido, se constitui privilegiada na disputa de projetos de sociedade. Diante desse fato, a escola representa o esforço da sociedade de construir uma organização em que se possa formar para a vida, para a cidadania e para o trabalho (BRASIL, 1996), que seja propulsora, ao mesmo tempo, de uma forma de convivência civilizatória e da produção da existência no e pelo trabalho.

Gatti Jr.; Gatti (2007), apontam que a historicização da escola, ainda perpassa por dificuldades, e que pesquisadores podem contribuir para identificar a potência da instituição através do desvelamento historiográfico de sua trajetória, os seus compromissos, as suas metodologias, abordagens e seus posicionamentos no contexto prático da educação, no caso em estudo, dos filhos dos trabalhadores.

Ainda segundo Gatti Jr.; Gatti (2007), a escola se constitui como um importante campo de luta social pela hegemonia. Diante disso, pesquisas sobre as instituições escolares, apresentam, alguns aspectos e elementos recorrentes

estruturantes nos objetos de pesquisa, como segue; Origem, criação, construção e instalação; Prédio (projeto, implantação, estilo e organização do espaço); Mestres e funcionários (perfil); Clientela; Saber (conteúdos escolares); Evolução; Vida (cultura escolar, prédio, alunos, professores e administradores, normas; Organização, vida econômica, política e cultural da cidade; e Destino dos alunos (Gatti Jr.; Gatti, 2007).

Os aspectos apresentados anteriormente, compõem, de certo modo, o escopo das pesquisas em instituições escolares, e oferece um conjunto de elementos sistêmicos que possibilitam uma leitura abrangente da instituição escolar, na perspectiva da análise social da escola e seu papel no contexto da história da educação na sociedade. Gatti Jr.; Gatti (2007, p. 186) reforçam que,

[...] tanto as interpretações construídas por pesquisadores estrangeiros, quanto brasileiros, têm seguido um roteiro de pesquisa bastante similar, em que se destacam preocupações com os processos de criação e do desenvolvimento (ciclo de vida) das instituições educativas; a configuração e as mudanças ocorridas na arquitetura do prédio escolar; os processos de conservação e mudança do perfil dos docentes; os processos de conservação e mudança do perfil dos alunos; os destinos profissionais dos alunos, as formas de configuração e transformação do saber vinculados nestas instituições de ensino etc.

Partindo dessa análise de Gatti Jr.; Gatti (2007), identificamos nos pesquisadores Noselha e Buffa (2008) o reforço acerca do crescente interesse em pesquisa das instituições escolares, ambos apontam também, com muita aproximação, o conjunto de elementos integrantes do escopo das pesquisas, em direção aos seguintes aspectos: teóricos, metodológicos, procedimentos, categorias, fontes etc. Os pesquisadores indicam que têm se dedicado ao tema, com reconhecimento nacional na área, destacando-se: Saviani, Santalife, Gatti Junior, Gatti, António Nóvoa, Magalhães, dentre outros (NOSELHA; BUFFA, 2008). Estes, se constituem num conjunto importante de referências para os novos pesquisadores, com uma caminhada legitimada na produção acerca da história da educação e particularmente da história das instituições escolares.

Posto isso, percebe-se a importância da pesquisa sobre a instituição escolar, de modo, que a pesquisa sobre a FUNACI, trajetória e memórias, representa um caminho de sistematização da cronologia da fundação como mantenedora de escolas profissionalizantes no Estado do Piauí, pioneira na modalidade de educação profissional técnica de nível, com a metodologia da alternância no estado.

Frente ao exposto, a pesquisa procurou refazer o percurso histórico da criação e constituição das escolas família: EFA Montes Claros em Aroazes/PI, EFA São Pedro no município de São Pedro do Piauí, EFA Soinho, EFA Baixão do Carlos e Escola Família de Turismo (EFTUR) e do Centro de Aprendizagem Carlo Novarese ambos em Teresina/PI, apontando para a importância delas, no contexto da entidade e de seus territórios de atuação, bem como, as singularidades pedagógicas, socioeconômicas e a necessidade de uma produção científica sobre a caminhada organizacional, social, das escolas, identificando os legados e as contribuições para a educação profissional e tecnológica de jovens no Piauí no período de 1989 a 2019.

Os pesquisadores Noselha e Buffa (2008) enfatizam que esse tipo de pesquisa pode contribuir para uma nova compreensão da escola sobre si mesma e o seu papel social, bem como, proporcionar o autoconhecimento de seus profissionais ao permitir que estabeleçam comparações com outras escolas, de tal modo, que consigam perceber a particularidade, a identidade institucional e como contribuem para a transformação da educação e dos educandos no contexto em que atuam, e mais ainda, no cenário da educação nacional.

Diante disso, o estudo acerca da FUNACI, poderá, a partir da sistematização da trajetória e memórias com a educação profissional, identificar os legados e as contribuições para as pessoas e as comunidades em que atua, bem como, situá-la no contexto das transformações nas últimas décadas da educação no Piauí.

2.3 BASES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ

O estado do Piauí, conforme já apontado, em outros momentos do nosso trabalho, é um dos estados mais pobres da federação brasileira (PIAUÍ, 2016), e em sua trajetória de desenvolvimento esteve sempre aquém dos processos de desenvolvimento vivenciados por outros estados, realidade que impacta no acesso à educação e na inserção dos trabalhadores no mundo produtivo.

O país possui uma economia baseada no agronegócio, na prestação de serviços, e nos serviços públicos, dependente, sobremaneira das instituições públicas para o desenvolvimento e o investimento em áreas estratégicas como escolas públicas estaduais e federais na área de preparação profissional, além de investimentos em infraestrutura para atração de negócios, energia, estradas, incentivos fiscais, etc. Essa é uma realidade que historicamente restringiu uma

melhor condição para avançar no desenvolvimento tecnológico e uma construção de economia moderna industrializada.

É preciso perfazer o percurso de desvelamento da educação profissional no Piauí, para compreender os legados e as contribuições das instituições escolares na formação de profissionais, principalmente considerando o papel do governo federal com a implantação de diversas escolas profissionais, e desse modo a FUNACI como criadora e mantenedora de unidades profissionalizantes.

Assim, tomamos como base de referência neste estudo a criação das 19 Escolas de Aprendizes Artífices pelo Presidente Nilo Peçanha (1909), através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909 do Presidente Nilo Peçanha (BRASIL, 1909). Essa é a referência de uma primeira política oficial do Estado brasileiro na área da educação profissional, vinculadas ao Ministério dos Negócios, Agricultura, Indústria e Comércio, identificando no Estado do Piauí a implementação da educação profissional, nesse estudo, todavia, não há a pretensão de aprofundar, mas sim, apontar, portanto, elementos gerais da trajetória da EPT no Piauí.

O Piauí foi contemplado com a instalação de uma Escola de Aprendizes e Artífices, pela União, como parte das 19 escolas programadas para o país, sendo a mesma, inaugurada no dia 01 de janeiro de 1910, em Teresina/PI. A criação referida, demarca oficialmente, a execução de uma intervenção federal na educação profissional no Piauí, embora, sendo parte de uma política assistencialista do governo federal, para com os órfãos e abandonados, representou um momento marcante na história da EPT, considerando os objetivos dessas escolas e sua própria estruturação pelo governo federal.

No Quadro 5 apresentamos cronologicamente a implementação das escolas, datas de inauguração e as respectivas quantidades de matrículas (CARVALHO, 2017). Trata-se de um passo importante na organização nacional da educação profissional como estratégia política do Estado brasileiro. O Piauí, foi um dos primeiros estados a ter uma escola como essa, inaugurada e funcionando.

QUADRO 5 – Escolas de Aprendizes e Artífices

ORDEM	INSTITUIÇÃO	INAUGURAÇÃO	MATRÍCULAS
1	Escola de Aprendizes e Artífice de Mato Grosso	01/01/1910	84
2	Escola de Aprendizes e Artífice do Piauí	01/01/1910	83
3	Escola de Aprendizes e Artífice de	01/01/1910	68

	Goiás		
4	Escola de Aprendizizes e Artífice do Rio Grande do Norte	03/10/1910	83
5	Escola de Aprendizizes e Artífice da Paraíba	06/10/1910	134
6	Escola de Aprendizizes e Artífice do Maranhão	16/01/1910	104
7	Escola de Aprendizizes e Artífice do Paraná	16/01/1910	293
8	Escola de Aprendizizes e Artífice de Alagoas	21/01/1910	151
9	Escola de Aprendizizes e Artífice de Campos RJ	23/01/1910	273
10	Escola de Aprendizizes e Artífice de Pernambuco	16/02/1910	125
11	Escola de Aprendizizes e Artífice do Espírito Santo	24/02/1910	166
12	Escola de Aprendizizes e Artífice de São Paulo	24/02/1910	120
13	Escola de Aprendizizes e Artífice de Sergipe	01/05/1910	120
14	Escola de Aprendizizes e Artífice do Ceará	24/05/1910	82
15	Escola de Aprendizizes e Artífice da Bahia	02/06/1910	68
16	Escola de Aprendizizes e Artífice de Pará	01/08/1910	95
17	Escola de Aprendizizes e Artífice do Santa Catarina	01/09/1910	130
18	Escola de Aprendizizes e Artífice de Minas Gerais	08/09/1910	70
19	Escola de Aprendizizes e Artífice do Amazonas	01/10/1910	70

Fonte: (CARVALHO, 2017).

A partir dessa identificação podemos considerar a organização da educação profissional no Brasil, como uma política pública, e como componente estratégico da educação para o trabalho no país e sua relação estritamente condicionada às estratégias de desenvolvimento econômico nacional. Como podemos observar no Quadro 5, os 9 estados do Nordeste foram contemplados com a implantação das escolas de aprendizes, um fato importante, considerando a condição de subdesenvolvimento de região.

No Quadro 6 apresentamos cronologicamente a implantação das instituições federais de educação profissional no Piauí, e de certo modo, a configuração de um processo histórico de transformações das referidas organizações de ensino que

foram criadas para públicos diversos - urbanos e rurais - bem como a própria mudança nas finalidades das instituições escolares ao longo do tempo, sempre atentas às mudanças políticas, econômicas e sociais.

QUADRO 6 – Instituições Educacionais Profissionalizantes

ANO	LEGISLAÇÃO	NOMENCLATURA	SIGLA
1909	Decreto nº 5.566	Escola de Aprendizes e Artífices do Piauí	EAAPI
1937	Lei nº 378	Liceu Industrial do Piauí	LIPI
1942	Decreto-Lei nº 25	Escola Industrial do Piauí	EIP
1954	Portaria nº 933	Escola Agrotécnica de Teresina (nomeação do diretor)	EAT
1964	Decreto nº 53.558	Colégio Agrotécnico de Teresina (inauguração)	CAT
1965	Lei nº 4.759	Escola Industrial Federal do Piauí	EIFP
1967	Portaria nº 06	Escola Técnica Federal do Piauí	ETFPI
1968	Lei nº 5.528	Criação da UFPI	UFPI
1979	Resolução nº 01/79 (CONSUN)	Colégio Agrícola de Floriano	CAF
1981	Resolução nº 02 (CONSUN)	Colégio Agrícola de Bom Jesus	CABJ
1994	Lei nº 8.948	Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí	CEFET/PI
2008	Lei nº 11.892	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	IFPI

Fonte: (CARVALHO, 2013) com complementação do autor.

2.3.1 Educação Profissional Rural no Piauí

No processo de implantação das instituições profissionalizantes, destaca-se a criação da Escola Agrotécnica de Teresina, no ano de 1954, por iniciativa do Governador Pedro de Almendra Freitas, com apoio do Ministro da Agricultura João Cleophas. No ano posterior, em 28 de janeiro de 1955, há o lançamento da pedra fundamental da Escola, na área denominada de “São João” e “Centro” da Data Covas, zona leste do município de Teresina, tendo como marco nesta ocasião, a nomeação do primeiro diretor da escola, o engenheiro Carlos Estevam Pires Rebelo, que acompanhou passo a passo a construção. A inauguração somente veio a ocorrer após 10 anos, em 1964, e com a mudança de nome para Colégio Agrotécnico de Teresina (BRANCO, 2006, p. 57).

A escola representou uma resposta política de alinhamento da demanda do setor agropecuário piauiense por profissionais especializados na área agrotécnica e as políticas econômicas do Governo do Estado. O objetivo da instalação da escola

era ser capaz de contribuir com a melhoria da produção e organização dos setores de produção, com forte apoio dos ruralistas e do governo estadual. Para que isso se concretizasse, o governo estadual cedeu o terreno para a instalação da escola como contraparte e o governo federal asseguraria os recursos financeiros para a construção e posterior contratação de professores, equipamentos e recurso didáticos (BRANCO, 2006). O processo de construção foi demorado, em razão dos repasses de recursos pelo governo federal, de modo que somente após 10 anos, no de 1964 o prédio foi inaugurado e entregue à população.

Anteriormente, em 1953, a Companhia de Jesus (Jesuítas) tinha criado a Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez. O primeiro diretor foi o Padre Antônio Dante Civiero, liderando uma instituição escolar filantrópica, católica, jesuíta, sem fins lucrativos, com o objetivo de proporcionar a oferta da escolarização para as crianças e jovens das comunidades rurais da região do Socopo, bairro da zona leste de Teresina/PI, nas proximidades de onde seria instalada a Escola Agrotécnica do Piauí, reforçando a perspectiva de melhorias em termos de qualificação profissional dos trabalhadores e agropecuaristas (ESCOLA SANTO AFONSO RODRIGUEZ, 2021).

Essas instituições representam para educação rural, avanços; uma escola federal e uma escola privada filantrópica, apontando a relevância do setor agrário para a economia do Estado e a necessidade da escolarização e profissionalização para o desenvolvimento desse setor econômico.

O Colégio Agrícola de Teresina foi inaugurado somente em 1964, com o Curso de Ensino Ginásial, através da implantação do Curso de Mestria Agrícola, formando os primeiros mestres agrícolas no Estado e em 1970, foi implantado o Curso Técnico Agrícola, com a formação técnica de nível médio, contando com alunos do interior do Piauí, Maranhão, Pará e do Ceará (BRANCO, 2006).

Essas escolas representaram o esforço de promover no campo a escolarização, e de assegurar por meio da qualificação profissional, as condições técnicas e científicas para seu desenvolvimento, e ao mesmo tempo, embora considerando a demora no início das atividades da Escola Agrotécnica de Teresina (1964). No Piauí, além da criação de instituições escolares de profissionalização voltados para a qualificação no setor industrial, magistério, comércio, saúde etc. como parte da política nacional desenvolvimentista, seria necessário, a partir da

realidade do Piauí, e do seu potencial econômico, escolas profissionais que dessem conta da preparação dos jovens para atuação na agropecuária piauiense.

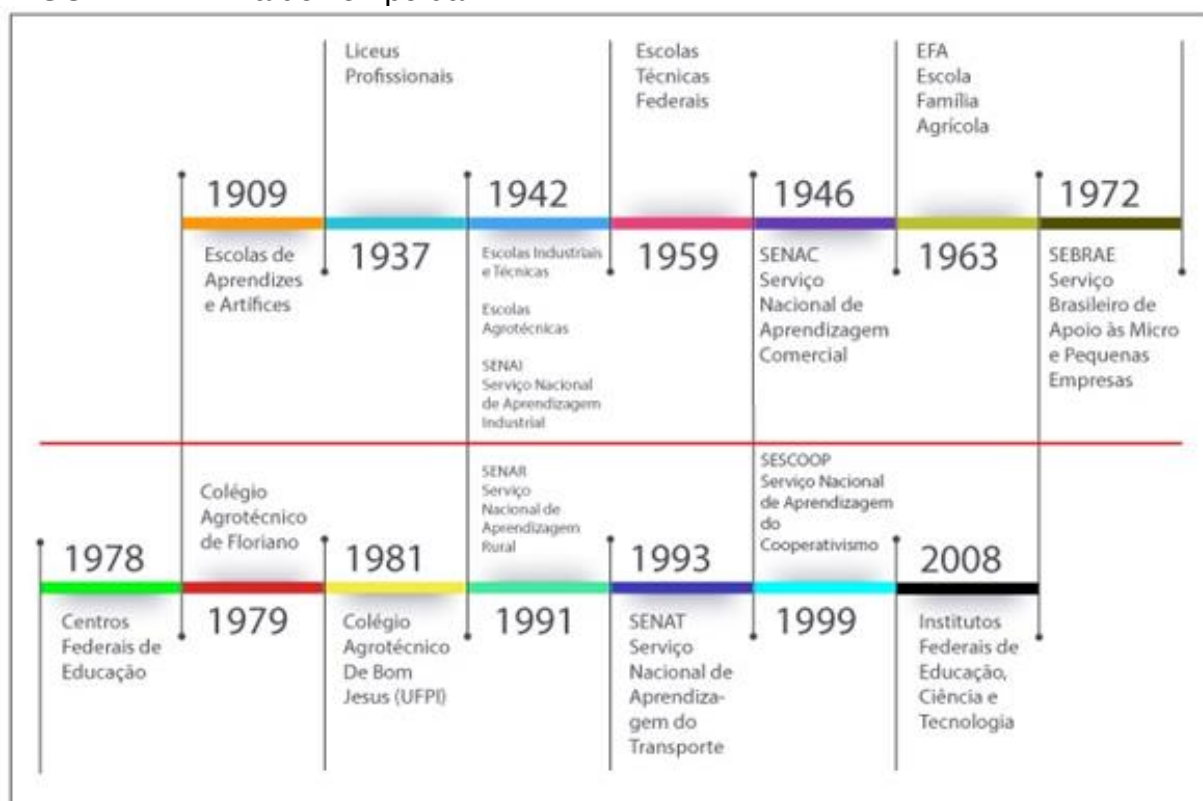
Nos anos seguintes foram criados os Colégios Agrotécnicos nos municípios de Floriano (1979) e Bom Jesus (1981), ambos no sul do estado, vinculados à Universidade Federal do Piauí (UFPI), ampliando as oportunidades de acesso à qualificação profissional. A progressão de ensino estava baseada em cursos agrotécnicos voltados ao setor rural em franco crescimento de oportunidades para o desenvolvimento agrário do Piauí.

2.3.2 Novos Direcionamentos no Piauí

A seguir apresentamos uma linha do tempo, Figura 1, para melhor identificar o processo histórico e as ações implementadas pelo governo federal, que impactaram nos estados, as próprias políticas de desenvolvimento da educação profissional. Dessa forma, podemos perceber ao longo do tempo a instalação das instituições, as mudanças nominais das escolas federais e o que significam.

Ao mesmo tempo é possível perceber a ampliação do leque de intervenção didático-pedagógica, com novos cursos, bem como a evolução dos níveis e modalidades de ensino, verifica-se ainda a criação das escolas privadas, e as sem finalidades lucrativas, dentre elas as paraestatais¹¹, os serviços especializados de aprendizagem do sistema S e a primeira Escola Família Agrícola do Brasil.

¹¹ São as empresas públicas, as sociedades de economia mista e os serviços sociais autônomos, constituídos por lei específica, juridicamente são organizações da sociedade civil, sem fins econômicos e mantidas com recursos parafiscais.

FIGURA 1 – Linha do Tempo da EPT

Fonte: Elaborada pelo autor, 2021.

No Piauí, todas essas instituições foram implantadas, corroborando com o desenvolvimento da educação profissional pelo Governo Estadual se deu de forma gradativa, contando com uma forte presença da União na instalação das escolas federais no interior e na capital. Contavam com cursos em várias áreas técnicas, além das escolas particulares na área de comércio, indústria, transporte e contabilidade e a instalação das entidades educacionais do sistema “S”: SENAC/PI, SENAI/PI, SENAT/PI, SESCOOP/PI, SENAR e o SEBRAE/PI¹², que atuam em suas áreas de mercado qualificação profissional e apoio técnico.

No Quadro 7 verificamos alterações na legislação educacional, como a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nos anos de 1961 e 1996 e suas adequações e mudanças na educação profissional no Brasil e no Piauí.

¹² Conjunto de instituições paraestatais com finalidades de educação profissional para setores específicos da economia: SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem no Comércio, SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte, SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, SEBRAE – Serviço Brasileiro às Micro e Pequenas Empresas.

QUADRO 7 – Níveis de Ensino em Diferentes Legislaturas Educacionais

Lei Nº 4.024/1961	Lei Nº 5.692/1971	Lei Nº 9.394/1996
Primário – 4 anos	Primeiro Grau (1º) 8 anos	Ensino fundamental 9 anos
Ginásio – 4 anos		
Colegial – 3 anos	Segundo Grau – 3 anos	Ensino médio – 3 anos
Educação Superior	Educação Superior	Educação Superior

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A mudança na legislação nacional representa também uma alteração significativa na organização dos sistemas locais de ensino. Nos estados e municípios, a partir de 1961. Os cursos profissionalizantes de nível ginásial se constituíam de Industrial, Agrícola, Comercial e Normal para formação de docentes. A partir da Lei nº 5.692/1971, a qualificação profissional passa a ser compulsória no segundo grau, havendo resistência das instituições privadas de ensino, e das próprias escolas mantidas pelos governos estaduais em razão do escasso recurso para estruturação das condições pedagógicas na realização dos cursos, como laboratórios etc. (MOURA, 2007; RAMOS, 2014).

A LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) altera de 8 para 9 anos o ensino fundamental e estabelece uma separação entre o ensino propedêutico, no ensino médio e a profissionalização, nos cursos técnicos de nível médio, podendo ser realizados nas seguintes formas; articulada com o ensino médio e subsequente (pós-médio).

As mudanças na legislação, repercutem nas ações e na organização das instituições escolares no estado, corroborando para implantação de novas formas e estruturas da rede estadual. Podemos observar, no Quadro 8, a identificação cronológica de algumas escolas inauguradas nestes períodos.

Apresentamos, no Quadro 8, algumas instituições que configuram, no estado um papel importante na formação profissionalizante, destacando, que algumas foram extintas ou transformadas em escolas, e continuam ou com ensino médio integral, ou ensino médio integrado a educação profissional técnica de nível médio, demonstrando assim, uma organização processual pelo território estadual, da educação profissional pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí, alinhada às políticas do governo federal para a EPT (ALVES, 2021).

QUADRO 8 – Escolas Ofertantes do Ensino Profissionalizante até 1996

MUNICÍPIO	ESCOLA	CURSOS	DATA
Teresina	João Clímaco D’Almeida	Contabilidade	1969
	Unidade Escolar Lourival Parente	Contabilidade e Magistério	1971
	Instituto de Educação Antonino Freire	Magistério	1973
	Unidade Escolar Paulo Ferraz	Contabilidade	1974
	Escola Técnica “Prof. João Mendes Olímpio de Melo” - (PREMEN NORTE)	Contabilidade, Administração, Processamento de Dados e Enfermagem	1982
	Escola Técnica “Mons. José Luís Barbosa Cortês” (PREMEN SUL)	Contabilidade, Administração, Patologia Clínica e Enfermagem	1982
	Unidade Escolar “Pinheiro Machado”	Magistério	1984
	Escola Técnica “Gov. Dirceu Mendes Arcoverde” (PREMEN LESTE)	Contabilidade	1996
Valença	Colégio “Santo Antonio”	Magistério	1949
Oeiras	Escola Normal “Presidente C. Branco”	Magistério	1952
Floriano	Escola Normal “Osvaldo da Costa e Silva”	Magistério	1960
União	Escola Normal “Marcos Parente”	Magistério	1967
São José do Piauí	U. E. Firmino Inácio	Magistério	1968
Inhuma	Unidade Escolar “Bastim L. de Brito”	Magistério	1969
Esperantina	U. E. “José Nogueira Aguiar”	Magistério	1976
São João do Piauí	E. Normal “Sen. José Cândido Ferraz	Magistério	1976
São Raimundo Nonato	Escola Normal “Gercílio Macedo”	Magistério	1979
Pedro II	E. N. “Angelina Mendes Braga”	Magistério	1980

Altos	Escola Normal “Cazuza Barbosa”	Magistério	1987
Simões	Escola Normal “Raul Sérgio”	Magistério	1993
Parnaíba	Liceu Parnaibano	Magistério	1845
	Escola Normal “Francisco Correia”	Magistério	1967
	Escola Técnica “Min. Petrônio Portela”	Contabilidade, Administração, Enfermagem	1972
Picos	Escola Normal “Oficial de Picos”	Magistério	1927
	Escola Técnica “Petrônio Portela”	Contabilidade, Administração, Enfermagem	1983

Fonte: SEDUC/UETEP/Módulos Curriculares, 1997.

Como observado na dinâmica temporal a criação de cursos técnicos de nível médio, em sua maioria voltados para a formação de professores (magistério) dos anos iniciais da escolarização, veio ocorrer na segunda metade do século XX (SILVA, 2005), visto que essa era uma demanda reprimida por muitas décadas no estado. Ao longo do período, foram também implantados cursos nas áreas administrativa, contabilidade e área da saúde. Desse modo, deu-se um passo importante na configuração de uma rede de escolas profissionais no Piauí, que permaneceram com poucas alterações até metade da década de 1990, com o advento da nova LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

Após a aprovação da LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) tem-se a implementação da modalidade de educação profissional técnica de nível médio, possibilitando a não separação do ensino médio. Assim, a educação profissional continua vinculada ao ensino médio, agora nas formas: integrada, concomitante e subsequente (pós-médio), sendo articulados pela SEDUC a sua reorganização nos municípios de Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos, conforme mostra o Quadro 9, um contexto que permaneceu inalterado até 2002 (ALVES, 2021).

QUADRO 9 – Escolas Técnicas Estaduais – 1996 a 2002

MUNICÍPIO	ESCOLA	CURSOS
Teresina	Pref. João Mendes Olímpio de Melo - (PREMEN NORTE) ¹³	Contabilidade, Administração, Processamento de Dados e Enfermagem
	Mons. José Luís Barbosa Cortês (PREMEN SUL)	Contabilidade, Administração, Patologia Clínica e Enfermagem
Parnaíba	PREMEN Min. Petrônio Portela	Contabilidade, Administração, Patologia Clínica e Enfermagem
Picos	PREMEN Petrônio Portela	Contabilidade, Administração e Enfermagem
Floriano	PREMEN Calisto Lobo	Contabilidade, Administração e Enfermagem

Fonte: SEDUC/UETEP.

Os cursos foram organizados em cidades com maior potencial de desenvolvimento econômico, de modo que também ofereciam as melhores condições de infraestrutura, localização e facilidade para o transporte dos alunos oriundos de municípios circunvizinhos, com a composição de cursos alinhados às realidades e oportunidades possíveis de absorção dos egressos, articulados à vocação econômica das regiões de Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano.

No período de 2005 a 2015, o Piauí teve um aumento nas ofertas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, como é possível observar no Quadro 10, representando assim um crescimento tanto na procura, quanto na oferta de ensino nesse nível, proporcionando então, uma melhor qualificação aos jovens e atendendo as necessidades do setor produtivo nas diversas regiões do estado.

O Piauí, passa a compor o maior número de matrículas da educação profissional, em relação aos demais entes, apresentando uma melhora na estruturação das escolas e com maior capacidade de matrículas e diversificação dos cursos. Estes estão alinhados aos diagnósticos socioeconômicos dos 12 Territórios de Desenvolvimento, que se constituem em arranjos de municípios numa determinada região com características ambiental, vocações produtivas e dinamismo econômico, relações socioeconômicas e culturais, estabelecidas entre as cidades; regionalização político-administrativa e malha viária existente (PIAUI, 2017).

Do ponto de vista governamental, o território de desenvolvimento se constitui também como espaço socialmente organizado, composto por um conjunto de municípios, caracterizado por uma identidade histórica e cultural, patrimônio natural, dinâmica, relações econômicas e organização, constituindo as principais unidades

¹³ Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM).

de planejamento da ação governamental (PIAUÍ, 2017). Isso se pode observar no Quadro 10, ao evidenciar que houve uma melhora na oferta de matrículas pelo Estado.

QUADRO 10 – Matrículas da Educação Profissional no Piauí

ANO	ENSINO MÉDIO REGULAR		EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		EJA PRESENCIAL		TOTAL
	Matrícula	%	Matrícula	%	Matrícula	%	
2005	188.216	95,57	5.535	2,81	1.176	0,59	196.932
2006	193.313	95,45	4.899	2,41	2.289	1,13	202.507
2007	181.373	92,23	10.629	5,41	2.448	1,24	196.457
2008	185.457	92,23	9.770	4,91	1.671	0,84	198.906
2009	178.545	90,81	13.232	6,73	2.814	1,43	196.600
2010	164.866	85,59	15.733	8,26	7.773	4,08	190.382
2011	161.568	84,74	13.992	7,33	13.077	6,85	190.648
2012	155.450	82,97	12.893	6,88	16.986	9,06	187.341
2013	147.636	81,89	11.446	6,34	19.187	10,64	180.282
2014	137.325	74,07	28.189	15,20	17.850	9,62	185.378
2015	123.687	65,78	43.220	22,98	19.106	10,16	188.028

Fonte: INEP – Consulta Matrícula (Elaborada pela CEPRO/PI).

Com esse crescimento, a rede de educação profissional da Secretaria de Estado da Educação do Piauí, no ano de 2019, estava constituída por 86 unidades de ensino de EPT, conforme o Quadro 11. Esse total estava dividido entre as 21 Gerências Regionais de Educação, responsáveis pela gestão, acompanhamento e monitoramento da educação básica e educação profissional nos 12 Territórios de Desenvolvimento do Estado. A composição era de: Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEP), Centros Estaduais de Educação Profissional Rural (CEEPRU)¹⁴; Centros Estaduais de Educação Profissional de Tempo Integral (CEEPTI); Escolas Família Agrícola (EFA), Escola Técnica de Teatro (ETT), Unidades Escolares da Rede Regular e Medição Tecnológica¹⁵ (transmissão pelo Canal Educação SEDUC), que também ofertam educação profissional nos municípios.

¹⁴ Escolas especializadas em educação profissional rural, com cursos voltados para o setor agrícola e a pecuária.

¹⁵ O Programa de Educação com Mediação Tecnológica foi regulamentado pelo Decreto Nº 14.628, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 31 de outubro de 2011 e lançado oficialmente em julho de 2012 pelo Governo do Estado do Piauí. O “Mediação Tecnológica” é um sistema que mescla transmissão de aulas via satélite e interatividades em tempo real entre professores que estão no estúdio e alunos nas salas de aula espalhadas pelos municípios, com um profissional de ensino conduzindo a interação. São ofertadas aulas dos cursos de educação profissional técnica de nível médio espalhados pelo Piauí.

QUADRO 11 – Escolas de Educação Profissional – SEDUC

CEEP	CEEPRU	CEEPTI	EFAS	ETT	ESCOLA REGULARES	MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA
18	14	05	16	01	33	223

Fonte: SEDUC/2021.

A modalidade da educação profissional técnica de nível médio na rede estadual, segue a configuração nas formas de ofertas (Quadro 12), da rede pública estadual, incluindo as EFAs.

QUADRO 12 – Formas dos Cursos Técnicos da SEDUC/PI

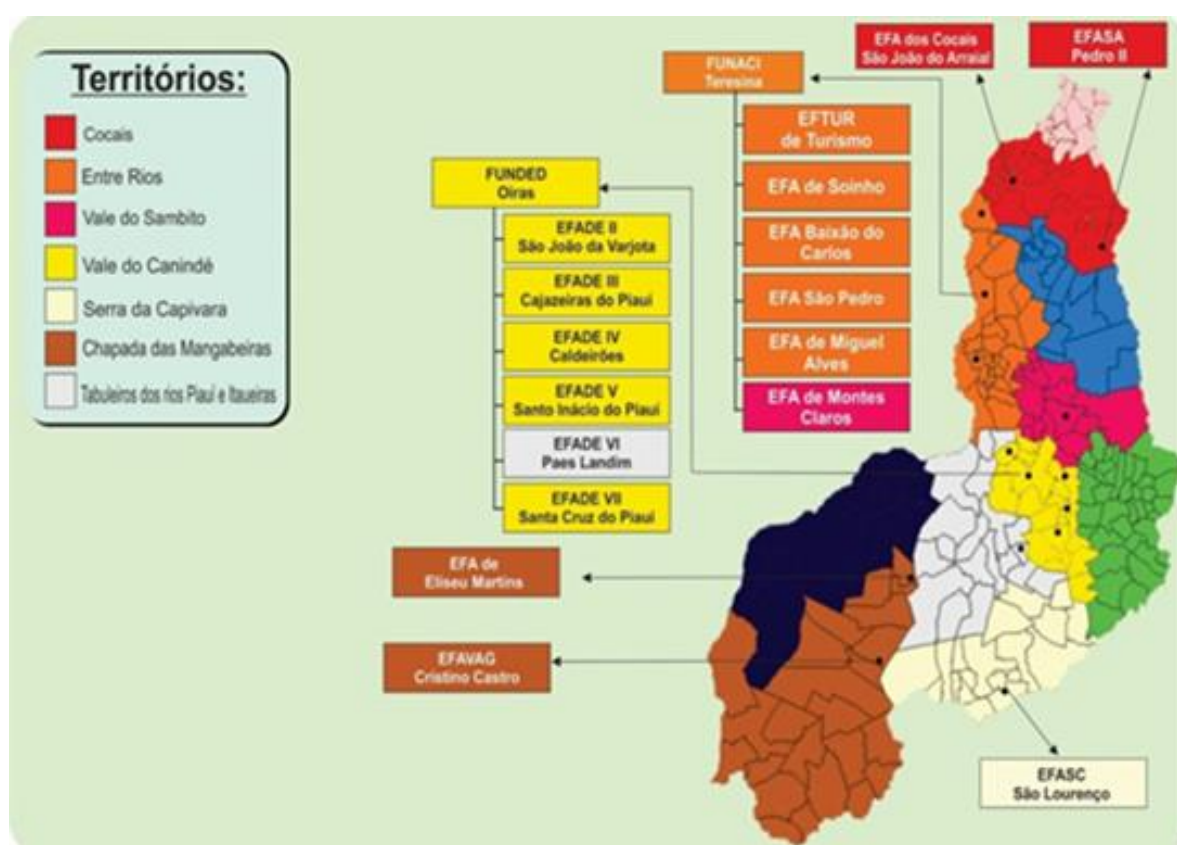
Integrado	Nessa modalidade, o estudante cursa o técnico junto com os dois últimos anos do Ensino Médio, já finalizando o Ensino Básico com uma profissão. No fim do curso, o aluno recebe dois certificados, de conclusão do Médio e outro de conclusão do Técnico. As diretrizes curriculares devem ser as mesmas em ambas as formações e, para ingressar, o estudante precisa comprovar a conclusão no Ensino Fundamental I e II.
Subsequente	O curso técnico subsequente está disponível para quem já concluiu o Ensino Médio. Nessa modalidade, é possível utilizar a nota do Enem para as escolas que não possuem processo seletivo próprio. Após a conclusão, o aluno receberá o diploma de profissionalização em nível técnico. Essa formação é ideal para pessoas que desejam ingressar imediatamente no mercado de trabalho e já têm uma ideia mais concreta de qual área pretende atuar.
Concomitante	Essa modalidade é indicada para alunos que ainda não finalizaram o Ensino Médio e não optaram pela forma integrada da formação técnica com a formação básica. Nesse caso, o estudante pode fazer a capacitação paralelamente ao ensino regular, no contraturno das aulas
Integrado ao Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)	A política de expansão da Educação Profissional no estado do Piauí passa pela inclusão dos jovens de 18 anos ou mais, que por diversos motivos não puderam concluir o Ensino Médio. Essa oferta é estratégica, pois resgata quem estava fora da escola e oportuniza crescimento profissional, uma vez que a maioria dos alunos já está no mercado de trabalho. O esforço tem dado resultados importantes. Atualmente cerca de 15% das matrículas da EJA do Ensino Médio são integradas à Educação Profissional. No Brasil, este percentual fica em torno de 3%.

Fonte: SEDUC/PI, 2021.

A SEDUC/PI tem realizado um processo de investimentos em infraestrutura, insumos e crescimento de forma planejada¹⁶, visando aumento de ofertas e de matrículas na EPT (PIAUÍ, 2017), com a articulação e a composição de uma rede estadual de educação profissional de nível médio, como se observou nos dados, essa realidade se deu sempre alinhada às políticas federais da EPT, bem como, com parcerias com a sociedade civil.

Atualmente são 17 escolas vinculadas à SEDUC/PI, Figura 2, dentre as quais, as EFAs da FUNACI mantendo sua autonomia didática, pedagógica e administrativa. Estas, fazem parte da rede estadual de ensino, através da contratação dos monitores, estadualização das matrículas e o acesso das escolas. A partir de 2012 passaram a integrar as políticas, programas e projetos governamentais estaduais e do Ministério da Educação (MEC).

FIGURA 2 – Territórios de Localização das EFAS/SEDUC



Fonte: SEDUC, 2020.

¹⁶ Plano Estratégico da Educação Profissional Técnica de Nível Médio elaborado pela SEDUC/PI em 2018.

Podemos constatar no Quadro 13, que houve no período de 2005 a 2015, uma redução nas matrículas do ensino médio regular e um aumento importante na educação profissional, principalmente na forma subsequente e concomitante, podendo-se considerar uma maior presença do Estado em 2015 com 54,56% das matrículas em relação aos municípios e as instituições federais.

QUADRO 13 – Matrículas no Ensino Médio e na Educação Profissional no Piauí

ANO	ENSINO MÉDIO REGULAR					EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
	MUNI-CIPAL	ESTA-DUAL	FEDE-RAL	PRIVA-DO	TOTAL	MUNI-CIPAL	ESTA-DUAL	FEDE-RAL	PRIVA-DO	TOTAL
2005	3.410 (1,81%)	160.121 (85,07%)	2.111 (1,12%)	22.570 (11,99%)	188.216	195 (3,65%)	1.506 (27,20%)	2.596 (46,90%)	1.238 (22,36%)	5.535
2006	3.544	164.328	2.099	23.342	193.313	320	570	2.432	1.577	4.899
2007	3.350	156.742	2.295	22.977	181.373	187	5.090	2.913	1.439	10.629
2008	3.046	161.791	2.506	18.114	185.457	280	5.328	2.822	1.201	9.770
2009	2.811	155.055	2.920	17.759	178.545	623	7.889	3.310	1.898	13.232
2010	2.204 (1,33%)	144.500 (87,64%)	3.392 (2,05%)	16.974 (10,29%)	164.866	467 (2,96%)	9.300 (59,11%)	3.275 (20,81%)	2.691 (17,10%)	15.733
2011	1.641	137.866	3.992	18.069	161.568	216	6.278	4.390	3.108	13.992
2012	1.166	131.983	4.116	18.185	155.450	310	5.179	4.165	3.239	12.893
2013	817	124.731	4.287	17.801	147.636	158	3.514	4.392	3.382	11.446
2014	298	115.221	4.352	17.454	137.325	107	20.130	4.229	3.723	28.189
2015	104 (0,1%)	106.684 (86,25%)	590 (0,47%)	16.309 (13,18%)	123.687	196 (0,45%)	23.584 (54,56%)	14.537 (33,63%)	4.903 (11,34%)	43.220
2015 Integr.	-	-	-	-	-	(0) (0,00%)	(14.176) (76,17%)	(4.433) (23,82%)	(0) (0,00%)	(18.609)
2015 Conc. Subsq.	-	-	-	-	-	(196) (0,79%)	(9.408) (38,22%)	(10.104) (41,05%)	(4.903) (19,92%)	(24.611)

Fonte: INEP – Consulta Matrícula (Elaborado pela CEPRO/PI).

Consoante o que é observado, são visíveis os avanços numéricos de alcance dos cursos, evidenciando a efetividade da proposta lançada ao público. Isso demonstra que o alcance e resultados pode ser em muito, benéfico para os estudantes e demais integrantes da área, visto ser um trabalho de grande poder de mudança na vida dos alunos, bem como da comunidade na qual o mesmo está inserido.

2.4 PIONEIRISMO NA CRIAÇÃO DE ESCOLAS FAMÍLIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A FUNACI é uma fundação privada¹⁷ sem fins lucrativos, e, portanto, uma organização da sociedade civil, criada para contribuir com a mudança da realidade de vida das populações da periferia urbana e rural do Piauí, tem sede administrativa no município de Teresina, atuando desde a criação nos municípios de Aroazes, São Pedro do Piauí e Miguel Alves, atingido em 2019, os seus 30 anos de existência. Suas ações beneficiam cidadãos dos estados do Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Ceará e Espírito Santo.

Ao longo de sua trajetória histórica, considerando as suas linhas de atuação; educação, saúde e assistência social, tem pautado a preocupação com a sustentabilidade de seus projetos e serviços. Em vista do exposto, neste trabalho, destacaremos o papel da FUNACI na criação das Escolas Famílias Agrícolas, Escola Família de Turismo e do CACN, conforme o Quadro 14, sendo que no Estado do Piauí, a primeira escola por alternância, foi criada pela instituição no município de Aroazes/PI, bem como a formação de monitores dessa metodologia de ensino, através da EFA do Soinho, um polo importante de formação de educadores para as Escolas Famílias da FUNACI e outras instituições no estado e outros no país, além de ter contribuído para a criação de escolas no Piauí e no Brasil.

QUADRO 14 – Escolas de Educação Profissional da FUNACI

ESCOLA	MUNICÍPIO	ANO DE CRIAÇÃO	CURSO TÉCNICO	ANO DE INÍCIO
EFA MONTES CLAROS	AROAZES	1985	AGROPECUÁRIA	2008
			INFORMÁTICA	2019
EFA SOINHO	TERESINA	1991	AGROPECUÁRIA	
EFA BAIXÃO DO CARLOS	TERESINA	1995	ZOOTECNIA	2012
EFA SÃO PEDRO DO PIAUÍ	SÃO PEDRO DO PIAUÍ	1998	AGROPECUÁRIA	2015
CENTRO DE APRENDIZAGEM CARLO NOVARESE	TERESINA	2000	CUIDADOS EM IDOSOS ¹⁸	2017
			MANUTENÇÃO E	2018

¹⁷ Fundação é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, que se forma a partir da existência de um patrimônio destacado pelo seu instituidor através de escritura pública ou testamento junto ao Ministério Público Estadual, que autoriza seu registro e funcionamento, para servir a um objetivo específico, voltado a causas de interesse social e público.

¹⁸ Anexo da EFA Baixão do Carlos, funciona no CACN.

			SUPORTE DE INFORMÁTICA ¹⁹	
ESCOLA FAMÍLIA DE TURISMO – EFTUR	TERESINA	2005	EVENTOS	2013
			BAR E RESTAURANTE	2016
			COZINHA	2018

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Ao longo do período de 1989 a 2019, a FUNACI, como mantenedora de escolas profissionais, demarca três fases sistematizadas por esse estudo, conforme detalha o Quadro 15, que permite compreender o seu papel no contexto do desenvolvimento da educação profissional no Piauí.

Destacam-se sua singularidade com a metodologia da pedagogia da alternância, ou mesmo e principalmente a capilaridade em constituir estratégias de manutenção e longevidade de atuação, no caso de escolas mantidas por instituições com as características da fundação.

QUADRO 15 – Fases temporais de evolução institucional da FUNACI

Fases	Características marcantes
1ª Fase Pastoral 1985-1995	Este período caracteriza-se pelo forte apelo pastoral do Pe. Pietrogrande em ajudar a população menos favorecida da sua região de atuação paroquial, e ao mesmo tempo, o desenho e delimitação das linhas de ação social: saúde, educação e assistência social, inicialmente através Associação Nacional de Instrução, instituição pertencente a Companhia de Jesus, da qual fazia parte como clérigo e posteriormente em 1989, com a criação da FUNACI, inspirada e apoiada pelo MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, no qual foi fundador em 1963 e presidente, até sua partida para Teresina em 1985, onde iniciou o trabalho social: criação de creches, Hospital São Carlos Borromeo e escolas famílias agrícolas de primeiro grau (5ª a 8ª séries), com parcerias nacionais e internacionais.
	Nesta fase a FUNACI amplia o arcabouço de ações educacionais com foco na educação profissional técnica de nível médio, considerando a regulamentação das escolas pelo Conselho Estadual de Educação, dando às mesmas, a institucionalidade e o reconhecimento necessário, conforme

¹⁹ Anexo da EFA Baixão do Carlos, funciona no CACN.

2ª Fase Social 1995 – 2004	as exigências da legislação educacional. De início, as escolas funcionavam anexas as instituições públicas municipais. No período, a estratégia de estabelecer parcerias para inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho, perpassou a amplitude do leque de opções para além da fixação no campo, bem como o trabalho com pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social urbana, ampliando as técnicas pedagógicas e metodológicas para intervenção educativa com resultados na mudança da qualidade de vida e de oportunidades de inclusão social pelo trabalho na região urbana de Teresina.
3ª Fase Profissionalização 2005 – 2019	Caracteriza-se pela ampliação do nível de escolarização nas Escolas Família (ensino médio), numa perspectiva de formação humana integral, implantação da alternância na área de turismo, com a criação da Escola Família de Turismo, setor importante de desenvolvimento do Piauí e estados vizinhos, outro elemento fundamental para a continuidade da atuação na área da educação, foi a efetivação de parceria com a SEDUC/PI, através da estadualização da matrículas, a criação dos Conselhos Escolares, trazendo a profissionalização das ações educacionais com a adequação curricular, a estruturação, autorização e reconhecimento dos Cursos de Educação Profissional Técnicos de Nível Médio (Integrados ou Subsequentes), apontando para uma nova dinâmica da educação no campo por meio da educação profissional e tecnológica na instituição, mudanças no perfil dos monitores (mestres e doutores) e dos discentes, bem como, assegurando novas fontes de recursos financeiros e estruturais, por meio do acesso aos diversas políticas, programas e projetos da SEDUC/PI e do MEC. Apresenta-se novas possibilidades de atuação do CACN com a EPT, funcionando como escola técnica de nível médio, no primeiro momento anexa a EFA Baixão do Carlos.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Frente ao exposto observa-se os detalhes de cada fase, todas essenciais ao pleno andamento do processo.

2.4.1 Escola Família Agrícola de Montes Claros – Aroazes/PI

A Escola Família Agrícola²⁰ Montes Claros, Figura 3, está situada na zona rural do município de Aroazes/PI, Território de Desenvolvimento Vale do Sambito²¹,

²⁰ As unidades de educação profissional são espaços de extrema relevância ao pleno desenvolvimento de determinada área, e especial os lugares em que foram estrategicamente

com uma população estimada de 5,779 (IBGE,2010), uma densidade demográfica de 7,03 hab/km², numa área territorial de 821,212 km², bioma do cerrado. Em relação aos habitantes 3,430 vivem na zona urbana e 2,349 na zona rural. Constata-se pelos dados que se trata de um município pobre com o uma urbanização significativa, além de estar encravada na região semiárida²² do Piauí.

FIGURA 3 – Entrada da EFA Montes Claros



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Do ponto de vista econômico a renda per capita segundo dados do IBGE do último censo de 2010 é de R\$ 293.53, apontando que 22.62% da população é extremamente pobre e que 87.20% são vulneráveis à pobreza, uma situação crítica, com baixo IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal²³, 0.583, tendo uma melhora em relação a 0.416 do ano 2000 (BRASIL, 2015). Essa condição social exige do poder público e da sociedade uma ação estratégica de médio e longo prazos que revertam essa situação.

implementadas.

²¹ Composto por 15 municípios: Aroazes, Barra D'Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis, Inhumas, Ipiranga do Piauí, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Pimenteiras, Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, São Félix do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, Valença do Piauí e Várzea Grande.

²² O Semiárido brasileiro é uma região delimitada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE considerando condições climáticas dominantes de semiaridez, em especial a precipitação pluviométrica. Como reflexo das condições climáticas, a hidrografia é frágil, em seus amplos aspectos, sendo insuficiente para sustentar rios caudalosos que se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações. Constitui-se exceção o rio São Francisco. Devido às características hidrológicas que possui, as quais permitem a sua sustentação durante o ano todo, o rio São Francisco adquire uma significação especial para as populações ribeirinhas e da zona do Sertão (IBGE, 2018).

²³ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD, 2021).

Em relação à questão educacional, Aroazes/PI tem uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, equivalente a 98,9%, com avaliação do IDEB - Anos iniciais de 5,2 e anos finais de 4,1, considerados baixos, mesmo com uma taxa relevante de escolarização. Numericamente, são 12 escolas do ensino fundamental e 3 escolas do ensino médio com 252 matrículas, dentre elas a EFA Montes Claros, Figura 4, com ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, através dos Cursos Técnicos em Agropecuária e em Informática (IBGE, 2010).

FIGURA 4 – Casarão da Fazenda onde iniciou a EFA Montes Claros



Fonte: Acervo do autor, 2021.

A EFA teve seu início de funcionamento em 1985 com a criação da primeira turma de 5ª série, anexa à Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez, mantida pela Associação Nacional da Instrução (ANI), instituição responsável pela gestão das escolas da Companhia de Jesus no Piauí, com apoios técnicos de monitores do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES).

Montes Claros era uma fazenda dos Jesuítas que tinha o objetivo de prover a comunidade religiosa e suas instituições do Complexo Socopo em Teresina/PI, com alimentos e carnes, sendo posteriormente vendida aos moradores através de programa de reforma agrária do Governo do Estado. Quando Pe. Pietrogrande iniciou suas atividades pastorais e sociais na região em 1985, identificou a

necessidade dos adolescentes e jovens de terem acesso à educação, capaz de proporcionar a permanência na terra, considerando que muitos não frequentavam a escola, sem uma profissionalização, e muitos mudavam para São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, fazendo o êxodo rural em busca de melhores condições de vida e oportunidades.

FIGURA 5 – Capela no Assentamento Montes Claros/Aroazes-PI



Fonte: autor/2021.

A partir dessa realidade, foi iniciada a organização de um grupo de jovens da comunidade de Montes Claros, articulados pela comunidade local, com o objetivo de sensibilizar os moradores, bem como fazer um diagnóstico situacional local e posteriormente iniciar e formar a primeira turma de 5ª série do 1º grau utilizando-se da alternância. Na oportunidade, os alunos teriam as disciplinas gerais e disciplinas preparatórias para a convivência no campo (agricultura e pecuária). Seguindo o modelo desenvolvido pelo MEPES no Estado do Espírito Santo, a primeira turma foi composta dos povoados Montes Claros, Cruzeiro, Carnaúbas, São Luiz e Santana, totalizando 23 alunos.

Em 1986 com o início das turmas de 5ª a 8ª série do primeiro grau, os alunos foram vivenciando a metodologia de ficar um período na escola e outro em casa com a família, realizando atividades práticas e pedagógicas, com acompanhamento dos monitores, possibilitando assim, a aprendizagem de conhecimentos elementares de técnicas da agropecuária, sendo diplomados, após a conclusão da 8ª série pela

Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez, em Teresina/PI, que era dirigida pelo Pe. Pietrogrande.

É importante elencar que no período de 22 anos, a EFA Montes Claros manteve o ensino de primeiro grau de 5ª a 8ª série e com a mudança da legislação, seguiu com o ensino fundamental, anos finais, até 2007, sendo emitido os diplomas de conclusão pela Escola Municipal Vereador Osório Ferreira do Valle²⁴, a qual funcionava como um anexo desta unidade escolar para efeitos legais.

A partir de 1989, com a criação da FUNACI, a EFA Montes Claros passa a ser mantida legalmente pela fundação, assumindo todas as responsabilidades didático-pedagógicas, técnicas e administrativas, estabelecendo parcerias para a ampliação da escola com a construção de salas de aula, laboratório de informática, contratação de profissionais, projeto pedagógico próprio e a diplomação dos cursos.

Iniciou em 2008 o curso de educação profissional técnica de nível médio em Agropecuária, na forma integrada ao ensino médio, em parceria com a SEDUC/PI, que assumiu as matrículas e o financiamento da EFA, inclusive a contratação dos monitores, por meio de processo seletivo temporário. A inspiração crescer e fazer crescer, lema do Pe. Pietrogrande segue motivando os trabalhos e as novas configurações de ação para manutenção da escola.

Desse modo, a atuação da FUNACI na criação e manutenção do curso técnico agropecuária na EFA Montes Claros, através da autorização de funcionamento Resolução Nº 171/2012, e a estadualização das matrículas leva a instituição a compor o conjunto de escolas rurais técnicas de nível médio no Estado do Piauí, com o diferencial na metodologia de ensino: a alternância e o foco na agricultura familiar e na pecuária, com o ensino em tempo integral. A EFA Montes Claros foi a primeira Escola Família Agrícola do Estado do Piauí, sendo, portanto, a pioneira nessa modalidade de ensino da pedagogia da alternância.

A escola disponibiliza a seguinte estrutura aos alunos e a comunidade:

QUADRO 16 – Estrutura EFA Montes Claros

ESPAÇOS	QUANTIDADE
Sala de aula	03
Sala dos monitores	01
Sala da secretaria	01
Dormitórios masculino	03

²⁴ Escola pública da rede municipal de ensino da Secretaria Municipal de Educação de Aroazes.

Dormitório feminino	03
Dormitório de monitores	01
Laboratório de informática	10
Cozinha	01
Refeitório	01

Fonte: EFA Montes Claros/2021.

No período de 2008 a 2019 foram formados 64 técnicos em agropecuária, conforme o Quadro 17, e em 2019, foi criado o Curso de Educação Profissional Técnico de Nível Médio em Informática, no formato regular subsequente, iniciando com 18 alunos.

QUADRO 17 – Egressos EFA Montes Claros - Curso Técnico em Agropecuária

CURSO	ANO	CONCLUDENTES
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	2011	23
	2012	12
	2013	03
	2014	02
	2015	05
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	2016	06
	2017	05
	2018	08
	2019	04
	2019	18
TOTAL		82

Fonte: EFA Montes Claros, 2021.

Os desafios apresentados pela equipe da EFA foram: a maior parte dos egressos não atuam na área da formação; a escola tem dificuldades financeiras, não sendo possível melhorar a infraestrutura; falta de recursos para aquisição de material didático, aquisição de equipamentos; falta laboratórios técnicos e a situação da precarização do vínculo trabalhista da equipe de monitores, considerando que todos são contratados mediante seletivo temporário pela SEDUC-PI, criando portanto, uma insegurança jurídica.

Como conquistas foram elencadas; o aumento salarial que estava defasado, mesmo com a precariedade jurídica do vínculo, foi importante essa parceria da FUNACI com a SEDUC-PI, para garantir um salário melhor; o fornecimento de alimentação para os alunos; o transporte para alunos, ainda que deficitário; a distribuição de livros; e a possibilidade de novas melhorias através das negociações

por meio da Associação das Escolas Famílias Agrícolas do Estado do Piauí (AEFAPI).

No entanto, a perspectiva da equipe da EFA é a de que a contribuição da metodologia de ensino e a convivência interpessoal ao longo curso na escola, com o acompanhamento, a afetividade e a escuta dos alunos, tem possibilitado aos egressos um projeto de vida que os encoraja ao prosseguimento nos estudos. Ademais, fortalece a confiança para seguir rumo à educação superior, com graduação nas áreas de psicologia, agronomia, licenciatura, fisioterapia, medicina veterinária, dentre outros, e a pós-graduação, além de atuarem no mercado como empresários e empreendedores.

A equipe da EFA relatou que a inexistência de um programa institucional de acompanhamento de egressos. As informações se dão em razão da amizade que os profissionais mantêm com os ex-alunos, o que consideram importante para ter noção dos resultados do trabalho da EFA.

2.4.2 Escola Família Agrícola do Soinho – Teresina/PI

A Escola Família Agrícola do Soinho, Figuras 6 e 7, ocupa uma área de 30 hectares, localizada na zona rural leste de Teresina, no Povoado Soinho, com edificações que dão suporte e funcionamento às ações educativas.

A estrutura não é grandiosa, todavia oferece o básico para um aprendizado eficaz, sendo assim, é possível descrever o ambiente mencionado, que é composto por: 2 salas de aulas, 1 biblioteca, 10 dormitórios masculinos - com 4 camas cada, 4 dormitórios femininos - com 4 camas cada, 1 sala de coordenação, 1 sala direção, 1 refeitório com cozinha, fundada no dia 10 de outubro de 1990, para alunos concludentes da 8ª série, oriundos da Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez.

FIGURA 6 – Entrada da EFA Soinho



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Observa-se que não há constantes reparos e atenção à estética do local, ainda assim, permanece.

FIGURA 7 – Cabana da EFA Soinho



Fonte: Acervo do autor, 2021.

A primeira turma foi concluída em 1994, com a diplomação de 15 alunos, Figura 8 (placa com o nome de cada um dos técnicos), considerando que o curso Técnico em Agropecuária tinha o período de 4 anos. A escola teve papel importante na formação de monitores para as demais EFAs, sendo diplomados pela EFA Soinho,

por ser a primeira a ser autorizada pelo Conselho Estadual de Educação.

FIGURA 8 – Placa da primeira turma de Técnico em Agropecuária



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Desse modo, a EFA Soinho teve papel relevante e estratégico na formação de monitores que atuavam no acompanhamento das séries finais do primeiro grau, através das disciplinas técnicas de agricultura e pecuária. Os referidos profissionais também atuavam articulando os processos pedagógicos próprios da pedagogia da alternância no contexto educacional.

A EFA Soinho contou ao longo de seu percurso de 29 anos, com alunos oriundos dos Estados do Pará, Maranhão e Amapá, além de alunos dos seguintes municípios do Piauí; União, Lagoa do Piauí, Miguel Alves, Beneditinos, Altos, Valença, Aroazes, Lagoa do Sítio, São Pedro do Piauí, Oeiras e São Raimundo Nonato.

Até 2019, somaram-se o total de 567 alunos diplomados no Curso Técnico em Agropecuária, alguns atuando na área. Entretanto, muitos seguiram para outros ramos do mercado de trabalho ou ainda prosseguiram para cursos superiores, nas áreas da agronomia, medicina veterinária, zootecnia, dentre outros, como as

licenciaturas, o que reforça a importância do incentivo ao desenvolvimento do Projeto Profissional do Jovem (PPJ)²⁵, que se constitui como elemento pedagógico obrigatório para a conclusão do curso técnico na modalidade da alternância.

QUADRO 18 – Relação de egressos da EFA Soinho

CURSO	ANO	CONCLUIDENTES	ANO	CONCLUIDENTES
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	1994	16	2007	29
	1995	12	2008	29
	1996	15	2009	32
	1997	17	2010	25
	1998	12	2011	26
	1999	17	2012	28
	2000	22	2013	32
	2001	20	2014	19
	2002	28	2015	33
	2003	22	2016	22
	2004	19	2017	07
	2005	34	2018	30
	2006	34	2019	22
TOTAL GERAL	567			

Fonte: EFA Soinho, 2021.

Considerando a dinâmica da escola, apontaram-se os seguintes desafios: contratação temporária de professores/monitores; a dificuldade de acesso à escola por falta de transporte público; falta de recursos para a manutenção da infraestrutura e de equipamentos; falta de laboratórios especializados na área técnica; falta de material didático (livros/apostilas) para as disciplinas técnicas.

Destacam-se também alguns avanços significativos: estadualização das matrículas; realização de processos seletivos pela SEDUC-PI para contratação de professores/monitores; monitores com mestrado e doutorado nas áreas técnicas; repasse de recursos dos programas federais (MEC) e estaduais (SEDUC) para manutenção e aquisição de internet e suprimento de alguma necessidade de estrutura e equipamentos.

Os destaques citados, tanto desafios como avanços, representam a constituição desse processo de luta pela educação.

²⁵ “É uma das mediações contidas no Plano de Formação da EFA que permite o exercício de projeção de novas práticas coerentes com os princípios e perspectivas do curso. Nesse sentido, o projeto profissional possibilita ao educando expressar os seus desejos de realização com as intervenções em seu meio familiar sócio comunitário, contribuindo para desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o mundo do trabalho” (BENISIO, 2018, p. 40).

2.4.3 Escola Agrícola do Baixão do Carlos – Teresina/PI - 1995

A Escola Família Agrícola do Baixão do Carlos teve seu funcionamento iniciado no dia 07 de agosto de 1995, com os cursos de 5ª a 8ª série, sendo ministrados até 2011 em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Teresina e a partir de 2012 obteve credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação para ministrar o Curso de Educação Profissional Técnico em Zootecnia Integrado ao Ensino Médio, seguindo a metodologia da pedagogia da alternância, com alunos oriundos do Piauí, Maranhão e Pará.

FIGURA 9 – EFA Baixão do Carlos



Fonte: Acervo do autor, 2021.

A propriedade em que foi construída a EFA Baixão do Carlos, Figura 9, foi comprada pelo Pe. Pietrogrande, com recursos da *Solidarite International des Maisons Familiales Rurales (SIMFR)*²⁶, o objetivo da aquisição consistia na sua preocupação com a fixação e convivência das famílias rurais na região, considerando que muitos filhos adolescentes e jovens migravam para São Paulo, por não disporem de propriedade para produção agrícola e a criação de pequenos animais, não tendo, também uma cultura fortemente agrícola, pela proximidade com a zona urbana de Teresina, sendo uma dificuldade para essa fixação e convivência

²⁶ Instituição criada pelas EFAs para apoio e suporte internacional, sediada na França.

no meio rural. Nesse contexto, o terreno seria uma oportunidade para aprenderem o cultivo agrícola e o manejo de animais, bem como a escolarização de ensino fundamental e posteriormente a educação profissional.

A dimensão pastoral era preponderante na criação das EFAS, de modo que há uma proximidade das sedes da EFA Baixão do Carlos e a EFA do Soinho, aproximadamente 12km separam as duas escolas. No entanto, os cursos técnicos são diferentes, apresentando características peculiares na captação dos alunos.

A EFA Baixão do Carlos teve dificuldades para a composição da turma no início da implantação do curso técnico em zootecnia no ano 2012, pois era um curso novo, e a mobilização deu-se entre contatos com ex-alunos do ensino fundamental, que divulgaram para seus contatos e alguns moradores da região do entorno da escola.

A primeira turma teve 12 alunos matriculados, destes, 9 alunos concluíram o curso e 3 foram desistentes. Apresentamos Quadro 20 os dados acerca dos egressos de 2014 a 2019. Na Figura 10 temos a placa de reconhecimento e celebração pela conclusão do curso, representando todo o esforço pedagógico e a formalidade institucional.

QUADRO 19 – Egressos do Curso Técnico de Zootecnia

Turma	Ano	Concludentes
1 ^a	2014	09
2 ^a	2015	13
3 ^a	2016	08
4 ^a	2017	08
5 ^a	2018	08
6 ^a	2019	09
TOTAL		55

Fonte: EFA Baixão do Carlos, 2021.

Em razão da pouca adesão, a EFA fez um momento para captação de pelo menos o número mínimo de 60 anos, para aderir junto a SEDUC-PI na realização de outros dois Cursos Técnicos: o Curso Técnico de Cuidados em Idosos Integrado ao Ensino Médio em 2018 e um subsequente, o Curso Técnico em Mecânica Automotiva, no ano 2020, além do Técnico em Manutenção e Suporte de Informática, ambos realizados no CACN no Bairro Anita Ferraz, funcionando como anexo da EFA Baixão do Carlos.

FIGURA 10 – Placa de conclusão de Curso Técnico em Zootecnia – Turma 2019



Fonte: Acervo do autor, 2021.

A escola já iniciou com uma estrutura razoavelmente adequada, e a imersão dos monitores em intercâmbios com as demais EFAs foi fundamental, proporcionando a composição da equipe. Os primeiros monitores foram oriundos da EFA do Soinho e alguns tiveram a oportunidade de fazer intercâmbio na Itália.

Assim como as demais escolas da FUNACI, a EFA Baixão do Carlos no início do Curso Técnico em Zootecnia, realizou a estadualização das matrículas através da SEDUC-PI, sendo possível a contratação e pagamento dos monitores, adequando-se às exigências do financiador em relação aos processos administrativos e pedagógicos.

Como as demais instituições a unidade vivenciou ao longo do tempo alguns desafios, dentre os quais: pouca adesão nas matrículas no curso de zootecnia na primeira turma; a necessidade de um número mínimo de 60 alunos para funcionamento e manutenção de turmas, para assegurar o apoio financeiro da secretaria de educação; falta de transporte para os alunos; desconhecimento dos instrumentos pedagógicos da alternância pelos monitores selecionados pela SEDUC-PI; defasagem salarial; inicialmente uma evasão de alunos em torno de 70%; falta de equipamentos como computadores suficientes para os setores administrativos; a mudança do perfil dos alunos em razão da urbanização do

povoado Baixão do Carlos; e ainda a precariedade do vínculo empregatício em razão de seletivo temporário da SEDUC-PI.

Foram observados alguns avanços apontados pela equipe da EFA Baixão do Carlos, a saber, a ampliação da relação de parceria com a SEDUC-PI na gestão da EFA; aderência aos diversos programas da SEDUC/PI e do Ministério da Educação, dentre eles o Programa de Autonomia, Cooperação e Transparência das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Piauí (PACTUE), Pactue Extra, Serviços de Tecnologia pelas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino do Piauí (PAC NET), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional Alimentação Escolar (PNAE); e o acompanhamento e monitoramento das ações da EFA pela SEDUC-PI.

2.4.4 Escola Família Agrícola de São Pedro – São Pedro do Piauí/PI

O município de São Pedro do Piauí, está situado na região do médio Parnaíba, e compõe o Território de Desenvolvimento Entre Rios²⁷, possui, conforme o censo do IBGE de 2010, uma população de 13.639 habitantes, com uma densidade demográfica de 26,32 hab/km², sendo que 8,195 é a população urbana e 3,544 a população rural (IBGE, 2010).

Dispõe de uma situação socioeconômica, em que 54% da população vive com $\frac{1}{2}$ salário mínimo, destes, 30,59% são extremamente pobres e 89,28% são vulneráveis à pobreza. O IDHM é de 0,595, considerado baixo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IBGE, 2010).

O município conta com 2 escolas de ensino médio, dentre elas a Escola Família Agrícola de São Pedro, Figura 11, criada e mantida pela FUNACI em 1998, através da solicitação do Arcebispo de Teresina Dom Miguel Fenelon Câmara, por intermédio da família da assistente social e professora da Universidade Federal do Piauí, Umbelina Maria Jales de Carvalho, que em articulação com o Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a EMATER e a Associação dos Microempreendedores de São

²⁷ Composto por 31 municípios: Agricolândia, Água Branca, Alto Longá, Altos, Amarante, Angical do Piauí, Barro Duro, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Lagoinha do Piauí, Miguel Alves, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Olho D'Água do Piauí, Palmeirais, Passagem Franca do Piauí, Pau D'Arco do Piauí, Regeneração, Santo Antônio dos Milagres, São Gonçalo do Piauí, São Pedro do Piauí, Teresina e União.

Pedro do Piauí (AMESP), demandaram ao Pe. Pietrogrande a implantação de uma escola voltada para a profissionalização de adolescentes e jovens no município.

FIGURA 11 – Sede da EFA São Pedro



Fonte: Acervo do autor (2021).

A Arquidiocese de Teresina acionou a FUNACI para empreender a criação da escola no município. Para tanto, foi doado um terreno de 25 ha, por Francisco Alberto Ribeiro Barbosa, e os recursos financeiros para a construção do prédio pela *Solidarite International des Maisons Familiales Rurales (SIMFR)*. A edificação veio a ser inaugurada no dia 12 de outubro de 1999, no Povoado São Raimundo, s/n, Zona Rural de São Pedro do Piauí, com a seguinte estrutura:

QUADRO 20 – Estrutura EFA São Pedro

ESPAÇO	QUANTIDADE
Sala de aula	01
Secretaria	01
Dormitório masculino	01
Dormitório feminino	01
Dormitório de monitores	03
Banheiros	02
Biblioteca	01
Lavanderia	01
Cabana	01
Depósito	01
Aprisco	01
Cozinha	01

Fonte: EFA São Pedro do Piauí, 2021.

No mesmo ano, 1998, foi iniciada a primeira turma, com 16 alunos para a 5ª série, passando as aulas a serem realizadas na sede do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São Pedro do Piauí (CONDESP), realizando também cursos em parceria com o Sistema Nacional de Emprego do Piauí (SINE/PI); horticultura, fruticultura, artesanato.

Posteriormente as novas turmas de 5ª série a 8ª série (antigo primeiro grau), e do 6º ao 9º ano do ensino fundamental até 2018, passaram a ser realizados na sede da EFA. Os diplomas eram emitidos pela Escola Municipal Davina Veloso. A EFA funcionava como um anexo para fins legais.

Os primeiros passos para a instalação da EFA São Pedro contaram diferentemente de uma iniciativa própria da FUNACI, mas de uma demanda da comunidade, que por meio da Arquidiocese de Teresina, e com a mobilização da sociedade local são-pedrense, possibilitaram as condições para a inclusão e a capacitação profissional de jovens, bem como sua inserção no mundo produtivo no contexto do campo.

Um desafio político foi vivenciado na matrícula de alunos pela EFA, os monitores não poderiam no Povoado Brejo à época, tratar de assuntos relacionados a questão da reforma agrária e política partidária, e que somente com o apoio do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (EMATER) conseguiram mobilizar as famílias da região para que os jovens se matriculassem e frequentassem a escola.

Após 17 anos de atuação com o ensino fundamental em regime de alternância, a gestão da escola e a direção da FUNACI decidiram implantar o ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, criando o Curso Técnico em Agropecuária, com duração de 4 anos. A primeira turma foi composta de 19 alunos. Destes, somente 6 concluíram integralmente o curso, um índice elevado de evasão.

As turmas posteriores, a partir de 2018, tiveram mudança no currículo do curso, que foi reduzido para 3 anos, decorrente de negociação com a SEDUC-PI, considerando a necessidade de redução de custos e a adequação pedagógica e curricular. Desse modo, houve a redução da carga horária aos moldes dos demais cursos ministrados pela SEDUC/PI. Foram realizadas até o ano de 2019, três turmas, totalizando 70 matriculados e 20 concludentes diplomados, conforme o Quadro 21.

Os alunos eram oriundos dos municípios de São Pedro do Piauí, Água Branca, Agricolândia, Francisco Ayres, Miguel Leão, Angical, Palmeirais e Regeneração.

QUADRO 21 – Egressos EFA São Pedro

CURSO	ANO	CONCLUDENTES
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	2018	16
	2019	04
	TOTAL	20

Fonte: EFA São Pedro, 2019.

O número reduzido de concludentes demonstra uma significativa evasão, que conforme a equipe de gestão da EFA São Pedro, pode estar relacionada a necessidade dos jovens de obtenção de recursos financeiros para ajudar nas despesas próprias e familiares, na busca de emprego e renda rápida, pois muitos jovens, viajam para São Paulo, Brasília, dentre outras cidades, para trabalhos temporários. A pouca estrutura da escola, a insuficiência de material didático, a falta de laboratórios e equipamentos para o curso, a falta de transporte para os alunos, são aspectos que fortalecem essa evasão. A outra possibilidade aventada pelos profissionais, se dá em razão da disponibilização de outros programas de qualificação profissionais que pagam bolsas, além de contarem na região, próximo a São Pedro do Piauí, de outras instituições educacionais, como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) no município de Angical/PI e o Centro Estadual de Educação Profissional Rural em Regeneração (CEEPRU).

Foram elencadas algumas dificuldades enfrentadas no período, dentre as quais; a falta de recursos financeiros suficientes para manutenção e aquisição de material pedagógico para o curso; a rotatividade dos monitores, sendo que alguns, não tem afinidade com a pedagogia da alternância e que conforme a precariedade do vínculo com a EFA, acabam por sair, pois são contratos temporários mediante seletivo anual, com possibilidade de renovação por mais um ano, criando assim uma fragilidade no processo de absorção da metodologia de trabalho.

Algumas conquistas foram elencadas, dentre as quais: a criação do tutor noturno, profissional que dorme na escola e faz acompanhamento dos alunos, antes os monitores reversavam nessa tarefa; a disponibilização de técnicos para as atividades administrativas e zelador; a disponibilização de internet facilitando a comunicação entre a equipe, alunos, pais, SEDUC/PI, FUNACI; e a possibilidade de

divulgar as ações da escola nas redes sociais, dando conhecimento do trabalho desenvolvido pela EFA São Pedro, atraindo novos alunos.

2.4.5 Centro de Aprendizagem Carlo Novarese – Teresina/PI - 2000

O Centro de Aprendizagem Carlo Novarese (CACN) foi construído, Figura 12, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDS) e inaugurado no dia 07 de fevereiro de 2000, com o objetivo de ser um espaço de treinamento e qualificação profissional, intervindo na realidade da região do bairro Anita Ferraz, na periferia de Teresina. Trata-se de uma região com graves problemas sociais, dentre os quais à época: a extrema pobreza, violência, desnutrição, desemprego, uso de drogas, desestruturação familiar, ausência de serviços públicos (educação, saúde, segurança etc.), baixa escolaridade das famílias e dos adolescentes e jovens, situações que afetavam principalmente as crianças e os jovens, de modo que a ação do CACN se propôs, desde a fundação, contribuir para mudar realidade.

FIGURA 12 – Construção do CACN



Fonte: Acervo do CACN.

A construção dessas unidades é também a edificação da possibilidade de rompimento de um ciclo familiar de falta de acesso à educação.

FIGURA 13 – Sede do CACN

Fonte: Acervo do CACN.

Com uma área de 1.400 m² de construção, além de salas destinadas à administração, a edificação oferece à comunidade um auditório com capacidade para 200 pessoas e laboratório de informática dotado de 20 computadores. A estrutura é inovadora para o bairro, e o espaço apropriado para as ações educativas.

Consoante o Quadro 22 a estrutura disponível, edificação do CACN, se constituiu numa intervenção estratégica, em vistas provocar mudanças no contexto da realidade do bairro e nas comunidades circunvizinhas, uma estrutura com diferencial arquitetônico e inovador na sua proposta de trabalho social, considerando a situação do território em que foi construído.

QUADRO 22 – Estrutura do CACN

ESTRUTURA	QUANTIDADE
Salas de aula	07
Auditório	01
Saguão	01
Sala de diretoria	01
Sala de secretária	01
Sala da assistência	01
Laboratório de informática	01
Laboratório mecânica	01
Cozinha	01

Almoxarifado	01
Banheiro feminino	01
Banheiro masculino	01
Banheiro de professor	01
Banheiro administrativo	01

Fonte: CACN, 2021.

Um conjunto de cursos foram realizados no CACN, visando a qualificação e a inserção no mercado de trabalho da população da região. Dentre os cursos, destacaram-se: oficinas de corte e costura, tecelagem, lanternagem e pintura de automóveis, mecânica automotiva, eletricidade, hidráulica, rebobinamento e motores elétricos, refrigeração, produção de doces e salgados, sempre em parceria com a Prefeitura de Teresina, o Governo do Estado do Piauí, o Sistema Nacional de Emprego (SINE), o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/PI), a Fundação Wall Ferraz (FWF), organizações internacionais e empresas privadas, que sensibilizadas pela situação da população, dispunham de oportunidades para vivências práticas, estágio e contratação de jovens.

O CACN, como serviço da FUNACI, priorizou ao longo do tempo ações duradouras, capazes de criar as condições dignas de vida ao público atendido, através da participação da comunidade nos projetos educacionais focados no desenvolvimento profissional e na inserção no mercado de trabalho. Destacam-se a preocupação, de não só promover o treinamento, mas articular o processo de ensino com a vivência no ambiente produtivo, e a inserção destes alunos no mundo do trabalho.

Ao longo da trajetória, pode-se constatar que muitos beneficiários foram inseridos, contratados pelas empresas em que estagiaram ou que vivenciaram experiências práticas de ensino-aprendizagem no trabalho, além de vários deles criarem seus próprios negócios nas áreas de produção de bens, prestação de serviços e comercialização, o que demonstra a efetividade das ações executadas com a formação inicial e continuada, conforme dados do Quadro 23 no período de 2000 a 2017.

QUADRO 23 – Resultados Alcançados

Ano	Quantidade Cursos Realizados	Nº de participantes envolvidos	Estimativa de Inserção Mínima de 40%	Eventos (Nº de part.)	Total Participantes (Cursos e eventos)
2000	32	825	412	445	1.270
2001	39	700	350	430	1.130
2002	49	1.957	978	459	2.416
2003	48	1.117	558	1.446	2.563
2004	31	736	368	1.349	2.085
2005	25	463	231	1.237	1.700
2006	27	572	286	3.326	3.898
2007	25	419	209	1.042	1.461
2008	26	433	216	936	1.369
2009	28	428	214	1.159	1.587
2010	26	610	305	2.119	2.729
2011	30	551	275	8.413	8.964
2012	32	573	286	990	1.563
2013	26	513	256	4.091	4.604
2014	27	490	245	2.633	3.123
2015	21	415	207	1.560	1.975
2016	22	483	241	1.585	2.068
2017	20	483	241	1.500	11.983
2018	05	219	51	2.100	3.300
2019 ²⁸	04	262	35	2.250	3.900
TOTAL	534	11.768	5.878	34.720	56.488

Fonte: Relatório CACN, 2019.

Os avanços alcançados neste percurso de 19 anos, afora os dados quantitativos elencados nos inúmeros projetos, foram do ponto de vista qualitativo: a contribuição do CACN para a melhoria das condições de vida da população, através da qualificação profissional; o reconhecimento técnico da FUNACI pelo poder público em relação as ações executadas na região; o fortalecimento dos vínculos sociais com a população pelos serviços sociais prestados; a contribuição da entidade para implementação de serviços públicos na região: escola, creche, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidade Básica de Saúde (UBS), Delegacia de Polícia, quadras poliesportivas, campos de futebol, urbanização etc; o desenvolvimento da expertise da FUNACI no atendimento às demandas de populações em situação de extrema vulnerabilidade social; a consolidação do índice

²⁸ Este número de inserção é baixo, considerando os anos anteriores, pois neste dois anos em questão (2018 e 2019) houve uma redução do número de cursos oferecidos.

de inserção dos participantes nos cursos profissionalizantes no mercado de trabalho, em 84%; a criação do setor de captação de vagas e parcerias para inserção no mercado de trabalho; e ainda o funcionamento dos Cursos Técnicos de Educação Profissional Integrados ao Ensino Médio (CACN anexo da EFA Baixão do Carlos).

FIGURA 14 – Turma de Mecânica Automotiva CACN



Fonte: CACN, 2019.

Assim, observa-se a usabilidade dos cursos e a expertise para que os estudantes, quando formados, possam entrar no mercado de trabalho e engajarem-se em uma educação continuada.

2.4.6 Escola Família De Turismo – Teresina/PI - 2005

A Escola Família de Turismo – EFTUR, fundada em 25 de abril de 2005, foi inspirada na Pedagogia da Alternância e nos moldes do *Instituti Profissionali di Stato Per i Servizi Alberguieri e Della Ristorazione*²⁹ (IPSSAR/ITÁLIA), com apoio do

²⁹ Instituição pública de educação profissional na área de turismo do Governo Italiano.

Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), que também implantou a sua Escola de Turismo na região no mesmo período, constituindo-se na FUNACI uma espécie de experimento para fomentar a inserção de jovens rurais e urbanos na área do turismo no Piauí.

O processo de implantação da escola, se deu com a formação dos monitores que atuaram na Escola de Turismo, em fevereiro de 2005; Wilson Paz de Araújo (PI), Alberto Hamilton Pinheiro (ES), Fernanda Betholdi De Nadai (ES) e Luciana Silva (PI), Figura 15, ambos viajaram à Itália, para vivenciar e conhecer a metodologia de trabalho desenvolvido pelo I.P.S.S.A.R “*Giuseppe Maffiol*”ⁱ. O objetivo foi aprofundar os conhecimentos técnicos, didáticos e pedagógicos, dentro da experiência exitosa da metodologia que o instituto trabalha, e apontar a dinâmica e o processo para a criação e a efetivação da EFTUR, contextualizada à realidade do Piauí.

FIGURA 15 – Primeira Equipe de Monitores



Fonte: EFTUR, 2005. Frente: esquerda para direita: Wilson Paz, Luisa Mara, Alberto Zappa (IPSSAR GIUSEPPE MAFFIOLI), Luciana Silva. Atrás, esquerda para direita: Professora Fátima, Inácio Marinheiro, Adeison, Elisabete, Ana Torres, Humildes. E ao fundo: José Gilson.

Em Teresina, a FUNACI contou para a criação da EFTUR com o apoio da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC), que é responsável pelo setor de turismo

em termos de políticas públicas municipais, além dos municípios e organizações de Pedro II e Parnaíba, onde foram realizadas as primeiras turmas. Também foram estabelecidos parcerias e convênios com a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira do Piauí (ABIH-PI), *Solidarité Internationale des Maisons Familiales Rurales* – (SIMFR França), PIEMTUR (Empresa de Turismo do Estado do Piauí).

O início das ações se deu através da realização do Curso de Qualificação em Turismo com Habilitação em Hotelaria e Gastronomia, com a carga horária de 1.200 h/a no ano de 2005, com financiamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Teresina e a Secretaria Estadual de Turismo do Piauí (SETUR), tendo certificação ao final, como FIC. Os Quadros 24 e 25 trazem a quantidade de egressos por ano dos cursos de qualificação e cursos técnicos.

QUADRO 24 – Egressos Curso de Qualificação EFTUR

CURSO	ANO	CONCLUDENTES
Curso de Qualificação em Turismo com Habilitação em Hotelaria e Gastronomia	2005	31
	2006	27
	2007	55
	2008	40
	2009	24
	2010	31
	2011	18
	2012	14
	2013	18
	2014	14
	2015	23
Curso de Gastronomia Regional/Doces Massas e Salgados (Projeto Solidariedade e Progresso)	2011	38
	2012	38
TOTAL GERAL		370

Fonte: EFTUR/2021.

Assim, evidencia-se em muitas situações, o baixo número de concludentes, mas ainda assim, o relevante e expressivo número de concludentes entregues à sociedade, ano após ano.

QUADRO 25 – Egresso Cursos Técnicos – EFTUR

CURSOS	ANO	CONCLUDENTES
Curso Técnico em Eventos Integrado ao Ensino Médio	2015	07
	2016	05
	2017	09
	2018	21
	2019	27
Curso Técnico em Restaurante e Bar	2016	20

Subsequente ao Ensino Médio	2017	26
	2018	21
	2019	28
TOTAL GERAL	164	

Fonte: EFTUR/2021.

A partir de 2012 foi criado o Curso de Qualificação em Gastronomia Regional Massas, Doces e Salgados, formando 2 turmas com 75 mulheres residentes no entorno da EFTUR, no bairro Socopo, com o objetivo de capacitá-las e proporcionar a inserção no mundo produtivo através da criação de uma cooperativa - que não se consolidou - no entanto, várias permaneceram produzindo e comercializando na região, como forma de geração de renda.

A partir de 2013, tem início o Curso de Educação Profissional Técnico em Eventos, Integrado ao Ensino Médio, e em 2016 foi criado o Curso de Educação Profissional Técnico em Restaurante e Bar, subsequente ao Ensino Médio.

No ano de 2019 foi iniciado um novo curso, o Técnico em Cozinha Integrado ao Ensino Médio, alinhado à estratégia de inserção no mercado de trabalho, pois a EFTUR teve dificuldades para parcerias e inserção de vivências práticas profissionais no Curso Técnico em Eventos, pelo pouco conhecimento das empresas sobre a escola, de maneira que a avaliação feita pela equipe evidenciou a necessidade de oportunizar outro curso aos egressos que manifestaram interesse, agora subsequente, de modo que a nova formação possibilitou maior adesão dos empresários e maior absorção em vivências profissionais, estágios e contratações.

A EFTUR é uma escola adaptada à realidade urbana e rural, considerando que o perfil dos alunos se constitui, em sua maioria, de jovens oriundos do campo, que não tiveram vivência na agricultura ou na pecuária, e buscam alternativas profissionais. Desse modo, os cursos foram direcionados ao mercado de trabalho na área do turismo, hotelaria, eventos, bar, restaurante e gastronomia, possibilitando aos egressos uma ampla gama de oportunidades em negócios instalados nas zonas urbanas e rurais, com destaque para o crescimento de empresas rurais com foco em lazer, cultura, esportes e gastronomia típica.

Os desafios elencados nesse período de 2005 a 2019 pela equipe da EFA foram; a estrutura física inadequada da escola, pois antes funcionava no prédio uma casa de freiras, adaptada para o funcionamento da escola; falta de laboratórios técnicos (alimentos/cozinha); pouco conhecimento do mercado sobre a EFTUR;

pouca absorção de alunos egressos do curso técnico em eventos; dificuldades na captação de alunos na região onde se situa a escola; dificuldades de alunos se adaptarem à metodologia de ensino baseada na pedagogia da alternância; desistência de muitos alunos em razão da metodologia de ensino; dormitórios insuficientes para o número de alunos.

Os avanços apontados foram; a estadualização das matrículas; a contratação de monitores mediante seletivo da SEDUC/PI; o acesso aos programas do MEC e da SEDUC/PI; a criação do conselho escolar em 2018; a realização de mudanças de estratégias de captação de alunos baseadas no mercado; o acesso à internet na escola; e uma maior adesão das empresas aos atuais cursos ministrados na EFA.

2.5 RESILIÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO NA CAMINHADA COM A EPT

A FUNACI, como uma organização da sociedade civil de caráter socioeducacional, tem em sua trajetória de manutenção de escolas família e de centro de aprendizagem para a preparação para o trabalho, a incidência do papel da sociedade, enquanto demandante e ofertante de ações de educação, bem como, a materialização de expertise de estratégias de inclusão social, garantia de direitos e fortalecimento da identidade política de uma metodologia de ensino que articula a trabalho-educação, numa dinâmica que possibilita aos alunos, a construção de um projeto de existência social e cultural, capaz de transformar realidades de exclusão social e vulnerabilidades.

As escolas família representam o movimento vivo e contínuo da resistência e da luta da sociedade, das comunidades rurais e dos próprios jovens em busca um processo de aprendizagem, que seja pautado na vida concreta, no exercício da cidadania e na inserção no mundo do trabalho, com valores e empoderamento, suficientes para a emancipação enquanto produção da existência.

As EFAs mantidas pela FUNACI, foram ao longo de sua trajetória, se pautando pela escuta das necessidades vivenciadas em seus territórios e na realidade da escassez, procurando, na construção sólida de parcerias, as alternativas viáveis, que lhes garantissem no período de 1989 a 2019, a manutenção do seu projeto pedagógico e institucional. Isso se deu por meio de financiamento internacional, convênios e termos de parceria com o poder público municipal, estadual e federal, visando sempre, assegurar aos adolescentes e jovens o acesso à

educação profissional, integrada ao contexto da própria vida comunitária e ao desenvolvimento sustentável de processos educativos que lhes permitissem a formação profissional e prosseguir nos estudos.

As relações interinstitucionais foram fundamentais para o alcance dos resultados na vida dos monitores, dos alunos, dos gestores e dos apoiadores, como pudemos identificar nos dados, nos desafios elencados e nos avanços conquistados, apontando para uma maturidade institucional e um compromisso ético-político, com a educação para a vida, a cidadania e o trabalho. Nesse sentido, a experiência das escolas família e do centro de aprendizagem apontam para a possibilidade de aproximação real (teórico-prática) de concretização dos objetivos da educação básica estabelecidas na LDB nº 9.493/1996 (BRASIL, 1996).

O desvendamento da trajetória de cada unidade escolar da FUNACI possibilitou a compreensão do seu campo político, tendo a centralidade na formação humana integral de todos os sujeitos do processo educativo, um percurso de retro-aprendizagem e, portanto, transformador, que se dá, desde a identificação da necessidade de implantar uma unidade educacional, contando com a participação da comunidade, e a efetiva colaboração dos participantes na configuração dos projetos e obras. Ademais, acrescenta-se o foco na construção dos projetos pedagógicos, na formação permanente dos educadores (monitores) e o acompanhamento das famílias, mediados pela própria práxis e valores da alternância. Essas ações, são reforçadas, inclusive, no centro de aprendizagem, que mesmo não trabalhando a alternância diretamente, tem uma perspectiva de vivência teórico e prática nos processos de formação profissional, integrando as empresas e o setor produtivo como parceiros estratégicos, assegurando uma melhor absorção dos egressos dos cursos profissionalizantes no mercado de trabalho.

Na trajetória da FUNACI, identificamos a busca permanente pela sustentabilidade das unidades educacionais, de maneira que a construção de parcerias, esteve alinhada, e até mesmo atrelada ao desenvolvimento da expertise gerencial - focada em gestão para resultados, na transparência, nas relações sólidas, éticas e comprometidas com desenvolvimento humano e social do público atendimento.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PRODUTO EDUCACIONAL

A pesquisa foi desenvolvida em etapas intercaladas; estudo bibliográfico, documental, visitas técnicas, reuniões, entrevistas online, através do “*google forms*”³⁰ somados à sistematização dos dados coletados, contribuindo para o alcance dos objetivos propostos.

A compreensão teórica neste trabalho científico partiu do entendimento da pesquisa qualitativa (MINAYO, 2010), como meio de se chegar ao estado do conhecimento sobre determinado “objeto” de estudo, considerando as técnicas, métodos e procedimentos científicos que possibilitam a apropriação de dado problema/estudo social. Conforme referencia Minayo (2010), o ato de pesquisar como uma atitude e uma prática teórica de constante busca, tem como elementos característicos o acabado provisório e o inacabado permanente. É nesse sentido, uma atividade, uma aproximação sucessiva da realidade que não se esgota, evidenciando combinação particular entre teoria e prática e pensamento e ação.

A pesquisa sobre a história, trajetória e memórias da FUNACI, no ensino da EPT, seguiu nessa perspectiva de desvendamento da caminhada no período de 1989-2019, seguindo uma metodologia, que possibilitou a confecção dessa dissertação e de um produto educacional, em que foram utilizados os seguintes elementos conceituais que os fundamentaram e orientaram, Quadro 26.

QUADRO 26 – Métodos e Técnicas de Pesquisa

Método de abordagem: Materialismo Histórico-dialético	Método de leitura da realidade e dos textos/contextos históricos, políticos, econômicos, culturais, tecnológicos que se traduzem em sua abordagem de superação da dualidade sujeito/objeto considerando, portanto, um olhar ampliado da realidade, uma leitura ampla, um método crítico e revolucionário, partindo da contradição e da superação da leitura alienada e alienante da realidade (LEITE, 2018).
---	---

³⁰ *Google forms* é um aplicativo gratuito do Google para produção de questionários e formulários de registros diversos, disponível de forma online.

Método de procedimento: Histórico	[...] consiste em investigar acontecimentos, processos, instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através das alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciados pelo contexto cultural particular de cada época [...] Portanto, colocando-se os fenômenos, como por exemplo, as instituições, no ambiente social em que nasceram, entre as condições “concomitantes”, torna-se mais fácil a sua análise e compreensão, no que diz respeito à gênese e ao desenvolvimento, assim como as sucessivas alterações, permitindo a comparação [...] o método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um mesmo tempo, ainda que artificialmente reconstruído, assegurando a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos (MARCONI; LAKATOS, 2008).
Observação direta intensiva	É um tipo de atividade que “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 67).
Observação direta extensiva	A observação direta extensiva realiza-se por meio de roteiro de entrevista em que serão elencadas questões relacionadas à história de vida da instituição e dos participantes, sendo todos maiores de 18 anos e tendo manifestado concordância, através da assinatura de TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (MARCONI; LAKATOS, 2003).
Amostragem por acessibilidade ou conveniência	[...] o pesquisador seleciona os elementos a quem tem acesso, admitindo que este possa, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos [...] (GIL, 2008, p. 94).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Com base no exposto, percebe-se que há um procedimento detalhado e amplo a fim de consolidar a discussão proposta e contribuir com a melhor exposição dos dados encontrados.

3.1 PESQUISA DOCUMENTAL

O contexto histórico da instituição demandou um mergulho nos documentos jurídicos, pedagógicos, relatórios anuais de gestão, relatórios de projetos, livros, revistas (MARCONI; LAKATOS, 2003) tendo o pesquisador realizado reuniões na sede administrativa da FUNACI, no bairro Socopo em Teresina/PI, com a participação da Presidência, Vice-presidência, Superintendência, para alinhamento dos passos da pesquisa. Foram acordados o envio de documentos por e-mail, também foi decidida a participação direta das unidades de ensino, sendo posteriormente realizadas reuniões com as equipes de cada EFA (Montes Claros, Soinho, São Pedro e Baixão do Carlos), EFTUR e CACN, com os seguintes participantes: direção, coordenação pedagógica, secretaria e demais colaboradores presentes no dia da visita.

Nas visitas às escolas foram disponibilizados; o acesso aos livros de registro de diplomas, matrículas, estruturas da escola, projeto político pedagógico, registros fotográficos, dentre outros documentos (panfletos, cartazes).

A visita foi fundamental para o conhecimento da estrutura física, compartilhamento de informações com a equipe sobre a pesquisa e sobre as memórias das escolas. Foram tiradas fotos e realizada a aproximação direta com os atores da unidade de ensino.

Nas visitas foram identificados, juntamente com a equipe de cada unidade de ensino, os sujeitos que seriam entrevistados de forma online (pelo google forms), em razão da pandemia da COVID-19, como estratégia para coleta de informações sobre as percepções e posicionamentos sobre a os desafios, dificuldades e avanços na caminhada de cada unidade de ensino da FUNACI.

3.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Ao longo do estudo foram realizadas leituras de publicações; artigos, livros, revistas, pesquisas, monografias, dissertações e teses sobre temas relacionados ao objeto de estudo, com o propósito de ampliar o arcabouço teórico e metodológico, colocando o investigador em contato com o que foi produzido sobre o assunto (estado da arte) EFAS, PA, História das Instituições Escolares, História da EPT, legislação, conteúdos disponíveis de formato escrito, falado, filmado, publicado ou

não, inclusive em eventos em que foram transcritos ou filmados sobre os fundamentos necessários para a compreensão acerca da EPT e da FUNACI, matérias jornalísticas sobre a instituição e dentre outros (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Os autores que contribuíram com as referências teóricas no estudo foram; Moura (2007), Ramos (2014), Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005), Noselha e Buffa (2008), Noselha (2014; 2020), Lima (2013), Saviani (2003), Santos (2017), Vendramini (2007), Lima; Lopes; Façanha (2017), Silva; Aquino; Silva (2014), Leite (2018), Hespanhol (2013), Gatti Júnior (2007), Gatti (2007), Façanha (2003), Ciavatta (2019), Carvalho (2013), Carvalho (2017), Branco (2006), Benício (2018), Andrade; Arnaut de Toledo (2014), Bardin (2016); Silva (2005), Minayo (2010), Marconi e Lakatos (2003), Junior; Gatti (2015) e Gil (2008).

Os conteúdos foram pesquisados nas seguintes bases de dados: plataforma SciELO, Educapes, Google Acadêmico, Pesquisa Google, Periódicos Capes, EPT em Revista, e a Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, que possibilitaram o acesso aos referenciais disponíveis online.

As palavras-chave utilizadas para a pesquisa são categorias que compuseram o estudo: educação profissional, educação profissional e tecnológica, educação profissional técnica de nível médio, pedagogia da alternância, alternância, escolas famílias agrícolas, Profept, formação humana integral, história das instituições escolares. O período de base das produções foi de 5 anos, anterior ao período final do estudo, 2019, utilizando-se de referências que mesmo fora dessa base, sejam fundamentais pelo seu conteúdo e contexto como contribuição para a pesquisa.

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

A execução da pesquisa seguiu o roteiro apresentado no Quadro 27. Desse modo, a 4ª etapa, juntamente com a documentação coletada, foi a base para a produção textual das trajetórias e memórias de cada unidade de ensino e da FUNACI como um todo, corroborando para a elaboração do produto educacional.

O roteiro estabelecido no projeto de pesquisa apontou a dinâmica a ser perseguida no processo de aprofundamento teórico, metodológico e de produção da dissertação e do produto educacional.

QUADRO 27 – Roteiro Auxiliar

ETAPAS	AÇÃO	RESULTADO
1ª	Estudo bibliográfico e documental	Ampliado o arcabouço teórico e metodológico para a pesquisa.
2ª	Elaboração do Projeto de Pesquisa	Aprovado o projeto de pesquisa no CEP ³¹ .
3ª	Coleta de dados: Aplicação de entrevista ³² com a população alvo: gestores, discentes e docentes	Coletado dados para fundamentação da pesquisa e identificado achados históricos.
4ª	Análise dos dados	Sistematizado as informações.
5ª	Elaboração do Produto educacional	Sistematizado os conteúdos das entrevistas, leituras de documentos, bibliografias, audiovisuais e estudos de referenciais históricos da EPT para a produção do Guia Memorialístico da FUNACI: Trajetórias e Memórias da Educação Profissional e Tecnológica no Piauí - 1989/2019 e dissertação final.
6ª	Aplicação (Pré-teste) – Guia Memorialístico da FUNACI com a Educação Profissional	Socializado o Guia Memorialístico da FUNACI com a educação profissional.
7ª	Validação: Seminário: História da FUNACI: Trajetórias e Memórias no Ensino da EPT.	Validado o produto educacional.
8ª	Defesa da Dissertação como condição para a Aprovação no PROFEPT.	Aprovada a Dissertação do Mestrado Profissional.
9ª	Registro e Impressão do Produto Educacional.	Registrado e impresso o Guia Histórico.

Fonte: (CHAGAS, 2020).

A delimitação do universo da pesquisa procurou considerar os atores estratégicos que possibilitassem uma visão ampla e profunda sobre a instituição e ao mesmo tempo sobre a unidade de ensino. Os critérios utilizados foram: representatividade política no conjunto da organização (gestores), temporalidade de trabalho e do estudo na unidade de ensino (primeira turma diplomada e última turma, em 2019).

3.4 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

³¹ Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/IFPI.

³² Entrevista com gestores, docentes e discentes através de formulários online (Google Forms).

Para melhor aprofundar as percepções e compreensões acerca da história, trajetória e memória da instituição, foram pesquisados por amostragem por acessibilidade (GIL, 2008) os seguintes sujeitos participantes: o Conselho Deliberativo³³, Superintendência³⁴, Diretores das Escolas Famílias Agrícolas³⁵, docentes³⁶ e discentes egressos dos cursos técnicos integrados e subsequentes ao ensino médio, totalizando 31 participantes, conforme o Quadro 28, em que apresentamos a quantidade total prevista e a quantidade dos que responderam ao questionário enviado.

QUADRO 28 – Entrevistados

ENTREVISTADOS	QUANTIDADE	RESPONDERAM
Conselho Deliberativo	05	05
Superintendência	01	01
Diretores das Escolas	05	05
Docentes	10	08
Discentes (egressos)	10	08
TOTAL	31	27

Fonte: Autor/2021.

A escolha dos sujeitos pesquisados decorreu da necessidade da fala dos gestores, de maneira que decidiu-se pelo Conselho Deliberativo, possuidor do papel político estratégico de gestão na instituição, responsável pela tomada de decisões, bem como, a presidência que tem a responsabilidade legal e a superintendência, com responsabilidades de gestão operativa e administrativa. Também estão elencados nesse grupo os docentes que atuam diretamente na formação profissional e os discentes egressos, da primeira e última turma, com conclusão em 2019, definindo a participação da seguinte forma: 01 da primeira turma e 01 da última turma concludente 2019, dos cursos técnicos de nível médio, e da mesma forma, discentes, sendo 01 da primeira turma e 01 da turma de 2019, sendo pactuado com a equipe da unidade de ensino que a entrevista seria de forma online. Esse procedimento objetivou obter informações sobre tempos e momentos diferentes da instituição, assim como a realidade em que os sujeitos estavam inseridos.

³³ Órgão responsável pelas decisões políticas da organização.

³⁴ Responsável pela administração geral da FUNACI.

³⁵ Responsável pela gestão da unidade de ensino.

³⁶ Também denominados na pesquisa como Monitores.

As entrevistas ocorreram através do envio de 31 formulários por link no WhatsApp, contendo as questões a serem respondidas no questionário do “*google forms*”. O retorno foi de 28 participantes, conforme o Quadro 29. A saber: gestores, docentes e discentes das unidades de ensino e da gestão da FUNACI. Apenas a EFA Soinho não teve retorno dos dois egressos e de um docente.

QUADRO 29 – Respostas aos Questionários por Escola e Administração da FUNACI

ITEM	EFA MONTES CLAROS	EFA SOINHO	EFA SÃO PEDRO	EFTUR	EFA BAIXÃO DO CARLOS	FUNACI
GESTÃO	1	1	1	1	1	5
DOCENTE	2	1	2	1	1	0
DISCENTE	2	0	2	2	2	0
TOTAL	5	2	5	5	5	5

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A diversidade de unidades pesquisadas e de participantes de áreas diferentes pode corroborar para uma visão mais holística da situação, com maiores detalhamentos de impressões por diversos ângulos.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa seguiu um roteiro de entrevista com perguntas estruturadas (GIL, 2008) e respondidas por meio do “*google forms*”. Os questionamentos possuíam caráter subjetivo, por meio dos quais os sujeitos puderam responder conforme suas percepções e posicionamentos em relação a FUNACI, as unidades de ensino e sua atuação profissional ou como egresso, considerando que em relação aos discentes, todos concluíram seus respectivos cursos, sendo, portanto, os egressos maiores de 18 anos.

A coleta de dados deu-se através do envio de 31 questionários online (*google forms*) pelo “*WhatsApp*”. Participaram; docentes, discentes (egressos) e gestores da FUNACI e das unidades de ensino. Após recebimento das questões, seguiu-se a sistematização e interpretação dos dados, de modo que a análise se deu através do método da análise de conteúdo, que conforme Minayo (2010), mais que um procedimento técnico, é parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações sociais, o que se alinha à perspectiva da pesquisa.

A análise de conteúdo, historicamente, tem enfrentado a dualidade objetivista e a subjetivista, exigindo do investigador a arte de interpretar os dados. desse modo, considerando a dimensão da validade da pesquisa e do métodos operativos, a análise de conteúdo se apresentou, pela objetividade e sistemática em função dos objetivos e metas a serem alcançados, apropriada ao estudo, sendo seguido o roteiro abaixo, Quadro 30.

QUADRO 30 – Processo de Análise de Conteúdo Temático

ETAPAS	DETALHAMENTO
Primeira etapa: Pré-análise	• Leitura flutuante; • Constituição do corpus; • Formulação e reformulação de hipóteses e objetivos.
Segunda etapa: Exploração do material	• Identificar categorias; • Regras de contagem; • Classificação e agregação de dados.
Terceira etapa: Tratamento dos resultados obtidos e interpretação	• Operações estatísticas simples; • Inferências e interpretações.

Fonte: (MINAYO, 2010).

Assim sendo, a análise aconteceu de maneira pormenorizada, respeitando todo o processo e regras necessárias para a construção de um diálogo lúcido e assertivo.

CAPÍTULO IV

APROPRIAÇÕES DA TRAJETÓRIA: ANÁLISE DOS DADOS

4.1 INTRODUÇÃO

As falas dos diversos sujeitos entrevistados por meio do “*google forms*”, dentre os quais; membros do conselho deliberativo, gestão administrativa, diretores das unidades de ensino, docentes e discentes egressos dos cursos de educação profissional técnicos de nível médio, expressaram os pensamentos, as reflexões (sentidos e significados) e os afetos em relação à FUNACI e sua caminhada educativa.

Para facilitar a leitura e análise, as respostas estão estruturadas em quadros, identificados da seguinte forma: Entrevistas com Gestores (G), Entrevista com Docentes (D), Entrevista com Discentes (DI), e as perguntas P1, P2..., as respostas foram identificadas como segue: GE1P1, DE2P1, DIE3P1.

No decorrer das reflexões e aprofundamentos identificamos elementos que apontam os legados e as contribuições da FUNACI para a EPT, partindo das respostas, de maneira que as percepções e posicionamentos acerca do ensino da educação profissional e tecnológica na instituição, nos ajudaram a proceder a crítica, enquanto leitura interpretativa do conteúdo estudado, pesquisado e ao mesmo tempo, propor indicativos que possam contribuir para o autoconhecimento. Ademais, esses dados deram-nos pistas para futuro próximo da organização, bem como suscitaram o incremento de conteúdo para o debate acerca das ações de educação para o trabalho.

A FUNACI tem uma trajetória satisfatória e consistente em relação ao motivo que levou à sua criação, alinhada às suas singularidades, metodologia de ensino e trabalho social, filosofia institucional, e o pioneirismo no campo educacional. Desse modo, a escuta por meio da pesquisa possibilitou trazer à evidência as percepções e posicionamentos construídos ao longo dos processos vividos pelos sujeitos, e ao mesmo tempo, das perspectivas de futuro que se apresentam, resultantes do presente construído, do amadurecimento institucional e dos anseios.

4.2 DADOS E MEMÓRIAS DE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ

A FUNACI foi criada com o propósito de contribuir para a melhoria das condições de vida da população das regiões de atuação pastoral do Pe.

Pietrogrande, indo além dos limites paroquiais. Nesse sentido, os gestores da fundação e das unidades de ensino entrevistados apontaram a preocupação com as famílias em situação de extrema pobreza e o êxodo rural como centro das motivações para a criação da organização.

A valorização da pessoa humana, a superação da fome, da seca, da miséria foram as fontes motivadoras e inspiradoras para a sua criação, tendo como norte político a execução de ações que possibilitassem a transformação dessa realidade. Um dos entrevistados traduz muito bem essa motivação para a criação;

A FUNACI surgiu motivada pelo objetivo de cuidar do ser humano. Cuidar dos que precisam de auxílio e amparo; prestando serviços sociais para as comunidades carentes. Atuando nas áreas de educação, saúde e assistência social a FUNACI tem como principal objetivo contribuir para melhorar a qualidade de vida do próximo (entrevistado, GE17P1, setembro de 2021).

Os aspectos da dimensão humana e do cuidado, foram relevantes nas falas dos entrevistados, apontando para um papel estratégico na formulação da atuação política da instituição, determinante para que o conjunto de ações, projetos, iniciativas fossem pensados e executados para favorecer e potencializar o crescimento e o desenvolvimento integral das pessoas individualmente, de suas famílias e de suas comunidades.

Podemos pressupor, portanto, que a centralidade do cuidado como uma dimensão da essência humana nas ações institucionais, quando diante das adversidades presentes na sociedade, se pautam pela premente humanização das relações sociais em seus mais variados campos, dentre eles, o cuidado com a terra, com a natureza, com o meio ambiente, como uma questão ética de proteção da vida no presente e no futuro, numa perspectiva sustentável.

Diante dessa evidência, é preciso compreender que as ações institucionais estão focadas no enfrentamento à pobreza, miséria, êxodo rural, opressão às condições objetivas de valorizar a família, compreendida nesse trabalho, como a relação afetiva e social de sujeitos que convivem, se protegem, se cuidam e se vinculam numa relação interdependente, promovendo a transformação e a qualidade de vida no seu núcleo, na comunidade e sociedade.

Os gestores da FUNACI apontam a organização como um meio para o fim maior de melhorar as condições de vida das populações atendidas pela organização.

QUADRO 31 – Entrevista com Gestores da Administração Geral e das Unidades de Ensino – P1

P1	Sobre a criação da FUNACI, quais motivações existiram para tal?
GE1	A necessidade da valorização da família época de muita fome seca pessoas sem teto sem-terra para poder cultivar.
GE2	Os ideais humanísticos em vista a transformação social partindo do contexto do território local o que me identifiquei com a missão.
GE3	Combater a desigualdade social.
GE4	Contexto de miséria, opressão, êxodo rural principalmente da juventude.
GE5	Fazer crescer com dignidade aqueles que necessitam.
GE6	O amor do Padre Humberto em ajudar a comunidade.
GE7	Necessidade de atender o povo mais carente com educação, saúde e assistência social.
GE8	Necessidade de povo o esquecido, muita pobreza, povo sofrido êxodo rural.
GE9	A missão do Padre Humberto e o atendimento às comunidades carentes da Socopo.
GE10	Valorização da pessoa humana; combater o êxodo rural na circunvizinhanças; Transformação das famílias no que tange à valorização humana, espiritual e profissional.
GE11	Creio que pela necessidade de organização das entidades criadas pelo Pe. Humberto.
GE12	A FUNACI é uma inspiração de Deus através do Pe. Humberto, que ao ver a situação no nosso estado, principalmente nas terras de missão em que ele estava, a ausência de assistência social, a saúde e educação resolveu lutar por ações juntos aos amigos e parceiros, com isso nasce uma Fundação para ajudar os mais necessitados.
GE13	Demanda local por saúde, educação.
GE14	Quando o Pe. Humberto chegou no Piauí, viu muita pobreza, então pensou como fazer para amenizar tanta fome, criou as escolas famílias agrícolas, creches, hospital, tudo isso pensando na dignidade da pessoa humana.
GE15	As condições de pobreza na época, oportunidade de estudo e trabalho para família rurais, e menos favorecidas de regiões de periferias e município de Teresina. Dar trabalho digno e esperança de condições melhores para pessoas que seriam atendidas pelos serviços da instituição.
GE16	Atender uma demanda da população esquecida pelo poder público.
GE17	A FUNACI surgiu motivada pelo objetivo de cuidar do ser humano. Cuidar dos que precisam de auxílio e amparo; prestando serviços sociais para as comunidades carentes. Atuando nas áreas de educação, saúde e assistência social a FUNACI tem como principal objetivo contribuir para melhorar a qualidade de vida do próximo.
GE18	A fragilidade que gritava de uma população a margem da sociedade, sem um devido cuidado em suas dimensões.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Dentre o conjunto de ações executadas pela FUNACI, destaca-se a área de

ensino, que conforme o apontamento dos entrevistados, GE3P2 e GE10P2, a educação geral e a educação profissional em particular, poderiam contribuir para a transformação da realidade da juventude e consequentemente de suas famílias. O E15 enfatiza a importância do trabalho como possibilidade concreta de produção da existência e de emancipação, com trabalho digno e esperança resultantes dos processos educativos e dos projetos de profissionalização desenvolvidos pela instituição.

No Quadro 31 verificamos a atuação da FUNACI com a educação profissional no período de 1989 a 2019, trinta anos de caminhada, desenvolvendo a escolarização para os adolescentes e jovens do campo e da cidade, em municípios, povoados e bairros com baixo IDHM, com a necessidade de uma educação contextualizada, problematizadora da realidade e dos potenciais dos alunos, famílias e comunidades. Desse modo, as ações educativas tiveram um forte apelo à fixação do jovem no campo na preparação para a vida. Conforme o GE17P2 a aprendizagem dos educandos do campo e da cidade é que os faz crescer nas dimensões intelectual e profissional, assim, rompendo a dualidade, tendo uma aproximação com a perspectiva de uma educação politécnica e de formação humana integral.

QUADRO 32 – Entrevista com Gestores da Administração Geral e das Unidades de Ensino – P2

P 2	Como tem se constituído as ações de execução da educação profissional e tecnológica/EPT na FUNACI período de 1989-2019 no Piauí?
GE1	Muitas ações foram executadas cursos de capacitação em áreas da gastronomia, eventos sobre hidroponia, curso de mecânica, graças à capacidade da gestão com as parcerias de entidades locais e internacional.
GE2	Uma educação de reparo e sobretudo com viés a diminuição do êxodo rural. Acreditando que os jovens passariam a sonhar e mudar suas realidades.
GE3	Através das Escolas Família e outras ações, como parcerias com o município e outras entidades em comum

GE4	A FUNACI dinamiza o trabalho em seis EFAs das dezessete do Piauí. A EFA Montes Claros foi a porta de entrada da Pedagogia da Alternância no Estado. O ensino/aprendizado na EFA tem uma missão clara: a formação integral das juventudes e famílias. Suas ações são desenvolvidas considerando Tempo Escola e Tempo Comunidade, primando e trilhando pelo caminho: ação, reflexão, ação. O planejamento, monitoramento e avaliação das ações faz parte do cotidiano das EFAs. O PPP e PF são Instrumentos Pedagógicos que norteiam as ações.
GE5	Com muita luta, determinação e qualidade nos serviços/resultados.
GE6	Não tem conhecimento.
GE7	A educação profissional foi um marco na existência da FUNACI, os resultados estão espalhados por muitos municípios piauienses através da melhoria da produção e também no mercado de trabalho.
GE8	A Constituição vem crescendo com ajuda do parceiro, melhoria das estruturas, melhoria no ensino, mais formações para professor.
GE9	Não tenho esta informação.
GE10	As ações têm acontecido através de parcerias entre FUNACI-ESCOLA-FAMÍLIA e com apoio da SEDUC. A FUNACI com apoio didático-pedagógico e a SEDUC com apoio didático-pedagógico e financeiro.
GE11	De forma brilhante, necessária e cooperativa.
GE12	Minha relação com a FUNACI se dá de 2011 até o presente, quando conheci já existiam as EFAS, Centro de Formação Carlos Novarese, os NAIS e as Creches. As EFAS, 5 trabalham com o desenvolvimento do meio rural, as EFAS: Soinho, Aroases e São Pedro, com o curso de agropecuária, a Efa Baixão do Carlos com o curso Zootecnia, a EFTUR com os cursos ligados ao turismo, EFA Miguel Alves com ensino fundamental. Todas trazem em sua trajetória relatos de desenvolvimentos dos jovens, famílias e o meio onde estão inseridos, as EFAS trazem oportunidades de formação Técnica, Humana e Social. No Centro de Formação Carlos Novarese foram vários os projetos que consegui presenciar, tanto formações técnicas na área de mecânica automotiva, quanto na área de informática, sem falar nos vários cursos que ofereciam para as comunidades, como de artesanato, enfim várias ações que compensam uma pesquisa mais aprofundada. Os NAIS, além do serviço social, sempre ofereceram também cursos de qualificação. A FUNACI executou também vários cursos em parceria com a Prefeitura de Teresina e com instituições internacionais, vale uma pesquisa mais aprofundada junto ao setor.
GE13	A EFa Soinho, as ações são voltadas pra formação de empreendedores.
GE14	Aprendizagem que faz crescer os educandos, tanto no lado profissional quanto no intelectual.

GE15	A princípio iniciou com cursos profissionalizantes, o agrícola deu um impulso na educação de jovens do Piauí e de outros estados. A pedagogia da Alternância proporcionou uma visibilidade para agricultura nas regiões do semiárido. Mas a educação já iniciou nas creches com crianças que ficavam lá para se alimentar e brincar enquanto seus pais iam trabalhar, esse sendo um dos serviços de referência à criança. Com o passar dos anos foram se multiplicando e abrindo oportunidade a outras instituições e regiões do estado, o que permitiu criar uma associação local de apoios de escolas família agrícolas. E com passar dos anos surgiu outro centro de formação, o Centro Aprendizagem Carlo Novarez escola de turismo. Voltado para o eixo do turismo, teve visibilidade do poder público e privado e sua credibilidade fez com que surgissem novos serviços, como o de assistência social. Daí percebe a grandeza do legado que a FUNACI tem, permitindo que muitos usuários de seus serviços se beneficiem.
GE16	Forte e atuante e cada dia mais viva.
GE17	As ações têm se constituído através das ofertas de cursos técnicos integrados ao ensino médio ou subsequente, que tem proporcionado aos jovens do campo e também da cidade uma formação técnica profissional e humana para o mercado de trabalho.
GE18	Inicialmente, o que foi primordial! O desejo em ajudar, assim praticamente se iniciou sem a devida estrutura física, buscava-se a necessidade das famílias frente ao êxodo rural que distanciava cada vez mais os filhos de agricultores. Foi uma época em que o idealismo, o sentido do pertence, a religiosidade de um Padre e seu compromisso de vida foram o diferencial. Percebo que a medida em que ele conhecia essa realidade mais ele tinha necessidade em procurar saídas, soluções para o momento. A partir desse olhar, os apoios (familiares, amigos e ONGs internacionais) entraram a fazer parte desse projeto EFAs, e as estruturas passaram a existir, e conseqüentemente o poder público municipal e estadual passou apoiar, iniciando com parcerias de monitores, técnicos, era um ensaio para o reconhecimento dessa pedagogia. A pouco mais de 10 anos houve uma parceria mais sólida com o poder público estadual com os seletivos para monitores e técnicos que passaram a compor o quadro das EFAs. Ponto relevante nesse processo foi a criação em 2004 da AEFAPI que congrega no Piauí essa forma de atuação da pedagogia adotada. O processo foi longo até 2019 e sem dúvidas temos muitos êxitos no percurso, mas por ser uma adesão a algo que requer sempre um olhar diferenciado, necessitamos sempre de atenção.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Percebe-se no processo de evolução da organização a superação de uma atuação voluntarista, de cunho pastoral religioso de início, que foi fundamental para a sua criação, para uma atuação técnica capaz de analisar e compreender a realidade em que está inserida, movida por uma inspiração ou missão capaz de intercalar a sensibilidade sócio pastoral e a intervenção socioeconômica no contexto territorial, de maneira, que os programas formativos desenvolvidos nas unidades de

ensino, estejam integrados aos arranjos produtivos locais e as necessidades das comunidades em que estão inseridas. Isso, possibilitando o desenvolvimento da inserção produtiva dos adolescentes e jovens desde o processo formativo, com a elaboração do Projeto Profissional de Vida, os estágios, as vivências profissionais e as contratações por empresas parceiras.

Nessa caminhada é importante ressaltar os momentos que marcaram a trajetória da fundação, dentre tantos, os que mereceram maior destaque pelos entrevistados foram a preocupação permanente de planejar as ações, tendo na Semana Pedagógica (GE5P3) o momento de integração de todos os atores envolvidos nos processos da organização, de todos os setores e projetos, uma estratégia de alinhamento institucional, fortalecendo o vínculo e o pertencimento, além de ser um momento para oportunizar a sociabilidade e dar visibilidade aos projetos e ações para a sociedade.

A FUNACI desenvolveu uma identidade que procura dinamizar com todos os gestores e colaboradores o espírito funaciano³⁷, em que os aspectos históricos e vocacionais da instituição, enquanto um serviço às pessoas para sua transformação de vida, passam pelo comprometimento ético-político e de valores dos que prestam serviços e compõem a gestão, suporte e agentes parceiros.

Consoante o GE12P3A a criação da Escola Família de Montes Claros marca a história da instituição, como pioneira dessa metodologia de trabalho educativo no estado e abre ao mesmo tempo, a possibilidade de colaborar para a instalação de outras unidades pelo Piauí, com o apoio técnico e político pedagógico da FUNACI.

A pedagogia da alternância tem seu nascedouro no Piauí, na FUNACI, que se consolida como a pioneira e sua difusora. Sendo, portanto, uma instituição que tem em sua origem a preocupação com a educação do campo, a transformação da sua realidade de sofrimento e na PA a abordagem didático-pedagógica capaz de corroborar para uma transformação educacional na área rural, seja no interior ou mesmo na zona rural da capital do Estado.

Além das ações da área educação como as creches e as escolas profissionalizantes, a FUNACI criou e mantém o Hospital São Carlos Borromeu³⁸ no

³⁷ Que se materializam nos valores e opções da instituição, que devem ser inspiradas no testemunho do fundador, nos valores cristãos e católicos que mobilizem a todos para uma ação política concreta na sociedade, através dos diversos serviços prestados pela FUNACI.

³⁸ Hospital filantrópico de caráter suplementar mantido com recursos do SUS – Sistema Único de Saúde.

bairro Pedra Mole, em Teresina, gerenciando serviços de prestação socioassistenciais³⁹ nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), como estratégia da Política de Assistência Social⁴⁰ da Prefeitura de Teresina.

QUADRO 33 – Entrevista com Gestores da Administração Geral e das Unidades de Ensino – P3

P3	Em três décadas de existência (1989-2019) quais fatos marcaram a trajetória dos trabalhos da FUNACI na forma EPT?
GE1	A dignidade do cidadão em ter acesso ao mercado de trabalho com qualidade. O reconhecimento dos órgãos gestores de ver a capacidade da gestão da FUNACI no serviço educacional, saúde e promoção social.
GE2	Visibilidade a um público invisível aos olhos da sociedade. Referência do curso para o nosso Estado, Mão de obra qualificadas.
GE3	Formando pessoas levando em consideração os aspectos sociais, humano e técnico.
GE4	Processos de Formação Inicial de Monitores; Intercâmbio de Experiências entre Estados e Países em PA; Investimento e valorização do conhecimento empírico; Projetos produtivos;
GE5	Socialização dos resultados e planejamento construtivo, principalmente na tradicional Semana Pedagógica.
GE6	Abertura das EFAs, ampliação para cursos profissionalizantes em novas áreas, parceria com instituições afins, participação nos conselhos de direitos.
GE7	Formação de muitos profissionais. Desenvolvimento dos locais onde esses profissionais estão inseridos.
GE8	A Constituição em 1989, os 20 anos da instituição, seminário internacional
GE9	A FUNACI é a organização da Rede Ponte com maior capacidade de inserção laboral de alunos dos cursos técnicos.
GE10	Intercâmbios entre Piauí e Itália com formação e busca de aprendizado para seus colaboradores; Criação de outros cursos abrangendo outros eixos tecnológicos, abrindo o leque de opção para a comunidade; Parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Piauí - SEDUC/PI.
GE11	A consolidação do trabalho nas EFAs e a Criação do Hospital São Carlos Borromeu.

³⁹ O que é o CCFV: Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é uma unidade pública de assistência social, destinada ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. CCFV: Rita de Cássia (Bairro São Joaquim), Saber Viver (Bairro Matadouro), Padre Humberto Pietrogrande (Bairro Cidade Jardim), Wall Ferraz (Bairro Parque Wall Ferraz), Serviço de Atendimento Integral para Mulheres e seus Filhos “Amor de Tia” Norte (CRAS do Bairro Matadouro), Programa Criança Feliz (todo o município de Teresina/PI), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV/CRAS NORTE IV (Povoado São Vicente), SCFV/CRAS NORTE V (Bairro Santa Maria da Codipi), SCFV/CRAS NORTE III (Bairro Vila São Francisco Norte), SCFV/CRAS NORTE II (Bairro Mafrense), SCFV/CRAS NORTE I, SCFV/CRAS LESTE I (Bairro Anita Ferraz), SCFV/CRAS LESTE II (Bairro Porto do Centro/Vila Maria), SCFV/CRAS LESTE III (Bairro Vale do Gavião), SCFV/CRAS LESTE IV (Bairro Piçarreira), SCFV/CRAS LESTE V (Povoado Estaca Zero).

GE12	Uma das principais marcas do nosso estado como um todo foi a construção da 1ª Escola Família Agrícola do Piauí a EFA Montes Claros no ano de 1989, o resultado dessa EFA de todo trabalho, as mudanças e fortalecimento na vida dos jovens, inspirou a criação das outras 6 EFAS, bem como outras instituições, onde atualmente temos no Piauí 17 EFAS. A visão do Pe. Humberto possibilitou fortalecer os lugares onde eram sua missão, bem como serviu de inspiração para o surgimento de mais escolas. São vários os relatos de experiências exitosas, sugiro uma visita a cada umas das 6 EFAs para conhecer de perto esses relatos.
GE13	A fundação das escolas agrícolas, setor de saúde e assistência social.
GE14	A pedagogia da alternância é o fato principal, pois o Pe. Humberto viu uma alternativa de trabalhar o aluno na escola e integrado com a família.
GE15	O serviço de atendimento à educação infantil, cursos agrícolas que trabalhavam na formação junto às famílias, educação profissional, assistência social em sua complexidade, (criança, jovem, adulto, idosos, pessoal, providas de seus direitos). Atendimento médico, HSCB, inserção do jovem no meio profissional.
GE16	Oportunizar às pessoas, famílias, os bons serviços.
GE17	Reconhecimento e autorização dos cursos técnicos pelo Conselho Estadual de Educação; Parceria com a Secretaria Estadual de Educação - convênio; Formação e inserção de jovens no mercado de trabalho; Desenvolvimento das comunidades onde as escolas estão inseridas.
GE18	Já mencionado na pergunta anterior, porém destaco: 1 - A visão do idealizador frente a necessidade vivida, 2 - O empenho em apresentar uma nova proposta de educar, 3 - O reconhecimento dessa pedagogia como uma saída.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Ao longo do processo de constituição das unidades de ensino, a instituição foi se adaptando às novas conjunturas políticas e às necessidades das comunidades em que estava inserida. De fato, a FUNACI avançou do ensino fundamental ao ensino médio, completando o ciclo da educação básica, e articulando a modalidade de educação profissional técnica de nível médio, ministrando cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada, permitindo aos egressos uma formação integral, conforme a metodologia de trabalho da alternância. Mesmo nas unidades ou cursos que não sigam a PA, pode-se perceber que as perspectivas filosóficas estavam presentes na prática de ensino, nas ações de interrelacionar o trabalho e a vida, articulando trabalho-educação como componente imbricado da prática educativa.

Foi fundamental a parceria com a SEDUC/PI para contribuir com a sustentabilidade financeira das unidades de ensino, com a contratação de monitores/educadores e a transferência de recursos financeiros que contribuíssem para a manutenção administrativa, técnica, estrutural e pedagógica, conforme as

aplicações possíveis dos recursos repassados. Fica evidente com isso, que não são cobertas todas as necessidades com os recursos do poder público, ficando um déficit a ser sanado. Alguns entrevistados da gestão sequer opinaram, por desconhecimento dessas limitações (GE6P4, GE9P4, GE13P4, GE14P4), o que exige maior apropriação da conjuntura da instituição. Tal situação coloca a FUNACI numa relação de dependência econômica de terceiros (públicos, privados ou mesmo internacionais) para o funcionamento das unidades de ensino e do centro de aprendizagem, ficando evidente a necessidade de um plano em que se tenha objetivamente traçado a autossustentabilidade.

O realinhamento estrutural e político com a mudança de gestão a partir de 2015, com o falecimento do fundador, até aos dias atuais, considerando o *“modus faciende”* do Pe. Pietrogrande e a necessidade de seguir trilhando novos caminhos, tem possibilitado o desenvolvimento de uma maturidade institucional, ou seja, a capacidade resiliente de focar na expertise técnica e política enquanto produtora de resultados sociais de impacto. O limite do financeiro exige da organização a capacidade de adaptação sem perder a identidade, que aliás é o grande diferencial da FUNACI. Uma instituição que conseguiu o reconhecimento de diversos setores da sociedade, creditando a sua competência e compromisso com a boa gestão, e a geração de resultados na vida dos beneficiários.

QUADRO 34 – Entrevista com Gestores da Administração Geral e das Unidades de Ensino – P4

P 4	Quais foram as principais limitações enfrentadas pela FUNACI para execução de atividades educacionais em EPT nesses trinta anos (1989-2019)
GE1	Esse item prefiro não opinar até mesmo porque fiquei ausente do Estado por 17 anos e não me sinto preparado para esta pergunta.
GE2	A princípio os recursos financeiros e estruturais e o perfil da gestão local quanto à compreensão da relevância.
GE3	Questões financeiras, comprometimento dos poderes público, além das questões culturais.
GE4	Contexto da realidade brasileira onde: a agricultura familiar não é prioridade; ausência de políticas públicas voltadas para o campo; educacional, cultural, agrária, agrícola. Valorização do trabalho juvenil, principalmente do Jovem Agricultor; Busca ativa de Educandos.
GE5	Aceitação e reconhecimento por parte dos governantes e poder público.
GE6	Não tenho conhecimento.
GE7	Políticas públicas de apoio à FUNACI. Rotatividade de profissionais.
GE8	Acredito que mais difícil foi a questão financeira, formação da equipe.
GE9	Não tenho esta informação.

GE10	Uma das principais limitações encontradas foi a infraestrutura, que com o passar dos anos, foi se adequando; A aceitação da comunidade local em participar de Cursos com Regime da Pedagogia da Alternância; A captação de alunos para se estudar em Regime da Pedagogia da Alternância (o que já não é tanta limitação nos dias atuais)
GE11	Limitação financeira. Acredito eu.
GE12	A FUNACI por conta de não ser financeiramente autossuficiente, sempre contou com parcerias, através de convênios, esses que as vezes atrasavam, são vários os setores da FUNACI que precisam de amparo, sempre achei o Pe. Humberto um guerreiro, porque com pouco se fazia milagre. Até hoje é assim, mas, contudo, percebemos que a Filantropia proposta na filosofia da FUNACI, mesmo com toda dificuldade, traz vários resultados positivos, existe uma mística na FUNACI herança deixada por Pe. Humberto, pois com pouco se faz muito, e com Deus se faz milagre.
GE13	Não sei informar.
GE14	Nada a assinalar.
GE15	Por muitas vezes foram a situação financeira por ser uma instituição filantrópica, pois eram necessários recursos municipais estaduais e federais para execução do serviço a população. Porém, tinha apoio dos amigos da FUNACI. Os doadores declarados e os anônimos.
GE16	Parcerias.
GE17	Uma das principais limitações era a falta de recursos para um bom desenvolvimento das atividades educacionais. Havia muita dificuldade para pagamento dos salários dos profissionais que trabalhavam nas escolas, como também para manter as mesmas. Isso mudou com o convênio com a SEDUC-PI, que possibilitou o pagamento do pessoal de forma regular e manutenção das escolas.
GE18	Inicialmente estruturas; capacitação dos monitores, apoio do poder público pra algo novo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Nesse percurso pudemos identificar os legados, aqui entendidos com o que foi construído e produzido como resultado do trabalho da FUNACI, pela colaboração e esforço de todos, que direta ou indiretamente estiveram envolvidos nos projetos e ações, de maneira, a proporcionar a transformação das condições de vida das pessoas, suas famílias e das comunidades que participaram de suas intervenções.

No contexto da educação profissional, os entrevistados, enfatizaram o desejo da formação de um profissional com princípios, valores, preocupados com o desenvolvimento sustentável, bem como com as mudanças ocorridas nas suas vidas, preparados para exercício da cidadania e de uma profissão⁴¹, ocupação no mundo do trabalho, capaz de lhes assegurar oportunidades, como empregados, prestadores de serviços ou proprietários de seus próprios negócios, seja no campo ou na cidade.

⁴¹ Reconhecidas social, pedagógica, técnica e juridicamente no mercado de trabalho.

QUADRO 35 – Entrevista com Gestores da Administração Geral e das Unidades de Ensino – P5

P 5	Quais legados e contribuições a FUNACI tem deixado para a sociedade piauiense a partir do desenvolvimento da EPT nesses trintas anos de funcionamento (1989-2019)?
GE1	Acredito que a satisfação de contribuir com o desenvolvimento educacional de muitas pessoas isso seria um dos legados, A imagem da FUNACI com seu respeito perante a sociedade essa é uma das marcas pelo seu dom de desenvolver as ações com empatia. Eu sou um desses legados fui aluno de Olivania em Anchieta ES. Pois para mim foi e é uma honra hoje estar contribuindo para esse desenvolvimento da FUNACI. Gratidão define meu respeito à fundação do “Crescer e fazer Crescer”.
GE2	Uma educação capaz de mudar realidades. Uma grande mão de obra qualificada. Espaço de discussão que permanecia em construção.
GE3	Um profissional que tem princípio, capaz de inserir nas diversas camadas da sociedade.
GE4	O acreditar na educação como Instrumento Social Transformador; Prioridade pelo pobre e carente de alimento, terra, água, educação, saúde...
GE5	Profissionais com mais criticidade e reconhecimento social.
GE6	Transformação da realidade da população participantes, redução da violência doméstica,
GE7	Aumento na renda das pessoas. Empoderamento das comunidades. Valorização e desenvolvimento produtivo das comunidades.
GE8	Formações dos jovens, envolvimento dos parceiros, fortalecimento da pedagogia da Alternância.
GE9	Mudança de vida de centenas de Jovens pobres da periferia norte de Teresina.
GE10	Tem-se deixado escolas com diversos segmentos na área técnica; Profissionais capacitados tanto na área de formação técnica, quanto ao que se diz respeito à formação humana e espiritual; Famílias com maior formação estrutural e cultural.
GE11	A FUNACI deixa um legado muito importante. Principalmente nas EFAs, onde muitos egressos contam uma bela história de vida a partir dessas organizações.
GE12	A FUNACI é um modelo de amor ao próximo, unidade, fraternidade, esperança. Todos que colaboram com a FUNACI identificam o trabalho como uma missão de transformar vidas. Como nosso Santo Pe. Humberto dizia, é importante encontra-se, para conhecer-se. conhecer-se para caminhar juntos e juntos amar mais, para crescer e fazer crescer. Ser FUNACIANO é ser Cristo no mundo, foi isso que me fez se apaixonar pela FUNACI e todo trabalho, pois seguimos com a FUNACI as pegadas de JESUS, levando amor, sonhos e paz a todos. Sou grato, hoje sou presidente da AEFAPI, mas meu coração é FUNACIANO. Que o Legado de Pe. Humberto ecoe em nossos corações.
GE13	Formação de profissionais preocupados com desenvolvimento sustentável.
GE14	O crescimento de muitas pessoas que não tinham onde morar, o que

	comer e agora tem o conhecimento e um trabalho, a defesa do ser humano em sua integridade.
GE15	A Fundação Padre Dante Civiero contribui muito, não só no estado do Piauí, mas em outros estados até mesmo em outro país, com seu trabalho sério e comprometimento de seus colaboradores, inseriu muitos jovens e adultos, resgatou pessoas que estavam à margem, sem perspectivas. Deu condições de saúde de família a muitos que necessitam dos serviços clínicos e médicos. Condições de trabalho para famílias que hoje são empreendedoras e multiplicadoras do saber. Pessoas que colocam o que aprenderam a serviço do próximo.
GE16	Reconhecimento de um bom serviço dispensado aos que a procuram.
GE17	A FUNACI tem prestado grande serviço à população piauiense ao proporcionar aos jovens cursos técnicos. A EPT desenvolvida nas EFAs proporciona aos jovens qualificação e crescimento profissional, os prepara para o mercado de trabalho, além de proporcionar uma formação humana. Enfim, ao longo desses trinta anos, a FUNACI tem mudado vidas.
GE18	O novo homem formado a partir dessa pedagogia; uma equipe técnica em grande parte habilitada, suas estruturas que podem abrigar e acolher com dignidade.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Os educadores no trabalho com a PA nas Escolas Família e os demais docentes apontaram a relevância da FUNACI na educação profissional dos jovens que passaram pelos cursos técnicos profissionalizantes e cursos de FIC, colaborando para que eles sejam protagonistas de sua própria história (DE1P1), em suma, sujeitos de sua emancipação enquanto produção da sua existência na sociedade do trabalho.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do conhecimento técnico, tecnológico e científico possibilita aos egressos, apropriação do conhecimento social, que viabiliza a colaboração para mudanças no contexto de suas comunidades, ao tempo em que, como profissionais, podem atuar para garantir a sua sobrevivência e impactam obviamente no mundo produtivo, na economia e nos rumos sociais. Identificamos que alguns ex-alunos adentraram na política, sendo eleitos para mantados públicos como prefeito, vereadores, lideranças de movimentos sociais e sindicais ou mesmo assessores técnicos, principalmente nas áreas de sua formação profissional, reforçando a importância da formação para a cidadania, coadunando com a participação ativa na sociedade, levantando questões que perpassaram o processo educativo.

A atuação dos educadores em suas disciplinas e no conjunto da prática pedagógica promove o conhecimento técnico, científico e humano, de acordo com o

DE3P1, na perspectiva da formação humana integral. O desafio identificado na pesquisa em relação aos educadores das EFAs está na formação específica para a práxis metodológica da alternância e o uso de seus instrumentais por profissionais, sem conhecimento da metodologia, selecionados pelos processos públicos da SEDUC/PI, portanto, exigindo a estratégia de um plano de formação permanente dos monitores, que será fundamental para manter a identidade das escolas famílias, bem como, o seu fortalecimento, considerando ainda a própria mudança ocorrida no perfil dos jovens e as inúmeras oportunidades educacionais oferecidas por outras instituições estaduais, federais e privadas nos territórios de abrangência da FUNACI, o que faz com que as unidades de ensino precisem ser mais atrativas e relevantes para os jovens.

Desse modo, os educadores têm papel fundamental como difusores e propulsores de uma prática de ensino e convivência pedagógica que dinamize nos alunos a pertença e o desejo de seguimento formativo, conforme a metodologia de ensino nas EFAs e no CACN que também apresenta uma possibilidade concreta de formação e inserção no mundo do trabalho, atraindo o interesse das famílias e dos próprios alunos.

A filosofia educacional desenvolvida na instituição, conforme o DE4P1 é agregadora, provocadora e transformadora, potencializando as capacidades integrais⁴² dos alunos. Diante dessa constatação, podemos depreender que o jeito funaciano de educar para a vida e para o trabalho estão alinhados aos objetivos da LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), agregando valor de interesse pelos alunos de comporem o corpo discente das unidades de ensino profissional.

QUADRO 36 – Entrevista com Docentes das Unidades de Ensino – P1

P1	Qual a importância da FUNACI nesses 30 anos de atuação com a educação profissional e tecnológica - EPT (1989-2019) no Estado do Piauí?
DE1	A FUNACI sempre acreditou e buscou ao longo do seu tempo de atuação, apoiar o desenvolvimento do meio rural. Na perspectiva de que o aluno EFA se torne sujeito protagonista de sua Propriá história.
DE2	De grande importância para a vida comunidade na região.
DE3	Contribui com o jovem no campo a levar desenvolvimento a sua comunidade.

⁴² Desenvolvimento das capacidades técnica, científica, tecnológica, cultural e política

DE4	Tem grande importância, principalmente para as famílias de maior vulnerabilidade social, tendo em vista que nos últimos anos a FUNACI vem investindo fortemente na qualificação profissional de jovens e adultos, esse trabalho é ainda mais relevante, tendo em vista que a baixa qualificação profissional do trabalhador é um dos principais problemas educacionais não só do Piauí, mas de todo o Brasil.
DE5	A FUNACI possibilita grande incentivo à educação e principalmente na área técnico com cursos que viabilizam a profissionalização de vários jovens e oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.
DE6	Essencial importância na dimensão humana e profissional do jovem oriundo do campo.
DE7	Gerando melhores oportunidades de emprego e renda para jovens e adultos.
DE8	Na fomentação da educação para o campo, e contextualização.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

O papel do docente é imprescindível para os resultados alcançados, pois da relação humana interpessoal, pedagógica, e política entre os sujeitos do ensino-aprendizagem emerge o homem e a mulher “nova”, resultado das mediações científicas, tecnológicas e culturais. Daí, podemos identificar na relação entre os educadores e os alunos das unidades de ensino, a inquietação, a promoção do saber, o fazer e do crescer (DE2P2).

Destaca-se o saber entendido como apreensão dos conteúdos e transformação do ser, mediados pela experiência, vivência, interpretando à luz da consciência crítica a própria realidade, ao interagir na busca do entendimento, aprofundando os meios de alterá-la, que é o fazer. Daí, que as disciplinas ministradas pelos educadores podem e devem suscitar a integralidade do conhecimento científico e cultural na formação dos alunos, favorecendo a emergência de novos conhecimentos, comportamentos, atitudes, posicionamentos e práticas do viver em sociedade.

As atividades pedagógicas mediadas pelos educadores, segundo o E4, corroboram para o presente e o futuro dos discentes, no sentido do desenvolvimento de competências e habilidades para a vida pessoal e profissional, principiando as condições para que saibam utilizá-las de maneira condizente com as situações em que estiverem inseridos, com relações interpessoais consistentes impactando positivamente após a vida escolar, no mundo do trabalho, na família e na sociedade.

QUADRO 37 – Entrevista com Docentes das Unidades de Ensino – P2

P2	Como os conteúdos de sua disciplina, associados a filosofia da instituição, tem impactado a vida profissional e social dos ex-alunos?
DE1	Olha, busco sempre refletir com eles, que as revoluções ao longo da história não ocorrem por acaso. Mostrando aos mesmos que a ideia de mudança é o princípio, mas que é a ação que transforma e traz dinâmica ao nosso meio.
DE2	Na contribuição do desenvolvimento do saber, crescer.
DE3	Conhecimento técnico, científico e humano.
DE4	Tão importante quanto qualquer outro componente curricular, a filosofia usada pela FUNACI, é algo agregador no sentido provocador transformador de todos os seres. Dito isso, são diversos contextos, situações e condições que abrangem como um todo o processo ensino aprendizagem de qualidade e sucessivamente, quantidade. Assim, pode-se provocar tanto professores, quanto os sujeitos alunos no sentido de condições em busca da sabedoria. Além da formação obtida pelos componentes curriculares, o professor contribui para a formação e o desenvolvimento do aluno enquanto indivíduo e membro da sociedade, pois proporciona para ele experiências que vão além do âmbito intelectual. As atividades escolares mediadas pelo professor também proporcionam o contato com as habilidades e competências exigidas para a vida profissional do futuro e para a vida pessoal. Assim, o conhecimento teórico-prático por si só não garante o sucesso profissional e pessoal. É preciso utilizá-lo de maneira adequada, o que requer boas relações interpessoais e intrapessoais, impactando positivamente após a vida escolar.
DE5	Conteúdos sobre ética profissional, trabalho em equipe, respeito, regras de etiqueta de convivência.
DE6	Sou pedagoga e futura socióloga. Minha disciplina só vem a somar com a mística da FUNACI. Crescer e fazer crescer. Os alunos aprendem o real significado da família e comunidade em que estão inseridos. Aprendem através da sociologia que o campo também é um lugar bom pra se viver, e através do seu conhecimento, poderá auxiliar sua família a produzir em suas Terras e ser um empreendedor, sempre com humildade e respeitando a todos.
DE7	Atuar de maneira atraente e inovadora.
DE8	Na formação do homem como cidadãos capaz de desenvolver sua região.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Em relação às unidades escolares que utilizam a PA, os discentes apontaram enquanto avaliação da prática de ensino, a preocupação contínua de aproximação do saber científico com o saber prático, da vida, da comunidade, do contexto em que estão inseridos, levando o conhecimento do campo atualizadas, consoante DE4P3.

Ensinar é uma relação de reciprocidade entre educador e aluno. Na PA o processo acontece numa relação horizontal, transversal e interdisciplinar, com os temas geradores e os espaços democráticos de interação e integração de saberes, pois a pedagogia da alternância, de acordo com DE5P3, possui uma ampla visão

acerca da realidade do aluno, possibilitando, no processo educativo, a aproximação com a sua realidade social, desenvolvendo o espírito de transformação, ou seja, uma prática docente que forma sujeitos de aprendizagens significativas em suas características e particularidades, a exemplo, os camponeses em sua sociedade em rápidas mudanças no campo e na cidade.

QUADRO 38 – Entrevista com Docentes das Unidades de Ensino – P3

P3	Como você avalia sua prática docente, orientada pela pedagogia da alternância na instituição?
DE1	Olha, estou no projeto EFA desde 2007, e sempre buscando contribuir na transformação social dos jovens. Além disso, jamais fiquei restrito só ao espaço da sala de aula, o ato de aprender vai além.
DE2	De suma importância na contribuição e desenvolvimento do saber.
DE3	Muito boa, pois leva ao desenvolvimento do jovem do campo.
DE4	São positivas, pois as práticas pedagógicas utilizadas nas escolas da FUNACI são orientadoras para o processo de aprendizagem na sociedade contemporânea, e têm como objetivo priorizar uma prática formadora para o desenvolvimento social, tornando-se uma fonte de efetivação de conhecimentos na qual os jovens não sejam apenas receptores de informações, mas que se constituam como idealizadores de práticas que venham promover o desenvolvimento social. Assim, o princípio da alternância alicerça-se na alternância pedagógica, que se caracteriza pela interação entre a escola, a família e o meio de vivência socioprofissional dos educandos, estes, ocupando o lugar central como ponto de partida e de chegada para o processo de ensino.
DE5	Avalio como positiva, pois é de suma importância e diferencial para o jovem. O docente que trabalha com a pedagogia da alternância possui uma visão sobre a realidade do aluno, da sua rotina e vínculos sociais, o que faz com que se desenvolva uma aprendizagem voltada para suas características e particularidades em sociedade.
DE6	Avalio como boa, tento conhecer os alunos e suas famílias através dos instrumentos pedagógicos. Visito as famílias, converso e escuto a comunidade, como forma de compreender melhor sua realidade.
DE7	A prática é a constituição da teoria, formulada em ações concretas, podendo ser modificada e modificar as teorias.
DE8	Como mediador de uma pedagogia voltada aos jovens do campo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Considerando a prática pedagógica das EFAs pode-se refletir sobre a sua pedagogia de ensino como disruptiva, no sentido de provocar um processo de transformação pessoal, familiar, comunitário e social, na centralidade da aproximação do humano e do técnico, ou seja, não há separação, mas intercâmbio entre os conteúdos humanistas e técnicos, formando um sujeito integral, de modo, que conforme o DE6P4, a escola está focada no bem-estar físico, mental, social e

incluímos, o cultural, não apenas no aspecto quantitativo - relacionado ao número de alunos formados, mas na qualitativa dessa formação.

Nesse sentido, o diferencial que podemos vislumbrar relaciona-se ao conjunto de valores embutidos nos processos de gestão, nos processos pedagógicos de ensino-aprendizagem, nas relações interinstitucionais que visam o fortalecimento e a manutenção das unidades de ensino. Esses processos se tratam de uma proposta de projeto de sociedade característico desse tipo de filosofia educacional desenvolvido pela FUNACI, na formação de homens e mulheres para a vida e a produção da existência, com posicionamentos éticos, nas contradições inerentes à sociedade capitalista.

QUADRO 39 – Entrevista com Docentes das Unidades de Ensino – P4

P4	A seu ver, qual a maior diferencial que a FUNACI promove na vida dos discentes, inclusive dos docentes, quando comparado a outras formas institucionais de educação no Piauí?
DE1	A nossa mística o que nos diferencia, e ao mesmo tempo ela é o nosso combustível. O nosso ânimo em fazer sempre mais pelos que estão recebendo nossos serviços.
DE2	A valorização do ser humano
DE3	Tratar o ser humano pelo todo, crescer e fazer crescer
DE4	As EFAs usam princípio educativo baseado na alternância, e tem se destacado em outros espaços institucionais escolares ou não de formação-educação, demonstrando um processo de expansão significativo no campo educacional brasileiro. O movimento da educação do campo, nas diversas regiões brasileiras, tem emergido e ganhado visibilidade. Trata-se, pois de um conjunto de experiências educativas que buscam afirmar os princípios, as concepções e as práticas de uma educação do campo fundadas na alternância. Neste contexto de mobilização histórica, a aprendizagem em alternância não vem se desenvolvendo por acaso. Ela vem sendo reapropriada dentro de um jogo de forças, criando espaços de lutas no enfrentamento histórico incessante, diante da disseminação de um modelo de produção agrícola aliado aos instrumentos pedagógicos que visam estabelecer relações de interação entre os sujeitos nela envolvidos, abrangendo a escola, as famílias, os alunos e a comunidade. Estas, têm como princípio a valorização do conhecimento do aluno enquanto elemento fundante na elaboração e reelaboração do conhecimento, pressupondo um processo socioeducativo de aprendizagem, trazendo consigo a necessidade de se pensar a educação inserida num projeto de desenvolvimento do meio onde há a participação de todos os sujeitos

DE5	A FUNACI é uma instituição diferente das demais, pois contribui para a formação humana e profissional dos seus discentes, visto que suas unidades trabalham a pedagogia da alternância. A referida é contribuinte na questão da formação do homem. Assim a FUNACI é formadora de homens sociais e profissionais responsáveis com seu trabalho.
DE6	Exatamente a dimensão humana. Uma escola que se preocupa com o bem-estar físico, mental e social do aluno, não apenas com números.
DE7	A FUNACI contribui para a integração do ser humano na sua realidade como sujeito ativo na superação dos problemas que lhe afetam.
DE8	vendo o jovens como os protagonista de seu próprio meio.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A educação tem papel decisivo na configuração do desenvolvimento de uma sociedade. Desse modo, a LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) aponta os elementos que a configuram enquanto processos educativos desenvolvidos, na família, na sociedade, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, daí que a FUNACI na sua caminhada de 30 anos de atuação, tem uma contribuição efetiva para a educação brasileira, e é ao longo desse percurso colaboradora no desenvolvimento nacional a partir de sua práxis educativa e de sua intervenção política no campo educacional e do desenvolvimento econômico e cultural.

Os ex-alunos pesquisados apontaram os motivos que os levaram a estudar nas unidades de ensino da fundação, que se deram em razão da metodologia de ensino e da possibilidade de inserção rápida no mercado de trabalho. Com o perfil de jovens pobres, a busca pela qualificação profissional prioriza a que os insira rapidamente no mundo produtivo, tendo relação direta com a melhora da condição de vida de suas famílias, assim como com a mudança da realidade social familiar, assegurando a melhora da qualidade de vida.

A experiência da alternância nas EFAs e o CACN com uma vivência do currículo integrado⁴³, teórico e prático, apontaram para o desejo dos jovens de estudar na instituição, pela possibilidade de inserção rápida no trabalho. No entanto, permanece ainda o desafio, como observado nos dados, de estratégias de atração de novos alunos, pois não há uma busca de massa. A fonte de divulgação ainda é através dos familiares, pessoas próximas às unidades de ensino, pelos profissionais da instituição e parceiros. Embora tendo um resultado importante, ainda precisa de um maior conhecimento da sociedade acerca de seu trabalho no campo da

⁴³ Compreendido como integração dos conteúdos curriculares teóricos (conhecimentos disciplinares) /práticos (técnicas/tecnologias) e a experimentação vivencial do processo formativo.

qualificação profissional técnica, inicial e continuada. Esse é o desafio para, inclusive, atrair mais alunos, considerando a existência de outras instituições de educação profissionais nos mesmos territórios de atuação, sendo capaz de apresentar o diferencial competitivo e o projeto de formação humana.

A avaliação dos egressos aponta para a satisfação com o aprendizado oferecido nas unidades de ensino, através da convivência e do conhecimento adquirido para a vida. Enfatizam também a conscientização como elemento do processo de produção de conhecimento crítico, o estímulo ao prosseguimento dos estudos e a prática da sustentabilidade. Desse modo, percebe-se que a mudança de perspectivas, inclusive em relação à própria compreensão do campo, ressignifica o valor desse lugar para a vida e o trabalho.

QUADRO 40 – Entrevista com Discentes das Unidades de Ensino – P1

P1	Quais as motivações que te levaram a estudar em um curso técnico de nível médio profissionalizante na FUNACI?
DIE1	Minhas motivações foram de estar diante de uma educação que nos repassa mais que conhecimento técnico e pela oportunidade de emprego na área.
DIE2	Ter um curso técnico.
DIE3	Ter curso técnico.
DIE4	Seriedade e compromisso com os alunos.
DIE5	A princípio, eu fui estudar na EFA-Baixão porque adoro animais, com o decorrer do tempo fui me apaixonando cada vez mais pela fauna e flora...
DIE6	A rápida inserção no mercado de trabalho, bem como, a qualidade dos profissionais e da instituição FUNACI e a preparação dos alunos para o mercado de trabalho.
DIE7	Ter um curso técnico
DIE8	Fazer um curso profissionalizante.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Em relação ao processo formativo, os entrevistados destacaram a experiência prática dos conhecimentos aprendidos e construídos por meio do estágio nos cursos técnicos e as vivências nos cursos de formação inicial e continuada, bem como a formatura como momento central do processo de qualificação, no sentido de legitimação da profissionalização, habilitando-os ao exercício profissional - validado pelo sistema educacional e pelo mercado de trabalho.

QUADRO 41 – Entrevista com Discentes das Unidades de Ensino – P2

P2	Quais foram os fatos marcantes ocorridos durante seu curso técnico de nível médio na FUNACI?
-----------	---

DIE1	Aulas práticas e estágios na área.
DIE2	Formatura.
DIE3	Formatura.
DIE4	A convivência e o conhecimento adquirido
DIE5	Um acontecimento maravilhoso e muito marcante foi quando eu e meu amigo Etevaldo fomos considerados os melhores estagiários do Setor de caprinos/CCA/UFPI/CMPP em comparação a todos os outros estagiários atuais bem como os que já haviam passado por lá, pelo professor e coordenador do setor, Elivalto Guimarães. Outro fato foi eu ter conseguido um estágio maravilhoso na Embrapa Meio Norte, foi uma experiência única, além de outros estágios. Mas, o acontecimento mais marcante que eu levo por toda a minha vida, no qual não se tem uma data específica, pois se deu no decorrer do processo pedagógico, foi desenvolver a percepção ambiental, quando eu realmente compreendi o quão importante são as práticas de sustentabilidade, bem como a preservação da natureza como um todo para o bem-estar de toda a biodiversidade inclusive a raça humana.
DIE6	As visitas técnicas e de estudos ocorridas ao longo do curso, as comemorações de festividades culturais, as aulas práticas das disciplinas
DIE7	Formatura.
DIE8	A amizade, o aprendizado

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Destaca-se nas unidades de ensino a qualificação dos educadores, com formação em nível de especialização, mestrado e doutorado na sua especialidade, oriundos dos processos seletivos da SEDUC/PI, resultando na melhoria da qualidade do ensino, de maneira, que na avaliação dos egressos, os cursos foram bons e sua maioria os avaliaram como ótimos. O desafio em relação a essa constatação situa-se no fato dos profissionais não terem anteriormente vivência ou conhecimento acerca da pedagogia da alternância e da própria filosofia educacional da FUNACI.

No sentido, de reduzir o impacto do desconhecimento da metodologia são realizados momentos de formação continuada para os educadores, bem como espaços permanentes de integração, compartilhamento de saberes com os que já conhecem a PA. Destacam-se os aprofundamentos sobre as práticas pedagógicas e as perspectivas institucionais em relação aos seus propósitos do trabalho com a educação profissional. Todos esses elementos são essenciais para a avaliação do processo e a divulgação e continuidade do mesmo.

QUADRO 42 – Entrevista com Discentes das Unidades de Ensino – P3

P3	Como avalia a sua trajetória de aprendizagem no curso técnico de nível médio na FUNACI – ótimo, bom, ruim, regular – e por quê?
-----------	--

DIE1	Bom
DIE2	Mais que ótimo, foi excelente.
DIE3	Ótimo. Pois além do conhecimento sempre estávamos sendo direcionados a como lidar com o convívio em comunidade.
DIE4	Mais que ótimo, foi excelente!
DIE5	Ótimo. Apresenta professores qualificados e renomados, os meios de aprendizagem são muito bons, sempre intercalando teoria e prática.
DIE6	
DIE7	
DIE8	Ótimo

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A educação tem um objetivo fim, conforme a LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), o pleno desenvolvimento do educando, o exercício consciente da cidadania e a preparação para o trabalho, bem como a progressão nos estudos, desse modo os entrevistados apontaram a contribuição da experiência formativa nas escolas da FUNACI, para a sua vida, como a constituição efetiva do ser social, enquanto sujeito de transformação de realidades em relação à sua família e sociedade.

QUADRO 44 – Entrevista com Discentes das Unidades de Ensino – P4

P4	Considerando sua experiência de ex-aluno de Educação Profissional e Tecnológica na Escola Família Agrícola ou Escola Família de Turismo, qual a maior contribuição deixada pela FUNACI em sua vida?
DIE1	A construção do ser social que sou, compreender que a profissão é envolvida por vários pontos e que devemos sim olhar para todos.
DIE2	Uma experiência de vida.
DIE3	Experiência de vida.
DIE4	Minha vida social mudou, melhorei minha convivência com as pessoas e aprendi a trabalhar em equipe.
DIE5	Não é possível dizer algo específico porque foram muitas contribuições de grande valia, primeiramente a conscientização ambiental, desenvolvimento crítico, estímulo a cursar nível superior, estímulo a desenvolver práticas sustentáveis, além de contribuir no desenvolvimento de boas práticas para ter um bom convívio em sociedade, mudar a percepção errônea que eu tinha acerca do meio rural. Enfim, foram muitas contribuições.
DIE6	O curso proporcionou uma melhor qualidade de vida, pois assim consigo ajudar financeiramente meus pais.
DIE7	Uma experiência de vida.
DIE8	Foi a valorização do ser humano, o respeito, a responsabilidade, a formação humana e espiritual, uma formação para a vida.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

As contribuições advindas do trabalho-educação na FUNACI apontam para um modelo de educação profissional que está centralizado na vida dos alunos e a

compreendem como arcabouço pedagógico para o processo de ensino, numa relação de empoderamento dos sujeitos, e a formação para a emancipação na dinâmica pedagógica. É preciso, na FUNACI, uma maior reflexão e debate sobre o papel da EPT no contexto das políticas públicas governamentais para o trabalho. É fulcral ainda superar o viés, ainda voluntarista, nos sentidos práticos das relações sociais com o Estado, importante também é problematizar as implicações das mudanças curriculares, e tornar ainda mais evidente a contribuição do jeito funaciano de ensinar, influenciando na formulação de políticas públicas educacionais.

A pedagogia da alternância conquistou o espaço político na educação brasileira, e piauiense, através do seu reconhecimento pelos órgãos deliberativos e normativos da educação nacional, inclusive com o avanço na legitimação do Estado de poder financiar as instituições da sociedade civil na execução de oferta de educação escolar, através da estatização das matrículas e do suporte didático, estrutural, financeiro e pedagógico.

Portanto, existe por parte do Estado o reconhecimento e a validação dessa prática pedagógica, no entanto, considerando a identidade institucional, a filosofia por trás das salas de aula, de formar o homem e a mulher novos, esboça-se consigo o debate sobre a manutenção permanente do financiamento, não apenas pela afinidade do governo de plantão com a instituição ou mesmo com a metodologia de ensino, mas, como uma de política de Estado para a população do campo. Desse modo, como elencado pelos entrevistados, o grande desafio no decorrer da trajetória da instituição tem sido a sustentação financeira.

É oportuno como achado, que a FUNACI faça uma ampla reflexão sobre os impactos do financiamento público no contexto curricular e pedagógico, considerando que sofre interferências externas no seu “*modos facendi*” educacional, evidenciando o papel e os interesses governamentais e da própria instituição na gestão escolar, na condução pedagógica e nos processos decisórios pertinentes a própria cultura da organização.

A FUNACI mostra-se, conforme resultados da pesquisa, uma instituição amadurecida do ponto de vista de gestão, capaz de conduzir esse novo momento com muita responsabilidade. No entanto, é preciso avaliar e planejar a relação público-privado no financiamento. É válido observar detalhadamente ainda as transformações ético-políticas no campo da educação nacional com a reforma do ensino médio e seus impactos, com os conservadorismos e reducionismos

tecnocráticos que se apresentam, considerando a ideologização capitalista limitante do papel da escola na formação de mão de obra para o mercado.

Essa situação, provoca a necessidade de atualização dos projetos político pedagógicos das escolas família e do CACN, apontando qual o posicionamento epistemológico e filosófico da instituição nesse contexto de transformações sociais e culturais, e em que medida, sua atuação pode influenciar em alterações emancipatórias e propulsoras do empoderamento da classe trabalhadora.

Foram 30 anos de uma caminhada em que diversos sujeitos, dentre os quais as famílias, religiosos, políticos, empresários inspirados no compromisso do Pe. Pietrogrande e movidos pelo seu desejo de contribuir para o desenvolvimento humano integral das pessoas, das famílias e comunidades, se movimentaram e construíram uma instituição forte, sólida, reconhecida e adaptada aos novos tempos. Os desafios e perspectivas de futuro se apresentam no presente como possibilidades a serem amadurecidas, implantadas, tendo em vista prosseguir no caminho do crescer e fazer crescer.

A educação é um eixo estratégico do Ser da FUNACI e, portanto, tem papel relevante na composição política de sua existência e de sua atuação na sociedade, desse modo, a história da fundação e de suas unidades educacionais contribuem para o fortalecimento da EPT no Piauí, é preciso que novos estudos possam desvendar o percurso da história e das memórias da educação profissional no Estado, a ampliação das EFAS, e de modo particular, o apoio da gestão SEDUC/PI na manutenção dessas escolas. No decorrer do estudo ficou evidente essa necessidade, pelo pouco material disponível e pela ausência de estudos com essa perspectiva.

CAPÍTULO V

PRODUTO EDUCACIONAL: CONCEPÇÃO, APLICAÇÃO E VALIDAÇÃO

Como resultado da coleta de dados feita por meio de visitas técnicas, entrevistas com questionário online (*google forms*), análise documental e estudo bibliográfico, foi elaborado o Produto Educacional⁴⁴ (ZAIDAN; REIS, KAWASAKI, 2020), que consistiu no livro (*e-book*) FUNACI 30 ANOS: Trajetória e Contribuições para Educação Profissional Piauiense⁴⁵, em formato de livro digital (*e-book*), disponível gratuitamente, com o objetivo de sistematizar a trajetória da instituição com a EPT apontando seus legados e contribuições para a educação profissional no Piauí.

No Quadro 45 apresentamos os elementos conceituais acerca desta produção que fundamentará o processo de elaboração, como requisito para aprovação do mestrado profissional e contribuição para ensino da EPT.

QUADRO 44 – Produto Educacional

Concepção	O produto educacional é fruto do processo ensino-aprendizagem no mestrado profissional e do projeto de pesquisa - em que se identifica: uma necessidade a ser compreendida, um problema de melhoria na área de ensino, nesse caso, a trajetória histórica da FUNACI com a educação profissional.
Aplicação	A aplicação do produto educacional será um momento de análise do conteúdo proposto, de leitura crítica e de contribuições ao aperfeiçoamento do Guia de registro da história da FUNACI como contribuição para o ensino da educação profissional na instituição e fora dela.
Validação	Evidenciando os elementos históricos, significativos e inovadores da prática e da metodologia de ensino desenvolvida pela FUNACI, com o objetivo de verificar no produto educacional, a possibilidade de contribuir para a replicabilidade do modelo do ensino, como uma proposta a ser desenvolvida em outras instituições afins, como ação aplicável à educação profissional e tecnológica, tendo em vista formação humana integral dos trabalhadores.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

O livro (*e-book*)⁴⁶ FUNACI 30 ANOS: Trajetória e Contribuições para

⁴⁴ O produto educacional é um resultado concreto diante do desafio apresentado.

⁴⁵ Publicação em formato *e-book* com o relato da caminhada, das memórias da trajetória da FUNACI com foco na identificação temporal das unidades de ensino, dos sujeitos, do público atendido, seus desafios e avanços ao longo de 1989 a 2019.

⁴⁶ O livro expressa o percurso, o caminho histórico e memorial de criação das unidades de ensino e da própria instituição FUNACI como mantenedora de escolas profissionalizantes, identificando sua trajetória com a EPT.

Educação Profissional Piauiense, como uma sistematização da caminhada histórica, teve como elementos estruturantes do conteúdo: as bases da EPT, bases fundacionais para a criação da FUNACI, a criação das Unidades de Ensino, os elementos que os identificam no contexto local, focalizando de forma prioritária o momento em que foram implantados os Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (integrado e subsequente) nas EFAs, na EFTUR, bem como, o CACN com o cursos FIC e o seu funcionamento como anexo da EFA Baixão do Carlos em Teresina/PI.

Diante dos fatos observa-se que os legados e contribuições para a EPT no Piauí são evidentes, diante da realidade iminente.

5.1 PASSOS PARA CRIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O processo de elaboração do produto educacional seguiu um passo a passo que proporcionou a superação dos desafios inerentes a sua feitura, viabilizando as devidas adequações em conformidade aos objetivos do estudo. No Quadro 45 apresentamos o roteiro auxiliar seguido, mediante as exigências metodológicas ou conjunturais do processo de criação.

QUADRO 45 – Roteiro Auxiliar na Elaboração do Produto Educacional

Passo	Ação	Resultado
1	Levantamento de modelos e designers de Guias Memorialísticos.	Escolhido o modelo para o Guia Memorialístico da FUNACI, confecção do Produto Educacional (PE).
2	Confecção do protótipo.	Versão preliminar, em <i>Portable Document Format</i> (PDF), que possa ser aplicada em uma testagem com os gestores, docentes e discentes da FUNACI.
3	Pré-teste.	Pré-teste com os gestores, docentes e discentes, por meio da distribuição digital e coleta de suas impressões e sugestões.
4	Ajustes	Adequação pertinente com base nos dados coletados e analisados.
5	Produção do Guia Memorialístico da FUNACI	Publicado o Guia Memorialístico em versão on-line (e-book).
6	Registro do Produto Educacional.	Licenciar na <i>Creative Commons</i> ; Depositar nos Repositórios: Educapes. Base Institucional Acadêmica – BIA do IFPI.

Fonte: (CHAGAS, 2020, p. 30).

O processo de definição do conteúdo do livro FUNACI 30 ANOS: Trajetória e Contribuições para Educação Profissional Piauiense teve como base inicial, o primeiro roteiro, Quadro 47, proposto no projeto de pesquisa (CHAGAS, 2020) apresentado à Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) do IFPI via Plataforma Brasil.

A pesquisa sofreu posteriores alterações com a participação de representantes dos sujeitos pesquisados e sugestões do orientador, conforme previsto na metodologia, e nos achados da pesquisa, além de aspectos conjunturais da própria FUNACI no período.

QUADRO 46 – Roteiro do Guia Memorialístico

CAPÍTULO		CONTEÚDO
1	FUNACI: 30 anos	• Criação da Fundação: motivos; • Fundadores; • Principais fatos;
2	Bases sobre Trabalho-Educação	• Bases conceituais da EPT; • Bases conceituais da FUNACI: Trajetórias e memórias.
3	EPT na FUNACI: passo a passo	• Processo de Ação com a EPT.
4	Legados e contribuições a Educação Profissional no Piauí	• O Encontro da PA e a EPT; • Egressos, Docentes e Gestores. • Dificuldades e Conquistas; • Aprendizados institucionais

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

O produto educacional reflete a caminhada da FUNACI através de suas unidades de ensino, e ainda os percursos e decisões políticas tomadas pela gestão administrativa ao longo do período de 1989 a 2019, elencando os legados e as contribuições para o ensino da EPT.

A construção do livro (e-book) resultou, portanto, do levantamento de informações; documentos, entrevistas feitas por meio de questionários online (*google forms*), visitas técnicas, percepções, posições, e alinhamentos dos sujeitos envolvidos no processo, junto à análise crítica do pesquisador (capítulo IV), diante dos levantamentos apontou os elementos que possam ampliar por meio da

publicação (Guia) e o debate interno da FUNACI sobre si mesma. Quanto ao processo político de criação as unidades de ensino, a realidade social, cultural, econômica de sua intervenção e uma leitura crítica social e ao mesmo tempo autocrítica, possibilita perspectivas de futuro a serem ponderadas pelo conjunto da instituição.

O livro, FUNACI 30 ANOS: Trajetória e Contribuições para Educação Profissional Piauiense tem as seguintes especificações: tamanho 160 x 230 mm, 60 páginas e formato e-book, disponível⁴⁷ no site da Acadêmica Editora e demais bases oficiais.

⁴⁷ Disponível em: <https://redeponete.org.br/funaci/> Acesso em 16\11\1

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste trabalho empreender uma imersão curiosa na trajetória da FUNACI, com o objetivo de identificar sua contribuição e seus legados para a educação profissional no Piauí. Aprendemos com a sua caminhada movida pelo desejo de cuidar das pessoas, das famílias e comunidades, possibilitando a elas, o acesso à educação como possibilidade de transformação de suas realidades de exclusão socioeconômica.

O contexto de atuação do Pe. Pietrogrande, na segunda metade da década de 1980, ao assumir a direção da Paróquia Divino Espírito Santo no bairro Socopo em Teresina/PI, juntamente com as obras sociais da Companhia de Jesus, dentre elas, a Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez e a gestão da Fazenda Montes Claros no Município de Aroazes/PI, oportunizaram uma leitura da realidade que exigiu da atuação pastoral um conjunto de ações sociais voltadas para o empoderamento, a emancipação e o desenvolvimento das famílias em situação de extrema pobreza rural.

Nessa trajetória do Pe. Pietrogrande identificamos seu compromisso pessoal e social com essas populações, iniciado no Espírito Santo com a criação do MEPES e com a sua transferência para Teresina/PI, com a criação da FUNACI em 1989, seguindo o mesmo modelo, procurando uma aproximação com a realidade local, envolvendo os atores sociais das comunidades, lideranças sociais, eclesiais, políticos e empresários afins com o propósito social das suas obras.

Podemos destacar o compromisso com a educação, através da criação das unidades de ensino, de modo particular as EFAs, um modelo que alinha a educação propedêutica e a educação profissional. Logo, foca na preparação para o trabalho e

os estudos acadêmicos, já vivenciando no processo de ensino-aprendizagem a teoria e a prática, além de possibilitar o ingresso dos jovens no mundo produtivo, ajudando-os a desenvolverem seus projetos profissionais de vida, dentre os quais, o prosseguimento nos estudos, o desenvolvimento de habilidades e competências capazes de planejar e gerir seus próprios negócios no campo ou mesmo na cidade.

As experiências de criação das EFAs, EFTUR e CACN possibilitaram para a FUNACI um percurso diferenciado em cada unidade de ensino, permitindo avançar do caráter pastoral no início, para uma leitura mais social de suas obras, e ainda o amadurecendo institucional após o falecimento do Pe. Pietrogrande. Esse fato gerou uma perspectiva profissional de gestão, demonstrando a maturidade e o compromisso com a sustentabilidade da organização, que enfrenta desde sua criação a questão da problemática financeira para manutenção dos seus projetos sociais e escolares, uma característica desse tipo de organização no Brasil.

Localizamos a FUNACI no contexto da educação nacional em dois momentos, o primeiro em relação a criação da primeira EFA do Piauí, a Montes Claros, no município de Aroazes/PI, em 1986, primeiramente vinculada à ESAR, que também é a primeira escola agrícola privada sem fins lucrativos no estado. Esta, foi criada e mantida pela SNI da Companhia de Jesus em 1963 no Bairro Socopo, instituição que o Pe. Pietrogrande veio a dirigir a partir de 1985, e a segunda a compor também o pioneirismo do MEPES, que criou no país a primeira EFA no Brasil no povoado de Olivânia no município de Anchieta/ES, também fundada pelo Pe. Pietrogrande em 1969. Ambas as escolas emergiram como estratégia educacional voltada para a população do campo, com o foco em contribuir para a transformação da realidade de exclusão educacional e socioeconômica, além de promoverem a cidadania e os valores morais e comunitários, em plena ditadura civil militar no país.

Percebeu-se ao longo da pesquisa a estratégia de parcerias com o poder público e outras organizações da sociedade civil, como eixo estruturante para a criação das Unidades de Ensino e o desenvolvimento dos diversos projetos. Dessa maneira, a caminhada da FUNACI apresenta-se construída por uma rede de parceiros e parceiras comprometidas com as transformações propostas pelo conjunto das iniciativas desenvolvidas pela organização.

O Pe. Pietrogrande deixou esse legado como elemento característico da organização, a relação consistente e duradoura com os parceiros e financiadores. Destaca-se na manutenção das unidades de ensino a transformação conjuntural

estratégica das EFAs pesquisadas de ensino fundamental para a educação profissional técnica de nível médio (integrado ou subsequente), possibilitando aos alunos uma formação profissional reconhecida pelo sistema de educação nacional, ao mesmo tempo, assegurando a sustentabilidade por meio da estadualização das matrículas, o que significa que a SEDUC e o MEC passaram a ser responsáveis pela manutenção das mesmas, e ao mesmo tempo pela cogestão das escolas, algo que precisa ser amadurecido e refletido no conjunto da proposta político pedagógica da FUNACI.

A pedagogia da alternância perde a centralidade no projeto pedagógico com a abertura para a realização de cursos técnicos subsequentes, com a metodologia de ensino tradicional regular. Isso pode impactar nos processos pedagógicos e na perspectiva de formação humana integral presente nos cursos realizados seguindo a alternância. Far-se-á necessário um maior debate interno sobre o impacto desses cursos no contexto pedagógico e filosófico da instituição, considerando a mera preparação de mão de obra para o mercado, e se associando à dualidade da EPT proposta pelos governos e iniciativa privada.

No processo de desenvolvimento da pesquisa bibliográfica identificamos a escassez de material disponível sobre as EFAs e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ou mesmo sobre as EFAs e a EPT no Piauí. Também pontua-se a inexistência de pesquisas sobre a EPT e as EFAs sob responsabilidade da SEDUC/PI, ou mesmo, sobre o financiamento das EFAs pela SEDUC/PI. Vislumbramos a necessidade de pesquisas nesses assuntos e um maior aprofundamento teórico sobre os impactos desses financiamentos e da cogestão nas EFAs.

A pesquisa ora desenvolvida apresenta-se como um passo importante nessa direção, contribuindo com a sistematização da trajetória da FUNACI, inclusive como instituição escolar pioneira nessa metodologia de ensino, a pedagogia da alternância, que se materializa na prática da modalidade de educação no campo, nas escolas famílias agrícolas e na escola família de turismo de tempo integral.

A FUNACI nos seus 30 anos de caminhada deixa um legado histórico com o pioneirismo pedagógico e de gestão de instituições escolares voltadas para a transformação da realidade do campo, de suas populações e comunidades, por meio da educação, inserindo-se nos sistemas municipais e estadual de educação, colaborando, inclusive, para o surgimento e a criação de outras escolas similares,

totalizando 16 EFAs no Estado do Piauí.

O desafio de manter viva a caminhada pedagógica de ensino será o passo seguinte da FUNACI, com a necessidade de formar turmas com a quantidade de alunos necessárias para a manutenção da estadualização das matrículas, portanto, a quantificação com indicador e a qualidade do ensino, serão postulados urgentes que nortearão o futuro e manutenção do espírito humanístico e emancipador que perpassa os processos educativos na instituição.

REFERÊNCIAS

ALVES; Maria Auxiliadora C.N. **Educação profissional técnica de nível médio no Estado do Piauí** - dos anos noventa aos dias atuais. Teresina. 2021. No prelo.

ANDRADE, R. P.; ARNAUT DE TOLEDO, C. de A. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, 2014. DOI: 10.5965/198472 381 5282014175. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723815282014175> . Acesso em: 11 ago. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**: edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENISIO, Joel Duarte. **Mediações Pedagógicas**. MEPES, Piúma. 2018. Disponível em: <https://www.mepes.org.br/documentos/acervo/docs-pedagogicos/MEDIACOES-PEDAGOGICAS.pdf> Acesso em: 27 set. 2021.

BRANCO. Julinete Vieira Castelo. **Histórias e memórias do colégio agrícola de Teresina (1954 a 1976)**: formando líderes para a construção do novo e para a implacável destruição do arcaico. 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=144431 Acesso em: 02 mai. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **História da EPT**, 2021. Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/ept/historico_educacao_profissional_tecnologica_brasil.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 3.621, de 4 de dezembro de 2003**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/P3621.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE nº 01/2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Conselho Nacional de Educação. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_1_de_1_de_fevereiro_de_2006.pdf Acesso em: 10 abri. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf> Acesso em: 15 abri. 2021

BRASIL. **Decreto nº 5.154/2004, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm Acesso em: 15 Set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.566.** Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro/RJ, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf Acesso em: 15 Set. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 4.048/1942.** Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm Acesso em: 16 abri. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.141/1943.** Lei Orgânica do Ensino Comercial, de 28 de dezembro de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del6141.htm Acesso em: 14 abril. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.613/46.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola, de 20 de agosto de 1946. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126500/lei-organica-do-ensino-agricola-decreto-lei-9613-46> Acesso: 14 abril. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073/1942.** Lei Orgânica do Serviço Industrial, de 30 de janeiro de 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm Acesso em: 16 abri. 2021

BRASIL. Expansão da Rede Federal: **Ampliar a presença da rede federal de educação profissional em todo o Brasil é o objetivo do Plano de Expansão da Rede Federal.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal> Acesso em 18 abri. 2021

BRASIL. **Lei nº 5.540/1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências, de 28 de novembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/l eis/l5540.htm Acesso em: 14 abril. 2021.

BRASIL. **Lei no 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109760/lei-6545-78> Acesso em 15 abr. 2021

BRASIL. **Lei no 7.044 de 18 de outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7044.htm Acesso em 15 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.315 de 23 de dezembro de 1991.** Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - ENAR, nos termos do art. 62 do ato das

disposições constitucionais transitórias. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8315&ano=1991&ato=8b4QTSU9UMFpWTcb> Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.948/1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências., de 08 de dezembro de 1994. Disponível em; <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8948-8-dezembro-1994-349799-norma-pl.html> Acesso em: 14 abri. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 29 abri. 2021.

BRASIL. **Perfil Territorial Vale do Sambito**. Secretaria do Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília/DF, 2015. Disponível em:http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_164_Vale%20do%20Sambito%20-%20PI.pdf Acesso em 31/08/2021.

BRASIL. **PL 1258/1988**. Fixa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 28 de novembro de 1988. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/prop/posicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=189757> Acesso em: 14 abril. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 04/99, de 05 de outubro de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf> Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica/ Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2009. Brasília: MEC, SETEC, 2009. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEP/issue/view/75> ,Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. **Sinopse Estatística da Educação Profissional e Tecnológica – 2019**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas> Acesso em: 26 set. 2021.

CARVALHO. Jeferson Luís Marinho de. **Instituto Federal do Piauí – Campus Parnaíba: trajetória, memória do amanhã (2007-2012)**. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2013.

CARVALHO. Marcelo Augusto Monteiro de. **Nilo Peçanha e Sistema Federal de Escolas Aprendizes e Artífices (1909 a 1930)**. 2017. 305 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses>

/disponiveis/8/8137/tde-19092017-143941/publico/2017_MarceloAugustoMonteiroCarvalho_VOrig.pdf Acesso em: 12 set.2021.

CHAGAS, Narcizo de Souza. **Projeto de Pesquisa Guia memorialístico da FUNACI: três décadas de trajetórias e contribuições na educação profissional e tecnológica no Piauí (1989 a 2019)**. Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí/Comissão de Ética e Pesquisa. Teresina, 2020.

ClAVATTA, M. Trabalho-educação – uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 132-49, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28306> , Acesso em: 07 jun.2021

ESCOLA SANTO AFONSO RODRIGUEZ. **A história da Escola Santa Afonso Rodriguez (ESAR)**. Teresina. Institucional. Disponível em: <http://www.esar.org.br/> Acesso em: 16 set.2021.

FAÇANHA. Antônio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: passado e presente e... **Carta Cepro**, 22 (1), 59-69, Teresina, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA. Maria; RAMOS. Marise (orgs). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GATTI JÚNIOR, D. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**, v. 28, n. 14, 15 jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4469> Acesso em: 11 ago. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ªed, São Paulo: Atlas, 2008.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo**. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 103 a 112, oct. 2013. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1177>. Acesso em: 07 jun. 2022.

IBGE. **Cidades – Censo Brasileiro de 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 15 set. 2021.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Semiárido brasileiro o que é. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 27 set. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Regulamento geral do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional**. Vitória, 2021 Disponível em: <https://profept.ifes.edu.br/regulamentoprofept/16413-regulamento13julho>

Acesso em: 26 out. 2021.

GATTI JR, Décio. Gatti. GATTI. G.C do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **EDUCATIVA | Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE |** Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v.17, n. 2, p. 327-359, 2015. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/4553/2591>, Acesso em 11 ago. 2021.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Materialismo Histórico-Dialético e suas relações com a pesquisa participante: contribuições para pesquisas em Mestrados Profissionais. **Revista Anhanguera**, v. 18, n. 1, p. 52–73, 2018. Disponível em <https://docero.com.br/doc/nxv81ce> Acesso em: 03 Out. 2021.

LIMA, Humberto Rodrigues. **A pedagogia da alternância nas casas familiares rurais do paraná: uma possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional**, p.133. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. 2013. Curitiba. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/30425> Acesso em 06 jun. 2021.

LIMA, S. M. S. A.; LOPES, W. G. R.; FAÇANHA, A. C. Urbanização e crescimento populacional: reflexões sobre a cidade de Teresina, Piauí. **Gaia Scientia**, v. 11, n. 1, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1981-1268.2017v11n1.34864. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/gaia/article/view/34864> . Acesso em: 26 mai. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed, São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110> . Acesso em: 30 abr. 2021.

NIEZER. T. M et al. Caracterização dos Produtos Desenvolvidos por um Programa de Mestrado Profissional da área de Ensino de Ciências e Tecnologia. **R.B.E.C.T**, vol 8, n m. 3, mai-ago.2015. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/2084> Acesso em: 26 Out. 2021.

NOSELHA. Paolo. Cinquenta anos de pedagogia da alternância no Brasil conflitos e desafios. **Revista Humanidades & Inovação**, Pedagogia da alternância: formações, saberes e experiências da educação do/no campo, v. 7 n. 12 (2020), Palmas. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesei-novacao/article/view/3069> Acesso em 26 set. 2021.

NOSELLA. Paolo. BUFFA. Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 3, n. 5. 2008. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/1791> Acesso em 11 ago.

2021.

NOSELLA, Paolo. **Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil**. EDUFES, 2ª reimpressão. 288 p. Vitória. 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10191468-Origens-da-pedagogia-da-alternancia-no-brasil.html> Acesso em: 17 abr. 2021.

PIAUÍ. **Educação Profissional de Nível Médio e Arranjos Produtivos no Piauí: Estudos Preliminares**. CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais, Governo do Estado do Piauí. Teresina, 2017.

PIAUÍ. **Educação Técnica e Profissional avança no Piauí**. Secretaria de Estado da Educação do Piauí, Teresina/P, 2021. Disponível em: <https://seduc.pi.gov.br/noticia/Educacao-Tecnica-e-Profissional-avanca-no-Piaui-8723/> Acesso em 25/08/2021.

PIAUÍ. **Lei 6.967, de 03 de abril de 2017**. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Governo do Estado do Piauí, 2017. Disponível em: <http://www.seplan.pi.gov.br/ppt.php> Acesso em 12 set. 2021.

PIAUÍ. **O IDHM nos municípios dos Piauí, por território de desenvolvimento**. CEPRO – Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais, Governo do Estado do Piauí. Teresina. 2016. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201702/CEPRO20_5e483dee73.pdf Acesso em: 15 set. 2021.

PIAUÍ. **Projeto Piauí: Pilares de crescimento e inclusão social**. Secretaria de Estado da Educação, 2017, Teresina/PI. Disponível em: http://www.ipf.seplan.pi.gov.br/media/uploads/tdr_educacao_profissional_sbqc.pdf Acesso em: 25/08/2021.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. **O que é o IDHM**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html> Acesso em: 27 set.2021.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educac%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf> . Acesso em: 05 jun. 2021.

SANTOS, José Deribaldo Gomes dos. A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 230-40, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/20976>. Acesso em: 29 mai. 2021.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnia. **Trab. educ. saúde** [online]. 2003, vol.1, n.1, pp.131-152. ISSN 1981-7746. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>. Acesso em: 22 set. 2021.

SEDUC. **Escolas técnicas rurais transformam vidas no Piauí**. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticias/escolas-tecnicas-rurais-transformam-vidas-no-piaui/>

Acesso em: 27 set. 2021.

SILVA, J. I. da; AQUIMO, J. E. de; SILVA, C. N. M. da. A origem do latifúndio e as consequências de sua consolidação. **Revista Geotemas**, v. 4, n. 1, p. 53-61, 2014. Disponível em: <http://natal.uern.br/periodicos/index.php/GEOTemas/article/view/604>. Acesso em: 29 mai. 2021.

SILVA. Ariosto Moura da. **A Trajetória sócio-histórica da educação em alternância no Piauí**. Relatório para Exame de qualificação. Curso de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí, 180p. Teresina. 2005.

VENDRAMINI. C. R. Reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**. v.27, n72, p. 121-135, Campinas, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000200002> Acesso em: 06 jun. 2021.

ZAIDAN, S; REIS, D. A F; KAVASAKI, T. F. Produto educacional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 16, n. 35, p. 1-12, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1707/904> Acesso em: 21 Out. 2021.

APÊNDICE I

PRODUTO EDUCACIONAL

Produto Educacional

O produto educacional é requisito para conclusão do mestrado profissional em educação profissional e tecnológica (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, 2021), e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem da EPT no Brasil.

Qual a sua finalidade

No contexto da pesquisa *Guia memorialístico da FUNACI: três décadas de trajetórias e contribuições na educação profissional e tecnológica no Piauí (1989 a 2019)*, o produto educacional tem o objetivo de apresentar quais os legados e contribuições que a Fundação Padre Antônio Dante Civiero – FUNACI deixou no campo da educação técnica e profissional no Piauí, no período de 1989 a 2019.

Por que aplicar esse PE na EPT

A sistematização em formato de livro (e-book) do produto educacional, reporta a trajetória da FUNACI como uma instituição mantenedora de escolas de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade de educação do campo, com a metodologia da pedagogia da alternância nas EFAs e na EFTUR. Trata ainda da experiência do CACN com a formação inicial e continuada, visando a qualificação profissionais de jovens em situação de vulnerabilidade social na periferia de Teresina/PI. A FUNACI é instituição pioneira no Piauí, na criação da primeira Escola Família Agrícola no povoado Montes Claros, em Aroazes/PI e da única Escola Família de Turismo no estado, no bairro Socopo em Teresina/PI.

O produto educacional se constitui numa oportunidade de compartilhar a

experiência desenvolvida pela FUNACI como uma organização da sociedade civil, sem fins econômicos, com a criação e manutenção de instituições escolares profissionalizantes, baseada numa concepção pedagógica e política que potencializa a capacidade emancipadora, transformadora das realidades em que estão inseridas, com a participação da comunidade, em parceria e com o apoio da sociedade local e o poder público, por meio da educação para a formação humana integral.

Bases teóricas que o sustentam

O produto educacional no mestrado profissional visa contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento do ensino em determinada área específica (ZAIDAN; REIS, KAWASAKI, 2020), tendo no docente o sujeito que poderá utilizar o produto como dispositivo para a formação continuada e aplicação no contexto pedagógico. Niezer *et al* reforçam o papel o professor como produtor e usuários de instrumentos que potencializem a sua prática pedagógica,

Atenta-se que o professor da escola básica pode ser concebido como investigador sobre temáticas e problemáticas relativas às práticas de ensinar e aprender, por isso torna-se um pesquisador capaz de utilizar criticamente seu saber acadêmico como instrumento de compreensão, problematização e transformação de sua atividade docente. Tal conexão entre teoria e prática, permite ao professor agir no seu campo de pesquisa, dimensionando a necessidade de um processo de formação continuada que valorize essa possibilidade de intervenção do pesquisador (NIEZER *et al*, 2015, p. 3).

Nesse sentido, a problematização e a transformação da prática docente implica o uso de novos meios, de tal modo, que o produto educacional resultado de pesquisa acadêmica, visa integrar teoria e prática e promover a inovação a partir das experiências e da inovação, conforme Niezer *et al*,

Outra especificidade do MP que o difere do mestrado acadêmico, diz respeito aos modelos de avaliação e ao produto final a ser desenvolvido com pré-requisito de conclusão de curso. Em seu caráter pedagógico, o produto final visa integrar teoria prática, possibilitando a aproximação entre a produção científica e o desenvolvimento de tecnologia e inovação (NIEZER *et al*, 2015, p. 5).

O produto educacional é resultado, portanto, da criatividade e dos achados do pesquisador (ZAIDAN; REIS, KAWSAKI, 2020), considerando os fundamentos

teóricos e metodológicos que basearam seu estudo, e ao mesmo tempo, da aplicação como forma de verificação dos resultados gerados no contexto do ensino.

Assim, conforme Niezer et al, “esses produtos finais trazem em sua essência o caráter autônomo de pensamento elaborado a partir da pesquisa aplicada com a proposta de compartilhar de experiências e instrumentalizar seus pares” (NIEZER *et al*, 2015, p. 5).

Instrumentalizar no sentido, de proporcionar aos docentes e às instituições de ensino novas possibilidades de aplicação, de aprofundamento e de conhecimento de metodologias, conteúdos e experiências institucionais e educativas que possam melhorar e qualificar a prática do ensino. Em nosso caso o ensino da educação profissional e tecnológica é o principal sentido do produto educacional no mestrado profissional.

Onde foi aplicado

A aplicação do livro ocorreu com os diretores das EFAs, EFTUR e a direção da FUNACI (presidência, vice-presidência e a superintendência) que puderam, após a leitura do conteúdo elaborado pelo autor, sugerir complementações e alterações- sendo estas devidamente adicionadas pelo autor.

APÊNDICE II

QUESTIONÁRIOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)

**PESQUISA GUIA MEMORIALÍSTICO DA FUNACI: TRÊS DÉCADAS DE
TRAJETÓRIAS E CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA NO PIAUÍ (1989 a 2019)**

ROTEIRO DA ENTREVISTA GESTORES

Esta entrevista objetiva coletar informações sobre a história e memória da FUNACI

Entrevistado:

Nome: _____

Cargo/função: _____

Tempo na instituição: _____

1. Sobre a criação da FUNACI, quais motivações existiram para tal?
2. Como tem se constituído as ações de execução da educação profissional e tecnológica/EPT na FUNACI período de 1989-2019 no Piauí?
3. Em três décadas de existência (1989-2019) quais fatos marcaram a trajetória dos trabalhos da FUNACI na forma EPT?
4. Quais foram as principais limitações enfrentadas pela FUNACI para execução de atividades educacionais em EPT nesses trintas anos (1989-2019)
5. Quais legados e contribuições a FUNACI tem deixado para sociedade piauiense a partir do desenvolvimento da EPT nesses trintas anos de funcionamento (1989-2019)?

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)

**PESQUISA GUIA MEMORIALÍSTICO DA FUNACI: TRÊS DÉCADAS DE
TRAJETÓRIAS E CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA NO PIAUÍ (1989 a 2019)**

NARCIZO DE SOUZA CHAGAS

ROTEIRO DA ENTREVISTA DOCENTES

Esta entrevista objetiva coletar informações sobre a história e memória da FUNACI

Entrevistado:

Nome: _____

Cargo/função: _____

Data de ingresso na FUNACI: _____

Vínculo Institucional:

() SELETIVO SEDUC () EFETIVO SEDUC () CONTRATADO PELA FUNACI

() EFA – QUAL: _____ () EFTUR

Curso Técnico: _____

1. Qual a importância da FUNACI nesses 30 anos de atuação com a educação profissional e tecnológica - EPT (1989-2019) no Estado do Piauí?
2. Como os conteúdos de sua disciplina, associados à filosofia da instituição, têm impactado a vida profissional e social dos ex-alunos?
3. Como você avalia sua prática docente, orientada pela pedagogia da alternância na instituição?
4. A seu ver, qual a maior diferencial que a FUNACI promove na vida dos discentes, inclusive dos docentes, quando comparado a outras formas institucionais de educação no Piauí?

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)

**PESQUISA GUIA MEMORIALÍSTICO DA FUNACI: TRÊS DÉCADAS DE
TRAJETÓRIAS E CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA NO PIAUÍ (1989 a 2019)**

NARCIZO DE SOUZA CHAGAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA EX-ALUNOS

Esta entrevista objetiva coletar informações sobre a história e memória da FUNACI.

Entrevistado:

Nome: _____

Idade: _____

() EFA – QUAL: _____ () EFTUR

Data de conclusão do Curso _____

Curso Técnico: _____

1. Quais as motivações que te levaram a estudar em um curso técnico de nível médio profissionalizante na FUNACI?
2. Quais foram os fatos marcantes ocorridos durante seu curso técnico de nível médio na FUNACI?
3. Como avalia a sua trajetória de aprendizagem no curso técnico de nível médio na FUNACI – ótimo, bom, ruim, regular – e por quê?
4. Você atua profissionalmente na área da formação técnica? Se não, qual a contribuição do curso técnico de nível médio da FUNACI para seu desenvolvimento profissional e econômico?
5. Considerando sua experiência de ex-aluno de Educação Profissional e Tecnológica na Escola Família Agrícola ou Escola Família de Turismo, qual a maior contribuição deixada pela FUNACI em sua vida?

APÊNDICE III

TERMOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)

TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A. Proposta

Eu, **NARCIZO DE SOUZA CHAGAS**, aluno do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), IFPI - Campus Parnaíba, estou convidando-o(a) a participar de um estudo denominado **GUIA MEMORIALÍSTICO DA FUNACI: TRÊS DÉCADAS DE TRAJETÓRIAS E CONTRIBUIÇÕES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PIAUÍ (1989 a 2019)**, cujos objetivos e justificativas são, Sistematizar a trajetória histórica e memórias da FUNACI no desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, baseada na metodologia da pedagogia da alternância.

Ao participar deste estudo a sra. (sr.) tem a liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra. (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa. Em caso de dúvidas poderá contactar o pesquisador acima e também o Comitê de Ética e Pesquisa.

B. Procedimentos

A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário on-line, via plataforma do *Google Forms*, acessado por meio de um link que será enviado ao seu e-mail ou WhatsApp, o que lhe for mais conveniente.

A sua participação neste projeto deverá ter a duração de 10 a 15 minutos, que se refere ao tempo médio necessário para responder ao questionário uma única vez.

C. Riscos e desconfortos

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e os riscos aos envolvidos são considerados de grau mínimo, como por exemplo, a possibilidade de constrangimento ao responder o questionário; desconforto; estresse; quebra de sigilo; dano; cansaço ao responder às perguntas; e quebra de anonimato. Para amenizar esses possíveis riscos, os pesquisadores adotarão as seguintes medidas de segurança: o questionário não será identificado pelo nome para que seja mantido

o anonimato; os participantes receberão esclarecimento prévio sobre a pesquisa; a pesquisa poderá ser interrompida a qualquer momento; leitura do TCLE, autorização legal quando sujeito for vulnerável, assistência psicológica se necessária; privacidade para responder o questionário; garantia de sigilo; participação voluntária e consideração de situação de vulnerabilidade, quando houver.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (1996). Este questionário poderá tomar algum tempo para que sejam respondidas as perguntas. Para minimizar esses desconfortos, a pesquisa será realizada através de envio de formulários online (*Google Forms*) para responder, ou não, às perguntas, sendo asseguradas a confidencialidade e a privacidade, a proteção à imagem e a não estigmatização, garantindo também, a não utilização das informações em prejuízo das pessoas envolvidas na pesquisa. Esse questionário será composto por perguntas simples de responder. Caso não se sinta à vontade, a qualquer momento poderá comunicar ao pesquisador a decisão de não mais participar, sem precisar justificar, assim como poderá pedir mais informações sobre o estudo sempre que achar necessário. A participação, ou não, nesta pesquisa não traz quaisquer implicações legais, e não acarreta qualquer prejuízo ou sanção.

D. Confidencialidade

O seu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

O seu nome aparecerá apenas neste documento de consentimento e esclarecimento, que será assinado em duas vias, sendo uma guardada pela Sra. (Sr.) e a outra será guardada pelo pesquisador em um lugar separado de todos os outros materiais da pesquisa.

E. Custos e Benefícios

O participante não terá nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação. Ao participar desta pesquisa a Sra. (Sr.) não terá nenhum benefício econômico direto e/ou imediato, mas podemos apontar como benefícios diretos o acesso ao Produto Educacional resultante desta pesquisa bem como o acesso aos procedimentos da mesma. Socialmente os benefícios indiretos poderão ser sentidos pela comunidade de egressos, que também terão acesso ao Produto Educacional de forma livre e gratuita. Esta pesquisa científica baseia-se na análise de grande número de amostras, sendo impossível quantificar o benefício individual de cada participante incluído no estudo. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o ingresso no mercado de trabalho dos concluintes dos cursos técnicos, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa colaborar com a construção de um produto

educacional - Guia Histórico digital (e-book) a qual trará inúmeras dicas e informações interessantes no que tange ao mundo profissional, no qual o pesquisador se compromete a utilizar os dados obtidos.

Os pesquisadores assumem o compromisso de realizar uma apresentação sobre o tema pesquisado, em data e horário a ser acertado, quando da conclusão desta pesquisa. Além disso, os sujeitos da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização. No entanto, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento na forma seguinte: em dinheiro, ou mediante depósito em contracorrente, conforme determina a lei.

F. Consentimento

Esse Projeto de Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFPI.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto, preencha, por favor, os itens que se seguem.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com o pesquisador (a) responsável pela pesquisa: NARCIZO DE SOUZA CHAGAS, telefone: (86) 99991.1123 ou 99952.3333, e-mail: narcizochagas@gmail.com, e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa do IFPI, localizado na Avenida Presidente Jânio Quadros, nº 330, Santa Isabel, sala 3, CEP: 64053-390, Teresina-PI Telefone: (86) 3131-1441 E-mail: cep@ifpi.edu.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. – 13h00min. - 14h00min – 17h00min.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu,

_____,
CPF nº _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do participante

Narcizo de Souza Chagas
Pesquisador

APÊNDICE IV